



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FLÁVIA MAURICIA PEREIRA DE CARVALHO DIAS

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO FUTURO DO PRETÉRITO NOS SÉCULOS
XVIII, XIX E XX: UMA ANÁLISE (SOCIO)FUNCIONALISTA EM REVISTAS
HISTÓRICAS DO INSTITUTO DO CEARÁ**

FORTALEZA
2012

FLÁVIA MAURICIA PEREIRA DE CARVALHO DIAS

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO FUTURO DO PRETÉRITO NOS SÉCULOS
XVIII, XIX E XX: UMA ANÁLISE (SOCIO)FUNCIONALISTA EM REVISTAS
HISTÓRICAS DO INSTITUTO DO CEARÁ**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da **Universidade Federal do Ceará** como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Márluce Coan

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- D532m Dias, Flávia Maurícia Pereira de Carvalho.
 A multifuncionalidade do futuro do pretérito nos séculos XVIII, XIX e XX : uma análise
(socio)funcionalista em revistas históricas do Instituto do Ceará / Flávia Maurícia Pereira de Carvalho
Dias . – 2012.
 199 f. : il., enc. ; 30 cm. .
- Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de
Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2012.
 Área de Concentração: Descrição e análise linguística.
 Orientação: Profa. Dra. Márluce Coan.
- 1.Língua portuguesa – Tempo verbal. 2.Língua portuguesa – Verbos – Séc.XVIII-XX. 3.Língua
portuguesa – Aspectos sociais. I.Título.

FLÁVIA MAURICIA PEREIRA DE CARVALHO DIAS

A MULTIFUNCIONALIDADE DO FUTURO DO PRETÉRITO NOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX: UMA ANÁLISE (SOCIO)FUNCIONALISTA EM REVISTAS HISTÓRICAS DO INSTITUTO DO CEARÁ

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da **Universidade Federal do Ceará** como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Márluce Coan (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Ângela Cristina Di Palma Back
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Profª. Dra. Márcia Teixeira Nogueira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Hebe Macedo de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A mim, pois sei o esforço hercúleo
que fiz para dar vida a esta Tese. À minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde que me concedeu durante todo o processo deste trabalho.

À minha querida orientadora, Professora Dra. Márluce Coan, pelos momentos de presteza gentilmente concedidos para que esta Tese pudesse ser concluída; pela flexibilidade com que pode tirar minhas dúvidas; pela competência com que direcionou a orientação durante esses anos; pela compreensão e dedicação nas observações feitas para lapidar este trabalho; e, sobretudo, pela paciência que dispensou como orientadora.

À minha família – pais, esposo e filhos – que nos momentos de angústia, rogavam-me paciência.

Ao meu esposo, José Armando Ponte Dias Junior, por depositar confiança nos meus mais grandiosos esforços para que esta Tese fosse concluída.

Aos meus filhos – **Raul e Diego** – que são extensões da minha vida.

“Com efeito, a imobilidade absoluta [de uma língua] não existe; todas as partes da língua estão submetidas à mudança; a cada período corresponde uma evolução mais ou menos considerável. Esta pode variar de rapidez e de intensidade sem que o princípio mesmo seja enfraquecido; o rio da língua corre sem interrupção; que seu curso seja tranquilo ou caudaloso é consideração secundária.” (SAUSSURE, 2006, p. 163)

RESUMO

Esta Tese teve o intuito de averiguar, por meio de dados de documentos escritos nos séculos XVIII, XIX e XX, do acervo do Instituto do Ceará, o futuro do pretérito, no que concerne aos valores funcionais atribuídos a essa forma verbal, à sua utilização textual e às motivações linguísticas e extralinguísticas que condicionam o uso dessa forma verbal. A partir da ótica (socio)funcionalista, passando pelas teorias funcionais e estudos de gramaticalização, uma discussão dos fatos da língua em seus aspectos funcionais e sociais foi levantada para, assim, contribuirmos com pesquisas realizadas no âmbito da Descrição e Análise Linguística do Português Brasileiro. Analisamos, com base nas categorias Tempo, Aspecto e Modalidade (TAM), as funções que são atribuídas ao futuro do pretérito, generalização de uso, aumento ou diminuição de funções codificadas pela forma verbal em questão. No que diz respeito aos condicionamentos, além dos fatores de ordem linguística – tipo de verbo, modalidade e estrutura temporal – foram controlados, também, fatores extralinguísticos, como o tempo cronológico (século) e o gênero textual – discursos políticos, cartas e documentos oficiais, para que, assim, fosse apresentada uma visão histórica de *gramática em uso*. Constatamos que o futuro do pretérito codifica: posterioridade temporal cronológica; posterioridade temporal polifônica; posterioridade nocional de condição; posterioridade nocional de possibilidade; posterioridade nocional de polidez e posterioridade nocional de desejo. A função temporal cronológica é condicionada pelo *irrealis 2*, pela estrutura temporal de posterioridade, por verbos *accomplishment*, é predominante no século XVIII e no gênero carta; a função posterioridade temporal polifônica é condicionada pelo *irrealis 1*, pela estrutura temporal de simultaneidade, pelo aspecto verbal caracterizado por verbos de estado, ocorre com mais frequência no século XIX e nos discursos políticos; a função nocional de condição é condicionada pelo *irrealis 3*, pela estrutura temporal de posterioridade, por verbos que indicam *achievement*, aparece, predominantemente, no século XIX em discursos políticos; a função nocional de possibilidade é condicionada pelo *irrealis 4*, pela estrutura temporal de anterioridade, caracteriza-se por verbos que indiquem estado, o século em que predomina é o XIX e o gênero é o discurso político; a função nocional de polidez é condicionada pelo *irrealis 2*, pela estrutura temporal de posterioridade, por verbos de estado, o século predominante é o XIX e o gênero é o discurso político; a função nocional de desejo é condicionada pelo *irrealis 1*, pela estrutura temporal de anterioridade, por verbos de estado, ocorre, predominantemente, no século XIX e no gênero discurso político.

Palavras-chave: Futuro do Pretérito; Sociofuncionalismo; Língua Portuguesa.

RESUMÉ

Cette thèse a eu le but d'étudier, au moyen de données des documents écrits d'Instituto do Ceará, dans les 18^{ème}, 19^{ème} et 20^{ème}, siècles, le conditionnel, en ce qui concerne les valeurs fonctionnelles assignées à cette forme verbale, leur utilisation et motivations linguistiques textuelles et extralinguistiques qui influent sur l'utilisation de cette forme verbale. Depuis l'optique (socio)fonctionnaliste par le biais de théories fonctionnelles et des études de gramaticalization, une discussion des faits de langue dans les aspects fonctionnels et sociaux avait été soulevée pour contribuer avec les recherches menées dans le contexte de la description linguistique et analyse du portugais brésilien. Nous analysons, sur la base des catégories Temps, Aspect et Modalité (TAM), les fonctions qui sont attribuées au conditionnel, la généralisation de son utilisation, augmentation ou diminution des fonctions codées par la forme verbale en question. En ce qui concerne les conditionnements, en plus du type de verbe, d'ordre linguistique, la modalité et la structure temporelle – ont également contrôlé, des facteurs extralinguistiques, tels que le temps chronologique (siècle) et les genres textuelles : des discours politiques, des lettres et des documents officiels, afin qu'il a été présenté avec un aperçu historique d'utilisation *de la grammaire en cours*. Nous constatons que la forme conditionnelle codifie : la postérité temporelle chronologique ; la postérité temporelle polyphonique ; la postérité notionnelle de condition ; la postérité notionnelle de possibilité ; la postérité notionnelle de politesse et la postérité notionnelle du désir. La fonction temporelle chronologique est conditionnée par *irrealis 2*, la structure temporelle par la postérité ; l'aspect verbal est caractérisé par *accomplishment*, sur le temps chronologique, la dominante est au XVIIIème siècle, et le genre textuel, la lettre ; la fonction temporelle polyphonique est conditionnée par *irrealis 1*, la structure temporelle est de la simultanéité, l'aspect verbal est caractérisé par des verbes d'état, la période qui rend la forme verbale est le XIXème siècle, apparaissant dans les discours politiques ; la fonction notionnelle de condition est conditionnée par *irrealis 3*, la structure temporelle est de la postérité, la typologie verbale est caractérisée par des verbes qui indiquent *achievement*, au XIXe siècle, et que figurent dans le discours politiques ; la fonction notionnelle de possibilité est conditionnée par *irrealis 4*, la structure temporelle est d'antériorité, la typologie verbale se caractérise par des verbes d'état, le siècle dans lequel prédomine est le XIXème siècle, dans le discours politiques ; la fonction notionnelle de politesse est conditionnée par *irrealis 2*, la structure temporelle est de postérité, la typologie verbale est caractérisée par des verbes d'état, la prédominance est dans le XIXème siècle, dans les discours politiques ; la fonction notionnelle du désir est conditionnée

par *irrealis I*, la structure temporelle est d'antériorité, l'aspect verbal est d'état, le siècle qui prédomine est le XIXème, dans le discours politique.

Mots-clés : Le Conditionnel; Le Sociofonctionnalisme; La Langue Portugaise.

RESUMEN

Esta tesis fue a investigar, por medio de datos de documentos escritos en los siglos XVIII, XIX y XX, de la colección del Instituto do Ceará, el futuro del pasado, con respecto a los valores funcionales asignados a esta forma verbal, su uso y las motivaciones textuales lingüísticas y extralingüísticas que afectan el uso de esta forma verbal. Desde la óptica (socio) funcionalista y a través de teorías funcionales y estudios de gramaticalización, ha planteado una discusión de los hechos del lenguaje en los aspectos funcionales y sociales para contribuir con la investigación llevada a cabo en el contexto de la análisis y descripción lingüística del Portugués Brasileño. Sobre la base de las categorías de tiempo, aspecto y modalidad (TAM), analizamos las funciones que se asignan para el futuro del pasado, la generalización del uso, aumento o disminución de funciones codificadas por la forma verbal en cuestión. En cuanto a las limitaciones, además de los factores de orden lingüístico - tipo de verbo, modalidad y la estructura temporal – también fueron controlados factores extralingüísticos, como el tiempo cronológico (siglo) y los géneros textuales - discursos políticos, cartas y documentos oficiales, por lo que se presentó con una reseña histórica de la *gramática en uso*. Vemos que el futuro del pasado codifica: posterioridad temporal cronológica; posterioridad temporal polifónica; posterioridad con la noción de condición; posterioridad con la noción de posibilidad; posterioridad con la noción de cortesía y posterioridad con la noción de deseo. La función de posterioridad temporal cronológica está condicionada por el *irrealis 2*, por la estructura temporal de posterioridad, por verbos *accomplishment*, el tiempo cronológico predominante es el siglo XVIII, y predomina en el género carta; la función de posterioridad temporal polifónica está condicionada por el *irrealis 1*, tiene la estructura temporal de simultaneidad, el aspecto verbal se caracteriza por verbos de estado, el período que predomina es el siglo XIX, y aparecen en los discursos políticos; la función de posterioridad con la noción de condición está condicionada por el *irrealis 3*, la estructura temporal es de posterioridad, la tipología se caracteriza por verbos *achievement*, aparecen en el siglo XIX y en el discurso político; la función de posterioridad con la noción de posibilidad está condicionada por el *irrealis 4*, la estructura temporal es de anterioridad, la tipología se caracteriza por los verbos indican el estado, el siglo en el que predomina es el siglo XIX y aparecen en el discurso político; la función de posterioridad con la noción de cortesía está condicionada por el *irrealis 2*, con la estructura temporal de posterioridad, la tipología verbal caracterizada por verbos de estado, predominando en el siglo XIX, en el discurso político; la función de posterioridad con la

noción de deseo está condicionada por *irrealis I*, por la estructura temporal de anterioridad, por verbos de estado, predominando en el siglo XIX y en el discurso político.

Palabras-clave: Condicional; Sociofuncionalismo; Lengua Portuguesa.

ABSTRACT

This thesis was to investigate, by means of documents written in the 18th, 19th and 20th centuries, of the collection of the Instituto do Ceará, the past future tense, with regard to functional values assigned to this verbal form, their use and the linguistics and extralinguistics motivations that affect the use of this verb form. From the optics of the (socio) functionalism through functional theories and studies of grammaticalization, a discussion of the facts of language in functional and social aspects had been raised to contribute with researchs conducted in the context of Analysis and Linguistic Description of Brazilian Portuguese. We analyzed, on the basis of categories tense, aspect and modality (TAM), the functions that are assigned to the past future tense, generalization of usage, increase or decrease of functions coded by the verbal form in question. Concerning to motivations, in addition to the linguistic order factors - verb type, mode and temporal structure – were also controlled extralinguistics factors, such as chronological time (century) and text genre - political speeches, letters and official documents - so that it was presented with a historical overview of *grammar in use*. We see the past future tense encodes: chronological time posteriority; polyphonic time posteriority; notional posteriority of condition; notional posteriority of possibility; notional posteriority of politeness and notional posteriority of desire. The chronological time function is conditioned by *irrealis 2*, by time structure of posteriority, by *accomplishment* verbs, and it is prevalent in 18th century and in the text genre letter; the polyphonic time function is conditioned by *irrealis 1*, by time structure of concurrency, by verbal aspects characterized by state verbs, occurs more frequently in the 19th century and in political speeches; the notional function of condition is conditioned by *irrealis 3*, by time structure of posteriority, by verbs that indicate *achievement*, appears predominantly in the 19th century and in political speeches; the notional function of possibility is conditioned by *irrealis 4*, by time structure of anteriority, characterized by verbs that indicate state, the century in which predominates is the 19th and the text genre is the political speech; the notional function of politeness is conditioned by *irrealis 2*, by time structure of posteriority, by state verbs, the predominant is in the 19th century and the text genre is the political speech; the notional function of desire is conditioned by *irrealis 1*, by time structure of anteriority, by state verbs, occurs predominantly in the 19th century and in political speeches.

Key-words: The Past Future Tense; Sociofunctionalism; The Portugais Language.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------|--|-------|
| Quadro 1 - | Perfil morfológico do futuro do pretérito | p.39 |
| Quadro 2 - | Funções textual-discursivas do futuro do pretérito (número de ocorrências) | p.132 |
| Quadro 3 - | Mapeamento funcional do futuro do pretérito por século e gênero | p.137 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|-------|
| Tabela 1 - | Atuação da Modalidade na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito | p.138 |
| Tabela 2 - | Atuação da Estrutura Temporal na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito | p.140 |
| Tabela 3 - | Atuação do Tipo de Verbo na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito | p.141 |
| Tabela 4 - | Atuação do Século na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito | p.143 |
| Tabela 5 - | Atuação do Gênero Textual na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito | p.143 |
| Tabela 6 - | Atuação da Modalidade na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito | p.144 |
| Tabela 7 - | Atuação da Estrutura Temporal na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito | p.146 |
| Tabela 8 - | Atuação do Tipo de Verbo na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito | p.146 |
| Tabela 9 - | Atuação do Século na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito | p.147 |
| Tabela 10 - | Atuação do Gênero Textual na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito | p.148 |
| Tabela 11 - | Atuação da Modalidade na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito | p.149 |
| Tabela 12 - | Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito | p.150 |
| Tabela 13 - | Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito | p.151 |
| Tabela 14 - | Atuação do Século na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito | p.151 |
| Tabela 15 - | Atuação do Gênero Textual na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito | p.152 |
| Tabela 16 - | Atuação da Modalidade na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito | p.153 |
| Tabela 17 - | Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito | p.154 |
| Tabela 18 - | Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito | p.155 |

| | | |
|-------------|---|-------|
| Tabela 19 - | Atuação do Século na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito | p.156 |
| Tabela 20 - | Atuação do Gênero Textual na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito | p.156 |
| Tabela 21 - | Atuação da Modalidade na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito | p.157 |
| Tabela 22 - | Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito | p.158 |
| Tabela 23 - | Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito | p.158 |
| Tabela 24 - | Atuação do Século na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito | p.159 |
| Tabela 25 - | Atuação do Gênero Textual na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito | p.160 |
| Tabela 26 - | Atuação da Modalidade na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito | p.160 |
| Tabela 27 - | Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito | p.161 |
| Tabela 28 - | Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito | p.162 |
| Tabela 29 - | Atuação do Século na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito | p.163 |
| Tabela 30 - | Atuação do Gênero Textual na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito | P.163 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Capítulo 1: Introdução | 20 |
| Capítulo 2: Fatores Sócio-Históricos da Constituição da Língua Portuguesa no Brasil | 27 |
| 2.1 Considerações finais do capítulo | 33 |
| Capítulo 3: Objeto de Estudo - O Futuro do Pretérito | 35 |
| 3.1 Panoramas histórico e gramatical..... | 35 |
| 3.2 As formas verbais e o período hipotético em Latim..... | 36 |
| 3.3 A Abordagem das gramáticas..... | 41 |
| 3.4 O papel textual-discursivo das formas verbais: algumas considerações sobre o futuro do pretérito..... | 46 |
| 3.5 Estudos linguístico-descritivos sobre o futuro do pretérito..... | 47 |
| 3.5.1 Os estudos de Câmara Jr (1967)..... | 47 |
| 3.5.2 Os estudos de Travaglia (1985, 1991, 1999)..... | 50 |
| 3.5.3 Os estudos de Costa (1990, 1997, 2003)..... | 55 |
| 3.5.4 O estudo de Silva (1998)..... | 58 |
| 3.5.5 O estudo de Karam (2000)..... | 59 |
| 3.5.6 O estudo de Domingos (2003)..... | 60 |
| 3.5.7 O estudo de Santos (2003)..... | 61 |
| 3.5.8 O estudo de Coroa (2003)..... | 62 |
| 3.5.9 O estudo de Barbosa (2005)..... | 64 |
| 3.5.10 O estudo de Dias (2007)..... | 64 |
| 3.6 Considerações finais do capítulo..... | 67 |
| Capítulo 4: Fundamentos Teóricos | 68 |

| | |
|--|------------|
| 4.1 Um pouco sobre a linguística histórica: perspectivas..... | 68 |
| 4.2 Sociolinguística..... | 71 |
| 4.3 O Funcionalismo linguístico..... | 75 |
| 4.4 O Sociofuncionalismo..... | 85 |
| 4.5 Uma análise sociofuncionalista: a gramaticalização..... | 88 |
| 4.6 É possível falar de gramaticalização do futuro do pretérito?..... | 93 |
| 4.7 Considerações finais do capítulo..... | 97 |
| Capítulo 5: O Complexo Tempo, Aspecto e Modalidade – TAM..... | 99 |
| 5.1 Uma categoria funcional: a modalidade linguística..... | 111 |
| 5.2 Considerações finais do capítulo..... | 118 |
| Capítulo 6: Procedimentos Metodológicos..... | 120 |
| 6.1 Introdução..... | 120 |
| 6.2 O Instituto do Ceará..... | 120 |
| 6.3 O corpus da pesquisa..... | 122 |
| 6.4 Procedimentos de análise..... | 124 |
| 6.4.1 Mapeamento das funções codificadas pelo futuro do pretérito..... | 124 |
| 6.4.2 Possíveis análises variacionistas..... | 128 |
| 6.4.3 Fatores de análise..... | 129 |
| 6.5 Considerações finais do capítulo..... | 130 |
| Capítulo 7: Análise dos dados – a multifuncionalidade do Futuro do Pretérito..... | 131 |
| 7.1 Introdução..... | 131 |
| 7.2 As funções codificadas pelo futuro do pretérito: caracterizando contextos de ocorrência..... | 134 |
| 7.2.1 Breves considerações sobre os grupos de fatores testados..... | 134 |

| | |
|---|------------|
| 7.2.2 A função temporal cronológica..... | 137 |
| 7.2.3 A função temporal polifônica..... | 144 |
| 7.2.4 A função nocional de condição..... | 148 |
| 7.2.5 A função nocional de possibilidade..... | 152 |
| 7.2.6 A função nocional de polidez..... | 156 |
| 7.2.7 A função nocional de desejo..... | 160 |
| 7.3 Algumas considerações sobre variação e mudança..... | 164 |
| 7.4 Prototipia: Algumas considerações..... | 168 |
| 7.5 Iconicidade e Marcação: algumas considerações..... | 171 |
| Capítulo 8: Considerações Finais..... | 173 |
| Referências..... | 180 |

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Existem múltiplas razões pelas quais um enfoque diacrônico se faz pertinente para a análise linguística. Em princípio, expande o poder explicativo de uma teoria, permitindo ao analista mostrar como um termo ou construção passou a representar uma ou outra função. Assim sendo, este trabalho tem o propósito de averiguar, por meio de dados de documentos escritos nos séculos XVIII, XIX e XX, do acervo do Instituto do Ceará¹, o uso do futuro do pretérito, no que concerne aos valores funcionais, à utilização textual e às motivações que orientaram o indivíduo a eleger essa forma. A escolha do Instituto do Ceará deveu-se pela variedade do acervo nele contido, onde encontramos um número grandioso de documentos escritos dos séculos XVIII, XIX e XX. A partir disso, pretendemos desenvolver, sob a perspectiva (sócio)funcionalista, uma discussão dos fatos da língua em seus aspectos funcionais e sociais para, assim, contribuirmos com pesquisas realizadas no âmbito da Descrição e Análise Linguística do Português Brasileiro. A partir das categorias Tempo, Aspecto e Modalidade (TAM), estudaremos, também, se há casos de variação, que passaram a ocasionar transformações no que se refere à generalização de uso, aumento ou diminuição de funções codificadas e uma possível mudança de significado da forma verbal em análise, bem como a variabilidade das funções em sua trajetória ao longo do tempo, sendo por esta razão que consideramos o futuro do pretérito sob o ponto de vista secular. Com relação aos condicionamentos – de uso da forma sob análise, além dos fatores de ordem linguística – tipo de verbo, modalidade e estrutura temporal – controlamos, também, fatores extralinguísticos, como o tempo cronológico (século) e o gênero textual – discursos políticos, cartas e documentos oficiais.

Trabalhos como os de Travaglia (1985, 1991 e 1999), Costa (1990, 1997, 2003), Silva (1998), Domingos (2003), Santos (2003), Coroa (2005), Barbosa (2005) e Dias (2007)²,

¹O Instituto do Ceará é um órgão público que foi fundado em 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. É uma sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, que possui a missão de estudar e difundir a História, Geografia, Antropologia e Ciências correlatas, ao mesmo tempo em que preserva a identidade cultural do povo cearense.

² Travaglia (1985, 1991, 1999): “Aspecto Verbal do Português; a categoria e sua expressão”; “Um Estudo Textual-Discursivo do Verbo no Português do Brasil” e “O uso do futuro do pretérito no português falado”; Costa (1990, 1997, 2003): “O Futuro do Pretérito e Suas Variantes: Um Estudo de Mudança em Tempo Real de Longa Duração”; “A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro”; “O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo

que direcionaram seus estudos para a linguagem oral, suscitaram questionamentos de ordem (sócio)funcionalista para que esta pesquisa se propusesse a mostrar o uso do futuro do pretérito nas produções escritas do século XVIII ao século XX na região Nordeste – mais especificamente em documentos históricos do acervo do Instituto do Ceará – visando à descrição do Português numa perspectiva histórica. Sobre a utilização do tempo verbal aqui exposto, em língua escrita, o *corpus* dos documentos históricos do Instituto do Ceará, certamente, contribuirá para uma abertura de novos caminhos para se repensar a evolução e/ou mudança da Língua Portuguesa. Dois pontos motivaram esta pesquisa de viés diacrônico: o primeiro se apoia na variação entre o *pretérito imperfeito do indicativo* em detrimento à forma verbal *futuro do pretérito* em contextos condicionais, já constatada em trabalhos de alguns autores supracitados; e o segundo refere-se à multifuncionalidade do futuro do pretérito, como vemos em Travaglia (1999).

Mudanças de ordem sintática e semântica aparecem nas estruturas linguísticas em virtude de ajustes dos fenômenos da língua. Assim, queremos evidenciar a grande importância desse estudo para compreendermos o que vem acontecendo com o uso do futuro do pretérito no decurso do tempo. A pesquisa, então, busca contribuir para a descrição histórica do português escrito, alinhando-se a outras pesquisas sobre categorias verbais desenvolvidas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste (sendo estas voltadas para a oralidade), destacando-se, assim, sua relevância para a Linguística e para o Sociofuncionalismo.

Essa pesquisa apresenta, em seu início, a introdução com os objetivos, as questões e hipóteses que constituem o escopo do trabalho. Em seguida, no capítulo dois, há um breve panorama dos fatores sócio-históricos da constituição da Língua Portuguesa no Brasil e a caracterização do fenômeno, a partir de um estudo do *estado da arte*, que vai desde a formação do futuro do pretérito, passando à sua caracterização pela tradição gramatical, e chegando aos estudos linguísticos. No terceiro capítulo, tratamos do nosso objeto de estudo – o futuro do pretérito – e seus aspectos históricos e gramaticais, juntamente com as abordagens das gramáticas e estudos descritivos; no quarto capítulo, trataremos da perspectiva da

diacrônico”; Silva (1998): “A alternância entre as formas verbais terminadas em **-va, -ia, -ria** dos usuários da cidade de Florianópolis”; Domingos (2003): “Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado”; Santos (2003): “O futuro verbal é um tempo ou um modo?”; Coroa (2005) “O Tempo nos Verbos em Português: uma introdução à sua interpretação semântica”; Barbosa (2005): “A variação entre futuro do pretérito e imperfeito do indicativo em orações condicionais iniciadas por SE na fala Uberlandense”; Dias (2007): “Variação e funcionalidade modo-temporal no Português Oral de Fortaleza/CE: futuro do pretérito *versus* pretérito imperfeito, na codificação de eventualidade em construções condicionais”.

linguística histórica, do referencial teórico que balizará nosso estudo, capítulo no qual serão abordados os princípios (sócio)funcionalistas, que servirão como base para a análise e discussão de condicionamentos discursivos/funcionais, sociais e cognitivos. Com relação às questões sociolinguísticas, trataremos também da mudança, pois o *corpus* utilizado compreende três séculos. Além disso, abordaremos o fenômeno da gramaticalização, sua definição e os rumos diacrônicos. Mostraremos, no quinto capítulo, o complexo Tempo, Aspecto e Modalidade – *TAM*; os procedimentos metodológicos que nortearão a pesquisa, juntamente com o *corpus* e os fatores linguísticos e extralinguísticos controlados são apresentados no capítulo seis. No capítulo sete, exporemos a análise dos dados em que se verificam as duas perspectivas funcionais do futuro do pretérito, consoante Travaglia (1991, 1999), como também os casos de prototíпия dessa forma verbal, cujo propósito é a verificação dos usos mais recorrentes do futuro do pretérito. Por fim, no capítulo oito, tecemos as considerações a que chegamos sobre a descrição funcional do futuro do pretérito mediante análise em perspectiva diacrônica entre os séculos XVIII, XIX e XX.

Procuramos, assim, apresentar uma visão histórica de *gramática em uso*, com a pretensão de diagnosticar, diacronicamente, as diversas funções que o futuro do pretérito assumiu em diferentes contextos discursivos, os quais, interligados aos fatores de ordem social, determinam os usos linguísticos.

1.1 Objetivos

Destacamos como objetivo geral:

Analisar, em uma perspectiva diacrônica, a multifuncionalidade da forma verbal do futuro do pretérito em dados do português dos séculos XVIII ao XX nos documentos históricos do acervo do Instituto do Ceará, considerando-se motivações linguísticas (morfossintáticas e discursivas) e extralinguísticas (século e gênero).

Nossos objetivos específicos são:

- a) Mapear as funções codificadas pelo futuro do pretérito;
- b) Analisar os contextos de uso de cada função codificada pelo futuro do pretérito;

c) Sistematizar possíveis casos de variação linguística;

d) Investigar, para o uso de cada função codificada pelo futuro do pretérito, a influência dos condicionamentos linguísticos, tais como: Tempo, Aspecto e Modalidade;

e) Investigar, para o uso de cada função codificada pelo futuro do pretérito, a influência do condicionamento extralinguístico gênero textual;

f) Investigar, para o uso de cada função codificada pelo futuro do pretérito, a influência do condicionamento extralinguístico século;

g) Averiguar os contextos linguísticos e extralinguísticos prototípicos do futuro do pretérito;

h) Analisar se o futuro do pretérito é mais usado quando a ordem é **não**-icônica, na medida em que se pode condicionar as noções temporais e nocionais considerando-se modalidade, estrutura temporal e tipo de verbo, como também o que revela mais ou menos marcação em termos de distribuição de frequência, em que a categoria marcada tende a ser menos frequente do que a não-marcada.

1.2 Questões e hipóteses

Por meio das questões e hipóteses elencadas abaixo, desejamos descrever a multifuncionalidade do futuro do pretérito em textos escritos dos séculos XVIII ao XX.

a) Quais funções são codificadas pelo futuro do pretérito?

Hipótese: Podemos dizer que o futuro do pretérito, a depender da combinação com verbos auxiliares modais, advérbios e adjuntos adverbiais, codifica várias funções, dentre as quais destacamos: (i) de polidez (“você *poderia* chamar o Diretor?”); (ii) desejo (“*desejaríamos* que falassem mais baixo”); (iii) certeza (“Certamente, eu *faria* essa tarefa melhor que João”); (iv) possibilidade (“Possivelmente, Clarissa *viria* à reunião munida das provas documentais”); (v) dúvida/incerteza (“Talvez, um dia, Mariana *iria* perceber que seu

pai é adotivo.”) e (vi) condição (“Se você fosse mais educado, *cumprimentaria* os mais velhos”)³.

b) Com relação aos contextos de uso de cada função codificada pelo futuro do pretérito, podemos dizer que estão relacionados aos atos de fala, em que a informação proposicional (que relaciona eventos, estados e processos) está ligada à modalidade epistêmica (certeza, probabilidade e verdade)?

Hipótese: colocamos em questão o fato de que o usuário da língua escolhe o futuro do pretérito por apresentar a noção de *irrealis* (*noção associada a menos certeza*) em contextos cujas funções indicarem: *idéia de futuridade* ao relacionar um momento concretizado no passado com atos futuros quando esses estiverem relacionados ao momento da fala; *polifonia*; *condições* não-realizáveis numa situação em que envolva dúvida; *possibilidade*, isto é, uma situação possível de ser realizada; *polidez*, ao caracterizar um grau mínimo de manipulação do falante em relação ao ouvinte; *desejo*, por destacar um distanciamento entre os interlocutores no discurso e que, embora o emissor tenha certeza da sua intenção, o mesmo não pode afirmar se o receptor do ato comunicativo compartilha, também, do mesmo nível de certitude da circunstância desejada.

c) É possível dizer que, para cada função sistematizada do futuro do pretérito, há competição entre o mesmo e outra forma verbal?

Hipótese: podemos dizer que o futuro do pretérito, de acordo com as funções assumidas, varia com o imperfeito do indicativo, quando indicar condição e desejo (“Se fosse alto, *era/seria* jogador de basquete.”); com o presente do indicativo, quando indicar obrigação, dever (“Marcelo *deve/deveria* estudar mais para o vestibular.”) e com o futuro do presente, ao indicar dúvida, nas orações interrogativas (“*Será/seria* João o escolhido para ocupar o cargo?”).

d) As funções codificadas pelo futuro do pretérito sofrem influência de categorias

³Embora também possamos caracterizar o uso do futuro do pretérito assumindo valores de atenuação ou de asseveração (cf. MENEZES, 2006), não os citamos nas possíveis funções codificadas por essa forma verbal pelo fato de não encontrarmos dados que justifiquem esses valores assumidos no *corpus* analisado.

verbais como Tempo, Aspecto e Modo?

Hipótese: No que consiste à estrutura temporal e à tipologia verbal, podemos afirmar que o uso do futuro do pretérito é escolhido pelo usuário da língua por ressaltar: (i) *posterioridade* ao momento de referência quando a função exercida pela forma verbal em questão indicar noção de futuridade e a noção de condição; (ii) *simultaneidade* ao momento de referência quando a função exercida indicar polifonia, em virtude do resguardamento da face, evitando, assim, o não-comprometimento do falante com o enunciado dito, e polidez, por se tratar de um pedido e (iii) *anterioridade* ao momento de referência quando sua intenção é demonstrar sua vontade *anteriormente* ao momento da ocorrência por ele narrada.

e) Os seguintes gêneros textuais: discursos políticos, cartas e documentos oficiais motivam a multifuncionalidade do futuro do pretérito?

Hipótese: quanto ao gênero textual podemos dizer que, nos discursos políticos e nos documentos oficiais, predominam as funções: (i) de polidez (“você *poderia* chamar o Diretor?”); (ii) desejo (“Mário *gostaria* de que seu trabalho fosse aprovado”); (iii) certeza (“Certamente, eu *faria* essa tarefa melhor que João”); (iv) condição (*terminaríamos* os trabalhos se Maria nos deixasse em paz”), em virtude de o público alvo ser formado por pessoas cultas se expressando a uma casta privilegiada da população; nas cartas, podemos dizer que ocorrem, predominantemente, as seguintes funções: (v) possibilidade (“*poderíamos* falar tudo o que sabíamos quando João chegasse”) e (vi) dúvida (“Talvez, um dia, Mariana *viria* perceber que seu pai é adotivo”), em virtude de o indivíduo ter um grau de proximidade maior com o destinatário.

f) No que concerne ao tempo cronológico, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, houve mudança da(s) função(ões) codificadas pela forma verbal em questão?

Hipótese: podemos dizer que, ao longo dos séculos, o uso da forma verbal futuro do pretérito foi ampliado, o que gerou competição entre esta forma e outras, tais como: imperfeito do indicativo, quando indicar condição e desejo (“se fosse alto, *era/seria* jogador de basquete”); presente do indicativo, quando indicar obrigação, dever (“Marcelo *deve/deveria* estudar mais para o vestibular”) e futuro do presente, ao indicar a dúvida, nas

orações interrogativas (“*Será/seria* João o escolhido para ocupar o cargo?”)⁴

g) No que tange aos contextos linguísticos e extralinguísticos do futuro do pretérito, quais são os que revelam os casos de prototipia?

Hipótese: quanto à prototipia do futuro do pretérito, podemos dizer que os contextos linguísticos que mais influenciam as formas prototípicas do futuro do pretérito são: com relação à modalidade, *irrealis 1 e 2*, haja vista pesquisas descritivas sincrônica relativas ao uso do futuro do pretérito; com relação à estrutura temporal, *posteridade* ao momento de referência, pois a posterioridade, segundo Travaglia (1999), é o valor básico do futuro do pretérito; com relação ao aspecto verbal, verbos ligados a *estado*, pois *se relacionam a um modo*; com relação ao tempo cronológico, século *XIX*; quanto ao gênero, *discursos políticos*, já que é um gênero textual caracterizado como formal.

h) Com relação aos princípios iconicidade e marcação, o que podemos afirmar sobre o uso do futuro do pretérito?

Hipótese: considerando-se que a forma sob análise é multifuncional, podemos dizer que não há cem por cento de iconicidade, ou seja, não há correlação de um para um entre forma e função, caso em que há uma forma para mais funções, embora, em estágios mais antigos, possa haver emparelhamento entre forma-função. Quanto à marcação, especificamente em termos de distribuição de frequência, cremos que sejam mais frequentes as funções temporal cronológica e a nocional de condição, logo, menos marcadas.

Assim sendo, tomando por base os objetivos e as hipóteses acima mencionadas, trataremos da multifuncionalidade do futuro do pretérito em dados retirados do *corpus* do Instituto do Ceará, denominado revistas históricas, dos séculos XVIII, XIX e XX.

⁴De acordo com as gramáticas vigentes na época (BARROS, 1540; SAID ALI 1964) as funções codificadas pelo futuro do pretérito diziam respeito à condição, à noção de futuridade que se relaciona a um momento concretizado no passado e ao uso para indicar atos futuros quando relacionados ao momento da fala.

CAPÍTULO 2

FATORES SÓCIO-HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

A linguagem falada em nossa terra, em virtude de múltiplos fatores, tomou cunho próprio... o modo de viver modifica-se e transforma-se. E a língua, instrumento social, foi-se adaptando à nossa sociedade, pois, como sabemos, ela caminha lado a lado com a história social (SERAFIM DA SILVA NETO, 1977, p. 248 e 258).

Buscaremos, inicialmente, em síntese, justificar o início dos nossos estudos a partir do século XVIII, para uma compreensão do que será pesquisado, embora haja registros históricos do idioma no período pré-colonial e nos primeiros séculos do Brasil-colônia. Em seguida, passaremos ao objeto de estudo e à apresentação do problema.

Um novo caminho o território brasileiro seguiu a partir de um novo grupo social constituído pelos imigrantes portugueses, pelos escravos e pelos jesuítas que aqui aportaram em missão de catequese (NOLL, 2008). Segundo Noll (2008), os próprios jesuítas intitulavam-se “brasilienses” (idem, p. 124), haja vista usarem a expressão “língua brasileira” que identifica, acima de tudo, a nacionalidade de um povo; a caracterização do termo brasileiro ganha largas proporções, diferenciando-se, linguística e culturalmente, do idioma lusitano. Ainda para Noll (2008, p. 130), a atribuição do termo “língua nacional” para a “língua brasileira” já se podia encontrar em Pereira Coruja (1835), em cuja proposta se verifica um processo de desvinculação linguística iniciada no século XVI, quando a língua tupi, ao lado da língua guarani, formam um “grupo de dialetos”, sendo denominado de tupi-guarani, como afirma Magalhães Gândavo, em 1576 (apud Noll, 2008, p. 134):

A lingua de que usam, toda pela costa, he uma: ainda que em certos vocabulos differe n'algumas partes; mas nam de maneira que se deixem huns aos outros de entender: isto até altura de vinte e sete grãos, [...] (História, 1576, p. 122).

A técnica de colonização e de evangelização, no período colonial brasileiro, utilizada no início do século XVI até meados do século XVIII, por jesuítas portugueses, aderiu ao uso das línguas faladas pelos nativos que aqui se encontravam à época – de base

Tupi-guarani. Índios, negros africanos e mulatos brasileiros que aqui viviam eram *ensinados* com uma espécie de *mistura* entre o Português de Portugal e o Tupi-guarani. Porém, já no fim do século XVIII, o que se via era somente o ensino da Língua Portuguesa, em virtude do advento de novas cidades, que foram formas de difusão cultural e linguística da língua lusitana. Os negros africanos que aqui chegavam juntamente com os nativos que aqui habitavam apreendiam, aos poucos, o Português.

O aspecto da implantação do português no Brasil explica por que tivemos, de início, uma língua literária de Portugal [...]. A sociedade colonial considerava-se [...] um prolongamento da sociedade ultramarina. O seu ideal era reviver os padrões vigentes no reino. (COUTINHO, 1968, p. 63)

A língua literária no Brasil, até a metade do século XVIII, era uma espécie de “imitação da Metrópole” Lusitana (ELIA, 2003, p. 89), tendo sua *originalidade* com a passagem do Classicismo para o Romantismo, fato este que não ocorreu em Portugal, haja vista os princípios românicos não identificarem uma espécie de *concorrência* entre as modalidades culta e popular da língua. Sucede, pois, que, no Brasil, a língua oral passou por fases de aceitação do que se pode denominar de *semicrioulo* (dialeto falado pelos negros africanos), pois diziam que a aceitabilidade de uma língua *popular*, advinda dos níveis menos letrados das comunidades, era uma espécie de *nacionalização* do idioma *brasileiro* (ELIA, 2003).

Nas últimas décadas do século XVIII, havia apenas 0.5% de letrados no Brasil (HOUAISS, 1985). Indica o primeiro censo oficial do Brasil, de 1872, que, da população entre seis e quinze anos, 16.8% frequentavam escolas. Havia menos de 12 mil dos 4 milhões e seiscentos habitantes em instituições escolares secundárias. No entanto, a quantidade de pessoas com educação superior era em torno de 8 mil. Diante deste quadro, Boris Fausto (1994) – historiador – denomina de “abismo” aquilo que separava a camada letrada da grande massa de analfabetos e de educação rudimentar. Entre 1890 e 1920, há um aumento significativo na escolarização no Brasil. Dados estatísticos informam que chegamos à 2^a década do século XX com 25% de escolarizados (segundo Ilza Ribeiro, 1999).

É com o advento das leis do Marquês de Pombal⁵ que a Língua Portuguesa se

⁵Marquês de Pombal instituiu a Lei de 6 de novembro de 1772, cujo fim era impulsionar a educação da população. Essa lei tinha como escopo a organização da educação primária e secundária, o início do ensino

torna língua oficial e da escola no Brasil. Com a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, cujo ensino era em língua latina tanto nos colégios da ordem quanto nas aldeias indígenas, surgiu a primeira rede leiga oficial de ensino, instituindo, assim, uma política educacional calamitosa para a escolarização no Brasil, pois aí professores pouco instruídos começaram a assumir uma sala de aula e lecionar disciplinas que não dominavam.

A Educação no Brasil, no período pombalino, passa por uma enorme reforma, o que de certa forma marca uma mudança na História do processo educacional brasileiro. A primeira providência do marquês foi extinguir as escolas jesuíticas, seguindo-se, então, as mudanças de instrução, com o novo sistema educacional, em que se tornava imprescindível um “Diretor Geral dos Estudos”, cuja função era de indicar professores e fiscalizá-los; o ensino passa a ser dividido em aulas organizadas por matérias, cuja administração era feita por professores *leigos e despreparados* (PILETTI, 1996). Ademais, encontra-se, também, uma espécie de instrução de formação clássica, de cunho europeu, já que os colégios de ensino religioso não sofreram alterações significativas. Vale frisar, também, que o ensino de línguas *modernas* e os estudos das ciências naturais foram implantados por Marquês de Pombal.

É com a saída forçada dos jesuítas das colônias portuguesas que se inicia a reforma educacional, tornando-se responsabilidade do Estado. Assim sendo, com a extinção das escolas jesuíticas, o Estado deveria preencher o vácuo deixado no âmbito da educação. Segundo Azevedo (1932), esse fato foi “a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”. Como frisou Niskier (2001, p. 34):

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os Franciscanos e os Carmelitas.

particular e do ensino superior, com a criação do chamado Colégio dos Nobres. Para tanto, criou mais escolas e instituições de ensino superior no país. Instituiu, também, o “subsídio literário”, forma de recurso para prover a educação primária e secundária. Em 1798, inaugurou o Seminário de Olinda, em que os cursos possuíam um período escolar estabelecido de acordo com o plano de ensino adotado; os alunos, por sua vez, eram agrupados em salas de aula em que aprendiam disciplinas sequenciadas: Português, Matemática e Literatura (PILETTI, 1996). Soares (1996), em seu artigo “Português na Escola: história de uma disciplina curricular”, cita que foi Marquês de Pombal, por volta de 1750, quem institucionalizou o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, tornando-a oficial e, ao mesmo tempo, proibindo quaisquer outras línguas de serem usadas no país.

Se, por um lado, a cidade metropolitana tentava edificar um sistema de ensino que atendesse a todos por igualdade, por outro lado, na colônia, diversas tentativas de reformulação educacional desarticularam o sistema de educação já instituído e solidificado pelos jesuítas. Eram, então, criadas as aulas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica. Mesmo com o advento dessas aulas, foram insatisfatórios os resultados das escolas brasileiras, favorecendo um novo formato de ensino, que passou a ser dividido em aulas dispersas que eram dadas por professores mal preparados, *sem o devido grau de instrução para ministrar os conteúdos escolares*.

É com a independência que os brasileiros passam a olhar mais para os problemas ligados ao idioma e, paralelamente, a escola literária romântica vai à busca de uma cultura nacionalista, embasando-se no pensamento daqueles cuja conduta era inflexível, os quais propunham uma “aceitação indiscriminada das formas populares, em grande parte providas de camadas analfabetas, sob a alegação ‘democrática’ de que o povo é que é o dono da língua (populismo), ou de que se tratava da língua brasileira (nacionalismo)” (ELIA, 2003, p. 89).

Paralelamente aos fatos acima, ao longo do período colonial e pós-colonial, a população de origem africana aprendeu o português oral numa situação de difusão irregular da língua, à medida que ia sendo libertada ou mesmo sendo *ensinada* pelos seus senhores para um propósito particular, modificando-se, assim, o Português vernáculo utilizado no Brasil.

Consoante Naro e Scherre (2007, p. 143), a chamada difusão irregular da Língua Portuguesa no Brasil refere-se ao fato de que os antecessores dos usuários dessa língua (caracterização genealógica) já traziam outros sistemas linguísticos, como o Francês, o Tupi, o Holandês, o Espanhol, o Árabe, o Italiano, o Ewé, dentre outros, fazendo com que uma espécie de miscigenação linguística surgisse, formando, assim, o Português brasileiro que, aos poucos, tomava proporção gigantesca ao que se denominou de “nativização”. Os portugueses, por sua vez, tratavam de “simplificar” a Língua Portuguesa quando pisavam em solo brasileiro, pois tinham que atingir propósitos comunicativos com africanos e árabes, para a comercialização de produtos (idem, p. 144), surgindo, daí, a *Língua Brasileira*.

Aparecem, então, os chamados compêndios gramaticais (escritos por brasileiros, como a gramática de Inácio Felizardo Fortes: *Grammatica Portuguesa* de 1816, publicada pela imprensa Régia do Rio de Janeiro; o *Compêndio da grammatica portugueza*, de Antônio

da Costa Duarte, de 1829 em São Luís; o *Compendio da grammatica da língua nacional* (primeira gramática escolar), de Pereira Coruja, em 1835, em Porto Alegre; a *gramática do portuguez* de Júlio Ribeiro em 1881, e, atingindo sua versão definitiva em 1884; a de Ernesto Carneiro Ribeiro: *Questões gramaticais*, 2ª ed. para se ensinar a Língua Portuguesa no Brasil).

Em se tratando do escopo dessa investigação, é preciso que se destaque o porquê de iniciarmos esse trabalho com dados a partir do século XVIII e justificar a importância dessas informações para a realização dessa pesquisa. Primeiramente, devemos salientar que, somente a partir desse século, a Língua Portuguesa foi considerada como a língua oficial do nosso país; temos, também, que destacar o período sócio-histórico desses três séculos que perfazem a pesquisa, mencionando a produção literária como impulsionadora de atitudes e pensamentos, ideologias e crenças a respeito do ser humano e das coisas que o cercam. Assim sendo, como assinala Elia (2003), o século XVIII sinaliza o fim da era colonial. Dentre os fatos importantes que ocorreram no Brasil, estão a expansão territorial pelos bandeirantes, demarcando suas fronteiras, a colonização do que hoje chamamos de região Sul, o fim das atividades jesuíticas (que se iniciaram com a *reforma pombalina*, modificando o ensino educacional, como já mencionamos anteriormente), a invasão francesa e o Iluminismo, já na segunda metade do século XVIII, o que influenciou Marquês de Pombal a expulsar os jesuítas do nosso país, com o intuito de *modernizar* o sistema educacional, tornando-o de cunho científico e menos humanizado.

Como as ideias iluministas ressoavam por toda parte, cada vez mais o sentimento de racionalização expandia-se e opunha-se ao sentimento da fé divina. Formam-se as academias brasileiras, lugares esses nos quais se discutiam as ideologias advindas do Iluminismo. No que tange à língua, Elia (2003) diz que se observou uma mudança na maneira de *encará-la*, embora, no Brasil, à época, não existissem bibliotecas, instituições de ensino superior e, muito menos, jornais impressos; contudo, livros chegavam em nosso país vindos de Portugal, passando, então, a se ensinar a *Língua Portuguesa* em detrimento à Língua Latina, resquício do sistema educacional dos jesuítas.

Já no século XIX, destacam-se como fatos históricos e sociais brasileiros a independência do Brasil, a libertação dos escravos e a proclamação da República. No campo literário, segundo Elia (2003), foi nesse século que *nasceram* produções genuinamente

nacionais. O autor (2003, p. 134) revela que “... o nacionalismo desloca o amor da terra para a nação, das coisas para as pessoas, do repouso para a ação, enfim, da *natura* para a *cultura*”.

Surge, então, o *Romantismo*, que tomou rumo contrário ao *Classicismo*. As *ideias românticas* suscitaram o surgimento dos teatros, dos historiadores e dos *eruditos*. Com relação ao idioma, dois fatos contribuíram para que as atenções se voltassem à língua que era, aqui, usada: o primeiro refere-se à questão do Brasil ter se tornado independente de Portugal e o segundo tratava dos problemas relacionados à cultura do país. Elia (2003, p.140) observa que, mesmo com toda essa mudança em foco, não se podia romper, drasticamente, com a classe culturalmente dominante, já que ainda circulavam portugueses pelas escolas literárias brasileiras. O autor mostra-nos como eram encaradas as produções literárias do nosso país pelos portugueses, a partir da publicação de *Iracema*, em 1865, na cidade do Rio de Janeiro:

O defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes, a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que [...] chegarão a ser risíveis [...] (PINHEIRO CHAGAS)

Elia (2003, p. 146), menciona que as “questões da linguagem ocuparam grande parte dos debates gramaticais do século XIX e prolongaram-se no século XX”. Uma vez o Estado sendo responsável pelo sistema de ensino da população vigente no país, no que se refere à Língua Portuguesa, começaram a surgir os livros de gramáticas escritos por brasileiros. Mais tarde, por volta dos anos 1930, aparecem as gramáticas de Said Ali, Rocha Lima, dentre outros.

Em linhas gerais, o século XX *revoluciona* o que Pombal tentou *modernizar* no passado. Novos estudos começaram a surgir no campo linguístico, englobando os regionalismos e os falares diversificados que existem em nosso país. A idéia de que há falares *errados*, em virtude do indivíduo habitar em lugares pouco desenvolvidos e, por essa razão, *criar* o seu próprio *estilo* de usar a língua (seja no campo lexical, seja no campo sintático, seja no campo fonológico), não é mais sustentada por aqueles que possuem uma visão ampla do que seja *comunicação e expressão*. As pesquisas relacionadas à língua e seus fenômenos de variação e mudança passam a considerar fatores não somente internos, mas também fatores

externos à língua, como aspecto geográfico, faixa etária, sexo, escolaridade, nível social, etc.

Embora a gramática normativa de uma língua venha a ser um parâmetro linguístico que revela uma vertente dos tipos de linguagem – a escrita – o que ainda perdura, nas instituições de Ensino Fundamental e Médio, são justamente e somente as *aulas dessa gramática*. É bem verdade que, aos poucos, esse quadro vem sendo modificado pelos professores de língua materna, que, teoricamente, já saem das Universidades com uma visão social e funcional da língua. E, com relação aos tempos verbais, os estudos direcionados às funções que podem assumir em um contexto comunicativo são explicados a partir de um panorama histórico da língua. É, então, a partir daí que se justifica, do ponto de vista do cumprimento dessa pesquisa, essa seção que trata dos fatores sócio-históricos da constituição da Língua Portuguesa.

Posto isto, trataremos, a seguir, do nosso objeto de estudo – o futuro do pretérito – nas perspectivas das gramáticas e dos estudos linguísticos descritivos, frisando que nossa intenção é uma análise diacrônica dessa forma verbal, em dados do Ceará.

2.1 Considerações finais do capítulo

Vimos, nesse capítulo, os aspectos históricos e sociais que justificaram a escolha dos séculos XVIII, XIX e XX para que pudéssemos desenvolver nossa pesquisa de cunho diacrônico sobre o futuro do pretérito. Somente a partir do século XVIII, a Língua Portuguesa foi considerada como a língua oficial do nosso país; temos, também, que destacar o período sócio-histórico desses três séculos que perfazem a pesquisa, mencionando a produção literária como impulsionadora de atitudes e pensamentos, ideologias e crenças a respeito do ser humano e das coisas que o cercam.

Apresentamos, assim, um panorama histórico que compreendeu o início da colonização dos portugueses em terras brasileiras, e a tentativa de catequização dos índios pelos jesuítas, impondo, dessa forma, a língua dos colonizadores; vimos, também, como a educação foi desenvolvida no período pombalino, e como as ideias iluministas influenciaram Marquês de Pombal a institucionalizar a Língua Portuguesa como idioma oficial do Brasil. A Educação no Brasil, no período pombalino, passa por uma enorme reforma, uma espécie de instrução de formação clássica. A difusão irregular da Língua Portuguesa em terras brasileiras

fez com que uma espécie de miscigenação linguística surgisse, formando, assim, o Português brasileiro que, aos poucos, tomava uma grandiosa proporção. Aparecem, então, os chamados compêndios gramaticais escritos por brasileiros. Fatos históricos e sociais como a independência do Brasil, a libertação dos escravos e a proclamação da República, impulsionaram produções genuinamente nacionais.

CAPÍTULO 3

OBJETO DE ESTUDO: O FUTURO DO PRETÉRITO

3.1 Panoramas histórico e gramatical

“... não existem características imutáveis; a permanência é um efeito do acaso; se uma característica se mantém no tempo, pode muito bem desaparecer com o tempo.” (SAUSSURE, 2006, p. 270)

Para compreender as etapas gramaticais e as alterações na Língua Portuguesa, começaremos por narrar em poucas linhas a sua história, pois é fundamental para que reconheçamos algo que nos era, até então, despercebido. Portanto, regressemos para o momento da vinda dos romanos ao território Ibérico, aproximadamente no ano 200 a.C.

O continente hispânico, assim designado pelos romanos, fez parte do enorme território que estabeleceu o Império de Roma por seis séculos (200 a.C. a 400 d.C.). Anteriormente aos romanos, os soberanos da península foram os cartagineses, celtas e povos denominados *Iberos*. O idioma dos colonizadores romanos reprimiu por completo as línguas (celtas) faladas neste território, eliminando em definitivo a teoria de um substrato ativo no progresso do latim trazido e praticado na península.

A língua latina dominava a região do Lácio, na Península Itálica, mas, com o passar do tempo, outros povos ocuparam a Península, como os bárbaros e os árabes, modificando, assim, o panorama linguístico do Latim, pois já se percebiam variações regionais nesse território, mesmo sendo considerado um idioma sedimentado; as povoações da Península instruíram-se do Latim conforme os seus costumes linguísticos. Assim, o campo linguístico do que seria o *Galego* e o *Português*, posteriormente, estava desenhado desde a época romana, cujas variantes dialetais então acompanhariam seu trajeto, em direção às atuais línguas românicas (cf. CASTRO, 1991 e TEYSSIER, 2007).

Ao longo do tempo, foi percebida uma distância entre o idioma de origem (Latim clássico) e essas variações regionais, dando margem ao surgimento do Latim vulgar, que, por sua vez, fez nascer novos idiomas românicos, como o Francês, o português, o Italiano, o Romeno, o Espanhol e o Galego. O Português aparece, então, na Lusitânia, hoje, Portugal.

O sistema linguístico português possui uma natureza verbal que é perpetuada pelas formas verbais latinas; reteve o presente do indicativo, o infinitivo, o pretérito perfeito, o imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito, o presente do subjuntivo, o futuro e futuro perfeito. Com relação às formas verbais, de acordo com Cuesta e Luz (1971, p.406), na transição da língua latina para a língua portuguesa, o *futuro perfeito* desmembrou-se no que em Portugal chama-se condicional (futuro do pretérito no Brasil), como vemos nos exemplos: “parti-lo-ia, levar-se-ia, tê-la-íamos, queixar-me-ia”.

Sobre a formação das formas verbais latinas, Mattos e Silva (1994) observa que:

O *sistema verbal* latino se baseava em um entrelaçado de oposições em torno das noções de *aspecto, modo, tempo, pessoa, número e voz*, expressos por desinências: *amabam ~ amaui* [aspecto], *amo ~ amabo* [tempo], *amo ~ amem* [modo], *amo ~ amas* [pessoa], *amo ~ amamus* [número], *amo ~ amor* [voz]. Essas desinências, como ocorria no sistema nominal, permitiam freqüentemente fenômenos de alomorfismo ($\{\text{futuro}\} > [-\text{bo}]/[-\text{am}]$ *amabo, legam*), de coincidência formal ($[-\text{am}] > \{\text{futuro}\}/\{\text{presente}\} + \{\text{subjuntivo}\}$) e de insegmentalidade dos morfemas ($[-\text{o}] > \{\text{infectum}\} + \{\text{indicativo}\} + \{\text{presente}\} + \{\text{1ª pessoa}\} + \{\text{singular}\} + \{\text{ativo}\}$). Tal sistema se viu submetido a profundas mudanças, sobretudo a partir do Baixo Império (1994, p. 88).

O que, de fato, aconteceu foi que, na transposição do Latim para o Português, surgiram novas formas verbais, como o futuro do pretérito, cuja formação é o verbo principal no infinitivo + a desinência do imperfeito do indicativo: *poupar – íeis; poupar – iam*.

3.2 As formas verbais e o período hipotético em Latim

No Latim, as formas verbais eram flexionadas a partir de uma perspectiva semântica, em que se relacionava o sujeito da ação às chamadas desinências número-pessoais. Na Língua Portuguesa, também se verifica esse fato. Os verbos latinos eram flexionados nas caracterizações das categorias aspectuais, temporais e modais, o que não acontece hoje no Português, por exemplo, com relação ao aspecto, em que não existe um morfema aspectual que delimite essa categoria, a não ser a dicotomia *perfectum* e *infectum* (no contraste entre perfeito e imperfeito).

Para Ismael Coutinho (1968, p. 32), as línguas românicas caracterizaram-se pela forma analítica dos verbos. Assim, como afirma Coutinho,

Essas construções predominaram no Latim vulgar, preenchendo as lacunas decorrentes do desaparecimento de uns tempos ou de empregos novos que outros tiveram (1968, p. 277/278)

Ainda no que diz respeito às “lacunas deixadas pelo desaparecimento de alguns tempos”, observamos o surgimento da nossa forma verbal *futuro do pretérito* chamado também de *modo hipotético* ou *condicional*, que evidencia modo e aspecto como fazendo parte da essência desse verbo, foi certamente, uma grande novidade, pois na língua latina, o período hipotético era composto por uma apódose (caracteriza-se por uma oração principal indicativa de conclusão de uma oração subordinada) que subordinava uma prótase (caracteriza-se por uma oração subordinada) adverbial indicativa de condição, cujos tempos verbais eram o imperfeito do subjuntivo associado ao pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo.

Há, em Latim, para as categorias tempo, aspecto e modo, conforme Câmara Jr. (1975, p.127-142), “cinco tempos” (paradigmas flexionais) no modo indicativo: o presente, o pretérito e o futuro *concluído* e o *não-concluído*.

No contexto das línguas românicas, a não-estabilidade da forma *futuro* suscita questionamentos de ordem *social* e *linguística*, pois a alternância entre as formas simples e compostas pode ser esclarecida pelo fato de o indivíduo adaptar seu pensamento ao *modo* como ele irá expor, para que seu receptor compreenda por inteiro o enunciado e o contexto discursivo. A partir desse raciocínio, Bybee, Pagliuca e Perkins (1994) afirmam que os tempos verbais no futuro seguem uma evolução em comum. Assim, especificamente o futuro do pretérito possui uma conduta que assume dois empregos modais: *realis* (Alfredo não *mataria* aquele bicho por ter medo dele; Alfredo não *ia matar* aquele bicho por ter medo dele) e *irrealis* (Alfredo *mataria* aquele bicho?; Alfredo *ia matar* aquele bicho?).

Para Leão (1961, p. 46), a construção da Língua Latina arcaica *infinitivo + imperfeito do indicativo* perdurou no Latim Vulgar: “Si cantabat, bene facere habebat” (*se*

cantavas, bem havias de fazer). No que se refere à construção “Si cantauisset, bene faciebat” há a terminação *-sse*: imperfeito ligado à noção condicional (*se cantasses, bem fazias*).

Observamos que, à oração condicional, eram usados o imperfeito do indicativo e do conjuntivo (subjuntivo atualmente); isso nos faz pensar que a alternância do futuro do pretérito com o imperfeito do indicativo teve sua origem ainda no processo de *acomodação* da ideia de condição com as formas verbais existentes para o pretérito, na medida em que se via a transição do Latim vulgar para o Português arcaico, pois, como diz Coutinho (2005), é no Latim vulgar que aparecem os primeiros indícios do futuro do pretérito, que *intencionava* explicar as orações formadas com o futuro perfeito ou imperfeito do subjuntivo no Latim Vulgar (*amare éam*). Ainda conforme o autor, a partir do século V, as formas verbais do imperfeito do auxiliar *habere* sofreram transformações, seguindo-se *habebam, habebas* para *abéam, abéas*; mais tarde, outras mudanças vieram, tendo o imperfeito um ajuste de terminação: *éam, éas, éat, éamus, éatis, éant*, que se transformaram, no Português arcaico, em *ia, ias, ía, íamos, íeis, íam* (idem, p. 277).

Numa perspectiva morfológica, o *futuro* era proveniente da forma perifrástica do pretérito latino *habeba* (auxiliar *habere*) que, por sua vez, sofreu redução no Latim vulgar para *habeam* (*habe-am*) e este foi substituído pela perífrase verbal *infinito + haver no presente do indicativo*: “**cantare habeo**”, transformando-se em uma única palavra, “**cantabo**”. Desde então, originou-se uma nova forma de exprimir *futuridade*, em que o auxiliar verbal “**habeo**” tornou-se uma desinência na Língua Portuguesa: “**-ei, -às, -à, -emos, -eis, -ão**”, embora não se tenha posto à deriva a forma verbal composta do futuro. Além do mais, esse acontecimento facilitou, em Português, dois fatos: a “agregação” do pronome oblíquo aos elementos que compõem o futuro “**indicá-lo-ei**”, “**avisá-lo-ei**”, “**far-se-à**”, e a formação de uma outra perífrase “**hei de vencer**”, sinônima da forma simples “**vencerei**”.

Com relação ao futuro do pretérito – ou modo condicional em Português europeu, em Francês e em Italiano – que surgiu no Latim vulgar, Câmara Junior (1967) diz que as formas verbais da Língua Portuguesa terminadas em *-ria* são decorrentes das formas perifrásticas do pretérito latino *habeba* (auxiliar *habere*) que sofreu redução ainda no Latim vulgar para *habeam*. Esse auxiliar transformou-se, em Português arcaico, nas formas **-ia, -ias, -ia, -iamos, -ieis, -iam** e estas eram usadas como formas compostas do verbo principal que se encontrava no infinitivo: **estudar-ia, chamar-ia, vender-ia** para a idéia de futuro no passado.

Sucedeu, porém, que essa forma também passou a aceitar pronomes oblíquos em sua composição: **chamar-lhe-ia, convidá-lo-ia, avisá-lo-ia**. No Latim não havia o *modo condicional*, uma vez que se empregava ou o presente ou o pretérito perfeito do conjuntivo (subjuntivo) para que se pudesse ressaltar a ideia de futuridade. Ele era, na Língua Latina, manifestado pela perífrase “**habebam cantar**”, modificando-se para *havia cantar* no Português arcaico. Esse processo, juntamente com a formação do futuro românico *cantarei* (Português), fez com que Darmesteter (1940) nomeasse a forma verbal em *-ria* como “futuro do passado” ou do “pretérito”. Já Coutinho (2005, p. 277) assevera que a forma perifrástica constituída pelo infinitivo do verbo principal + imperfeito do indicativo do verbo *habere* (*amare habéam*) era, em princípio, a marca de futuridade em Latim, cujo auxiliar perdeu o “**ab-**” transformando-se em “**-éam, -éas, -éat, -éamus, -éatis, - éant**”, (*amare éam*) o que ocasionou, mais tarde, as desinências modo-temporais do futuro do pretérito no português.

Com relação à morfologia do futuro do pretérito, Cagliari (2006), baseando-se nas gramáticas normativas, destaca as formas flexionadas do futuro do pretérito como sendo unidades que se tornaram “encaixadas”, assim como todos os verbos do Português em virtude das partes morfológicas que se dividem em radical, vogal temática e desinências modo-temporais e número- pessoais. Assim, a autora reporta-se a Câmara Jr. (1970, p. 110) para esboçar o perfil morfológico do futuro do pretérito, que aqui conjugaremos, a título de ilustração:

QUADRO 1 PERFIL MORFOLÓGICO DO FUTURO DO PRETÉRITO

| 1ª Conjugação | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|
| Radical | V T | DMT | DNP |
| part | I | Ria | Ø |
| part | I | Ria | S |
| part | I | Ria | Ø |
| part | I | Ria | mos |
| part | I | Rie | Is |
| part | I | Ria | M |

A autora (2006, p. 7) discorre sobre o fato de que essa forma verbal, surgida no Português do Brasil, não teve origem no Latim, pois o futuro que lá existia possuía formas perifrásticas, cujo auxiliar era o *habére*. Ela compartilha da mesma posição de Câmara Jr. (1970), que afirma ter havido uma junção da perífrase verbal no que diz respeito ao futuro do presente e ao futuro do pretérito, em que, neste último, não o verbo haver, mas sim o verbo *ir* se tornou auxiliar da forma infinitiva do verbo principal, ocasionando mudanças morfofonológicas como, por exemplo, ilustra a autora: em “[amar] [ia]”. Em princípio, a sílaba tônica era no *elemento principal* do vocábulo composto – *amar*. Mais tarde, com o uso das formas compostas como exemplificadas acima, a tonicidade recai sobre a última parte – o auxiliar *ia*, ocasionando uma mudança morfológica – o que antes era um vocábulo composto, passou a ser simples, *aglutinado* – e uma mudança fonológica, cuja transposição da tonicidade desloca-se para a partícula – *ria*.

Segundo Cagliari (2006, p.10), o futuro do pretérito, desde seu surgimento *aglutinado*, traz uma situação que reside no fato de que, ao se tratar essa forma como *simples*, afirma-se que o conjunto radical, vogal temática, desinência modo-temporal e número-pessoal formam *blocos* fixos, e que - *ria*, por exemplo, seria a desinência modo-temporal dessa forma verbal o que questiona quando nos chama a atenção ao fato de que, no Latim, o verbo *ir* era, sim, flexionado e *justaposto* à forma infinitiva do verbo principal; e argumenta que

[...] as formas do Futuro do Pretérito, ao invés de estabelecerem um paralelo, em termos de comportamento flexional, com as formas ‘simples’, aproximam-se mais das formas do Futuro do Presente do Indicativo, considerando Massini-Cagliari (1999, p.181) como compostas do infinitivo do verbo principal seguido da forma flexionada no verbo *aver* no Presente do Indicativo [...].

Ao considerar as formas de futuro compostas (presente e pretérito), a autora afirma que é a variação de “*viverey e ey a viver*”; “*viveria e ia a viver*” que favorece o uso da mesóclise. Ela toma por referência Nunes (1989), que diz que, no Português arcaico, não se tinha a noção de composição flexional das formas de futuro, ao contrário, essas formas verbais eram encaradas como compostas.

Fleischman (1982) alega que o desenvolvimento das formas futuras é ajustado pelo equilíbrio entre a temporalidade e a modalidade e, em segundo plano, interpõe-se a aspectualidade. Continuando, a autora diz que, se uma forma verbal com indícios de futuridade vem a ser mais modal do que temporal, é evidente que outras formas, isto é *variações linguísticas* surgirão para que se possa exprimir a temporalidade que não é preenchida por aquelas que são mais modalizadas.

Diante do que expusemos, percebemos que o futuro do pretérito se originou das formas perifrásticas do pretérito latino, sofrendo redução ainda no Latim vulgar numa perspectiva morfológica. Surgia, assim, um novo conceito para indicar futuridade em relação a um fato já acontecido no passado. Embora já existissem indícios para a noção de futuridade em relação a um evento passado na língua latina, o futuro do pretérito (ou modo condicional em outros idiomas latinos), somente foi assim denominado a partir das desinências modo-temporais que o caracterizaram como construção verbal, no Português arcaico.

3.3 A Abordagem das gramáticas

Iniciando a revisão da literatura, conferimos os apontamentos da Gramática de João de Barros, datada de 1540. A primeira gramática da Língua Portuguesa, editada em Lisboa, foi de Fernão de Oliveira, em 1536. Porém, é na gramática de João de Barros que encontramos suas explicações a respeito da conjugação do futuro do pretérito como um “tempo passádo nam acabádo: singular – amaria, leria, ouviria, seria, etc; plurár – amaríamos, leríamos, seríamos, etc”. (1540, p. 20). Ao tratar do modo verbal subjuntivo, diz:

[...] subjuntivo, que quér dizer ajuntador, porque per ele ajuntamos u)a diçám com outra pera dar perfeito intendimento no ânimo do ouvinte, per semelhante exemplo: Eu *leria* bem se ô continuásse. Essa parte: se ô continuasse, fez inteira ésta òraçám: eu *leria* bem. E u)a sem outra nam satisfaz o intendimento. (1540, p. 17) [grifo nosso]

A Gramática de Port-Royal (2001, p. 94), no capítulo que trata “dos diversos modos ou maneira dos verbos”, assinala que as formas verbais afirmativas sofreram “inflexões”, para que se pudesse perceber o *modo* expresso pelo falante, objetivando, também, separar essas expressões afirmativas das afirmativas condicionadas, como: “*aimât* (amasse); *aimerait* (amaria)”.

Coutinho (2005, p. 277), a propósito do futuro do pretérito, antes denominado *condicional* considera:

529. CONDICIONAL – A exemplo do que já ocorrera com o futuro, apareceu no latim vulgar, para indicar o futuro do perfeito ou condicional, no latim clássico expresso pelo imperfeito do subjuntivo, uma perífrase verbal, formada do infinitivo de um verbo e do imperfeito do indicativo *habere*. [...] Na composição, as formas do imperfeito de *habere* muito se modificaram.[...] Ficou destarte o imperfeito reduzido a *-éam, -éas, -éat, -éamus, -éatis, -éant*, que se transformaram em *-ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam*.

Ele ainda acrescenta que, para ocupar o espaço deixado pelo que se modificou nas línguas românicas, fez-se imprescindível o surgimento de novas formas verbais ainda no Latim vulgar. Essas novas formas surgidas foram, dentre outras, o futuro e o *condicional*, que mais adiante, sofreu mudança de nomenclatura, passando a ser o futuro do pretérito. Porém, como afirma Câmara Junior (1967, p. 3), “o problema da nomenclatura é, no caso, particularmente delicado e controvertido”, haja vista ser uma forma românica marginalizada pelos conceitos da gramática greco-latina. Além do mais, seus aspectos constitutivos são de um “modo de realização do processo verbal” (IDEM, p.4), diferenciando-se de um tempo verbal, que se passa anterior, simultânea e posteriormente a um *ponto de referência*. Ainda, para o autor, a caracterização de “condicional” às formas verbais terminadas em *-ria* foi ocasionada a partir de um modelo de frase que expressa uma condição que possivelmente não se concretizará, pois se encontra inserida em processos verbais conjugados como *irrealis*⁶: “se você *fosse* comigo ao baile, eu me *sentiria* a pessoa mais feliz do mundo”. A partir disso, atribuiu-se a essas orações o mérito modal de condicional, ou “modo irreal” (IDEM, p.5).

Said Ali (1969) afirma que os verbos terminados em *-ria, -rias, -ria, -ríamos, -ríes* e *-riam* são, na verdade, uma espécie de *modo* de futuro, isto é, uma noção de futuridade que se relaciona a um momento concretizado no passado.

Rocha Lima (2005, p.123), a respeito do que hoje chamamos de futuro, afirma que a noção de tempo direciona um fato para três momentos: aquele em que se fala, aquele que

⁶Segundo Givón, *irrealis* faz menção a uma verdade possível.

ocorre em um período anterior à fala e aquele que ocorrerá no *futuro*, sendo, portanto, divididos em presente, passado e futuro. Acrescenta, ainda, que existem três *modalidades* de passado e duas de tempo futuro: presente e pretérito.

Para Cegalla (1986, p.51), o futuro do pretérito designa quatro *funções* na língua. A primeira refere uma ocorrência que se condiciona a uma outra ocorrência no passado: “Eu *iria* à festa, se não chovesse”; já a segunda relaciona um acontecimento futuro no passado: “Afirmi, naquela ocasião, que não o *apoiaria*”; a terceira faz referência às formas de polidez: “*Desejaria* falar com Vossa Excelência”, e a quarta *função*, podendo indicar dúvida, incerteza, probabilidade: “*seria* verdade o que dizem dele?”

Sacconi (1986, p.165-166) diz que:

O futuro do pretérito simples indica: 1. um futuro certo, mas ainda dependente de certa condição: ‘O pai *ficaria* feliz se o filho seguisse a carreira diplomática’; 2. polidez para fato presente: ‘*Gostaria* de vê-la novamente’. O futuro do pretérito composto indica: 1. fato que poderia ser realizado posteriormente a outro fato passado: ‘*Teria vendido* o terreno se soubesse desse aumento de imposto’; 2. incerteza sobre um fato passado mediante certa condição: ‘*Haveríamos colhido* tanto se não chovesse?’

De acordo com Cunha e Cintra (2007, p.407-476):

[...] o futuro do pretérito é formado pela aglutinação do infinitivo do verbo principal às formas reduzidas do presente e do imperfeito do indicativo do auxiliar haver: amar + *hei*, amar + *hia* (por havia), etc. [...] O futuro do pretérito simples emprega-se: 1.) para designar ações posteriores à época de que se fala: ‘Tens a certeza de que, passadas as primeiras semanas, não *lamentaria* tamanho sacrifício?’ (A. Abelaira, NC, 155); 2.) para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados: ‘Quem *seria* aquele sujeitinho que estava de pé, encostado ao balcão, todo importante no terno de casimira?’ (M. Palmério, VC, 34); 3) como forma polida de presente, em geral denotadora de desejo: ‘*desejariamos* ouvi-lo sobre o crime.’ (C. Drumond de Andrade, BV, 103); 4.); 4) em certas frases interrogativas e exclamativas, para denotar surpresa ou indignação: ‘O nosso amor morreu... quem o *diria*?’ (F. Espanca, S, 168); 5) nas afirmações condicionadas, quando se referem a fatos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão: ‘se não houvesse diferenças, nós *seríamos* uma pessoa só.’ (G. Ramos, SB, 102).

Ainda sobre o futuro do pretérito, Cunha e Cintra (2007, p. 478-479) dizem que é um tempo que se caracteriza por aludir a situações passadas, diferenciando-se do futuro do presente somente por este último fazer referência a situações presentes, ressaltando os autores que as duas formas verbais ocorrem em contextos de orações condicionais: “Se ele vier, não *sairei*”; “se ele viesse, não *sairia*”.

O futuro do pretérito composto, para os autores acima citados, é utilizado:

- 1) para indicar que um fato teria acontecido no passado, mediante certa condição: ‘*Teria sido* diferente, se eu o amasse?’ (C. dos Anjos, M, 143); 2) para exprimir possibilidade de um fato passado: ‘-Sem ti, quem sabe? *Teria sido* uma grande cantora.’ (A. Abelaira, B, 163) [...]; 3) para indicar a incerteza sobre fatos passados, em certas frases interrogativas que dispensam a resposta do interlocutor: ‘Aquele malandro os *teria engolido*?’ (C.D.Andrade, CA, 144) [grifo nosso]

Azeredo (2008, p.186-361-362) diz que o futuro do pretérito é um tempo derivado do infinitivo não-flexionado:

Forma-se mediante o acréscimo da respectiva desinência modo-temporal ao tema base: -ria-/rie- (*canta* + **ria**, *canta* + **rie** + is; *vive* + **ria**, *vive* + **rie** + is; *se* + **ria**, *se* + **rie** + is). [...] Representa o fato como não concluído e o situa num intervalo de tempo posterior a passado (categórico), simultâneo a passado (possível) ou, relativamente a um universo hipotético, num intervalo de tempo simultâneo a presente:

- 1.O ministro comunicou ao presidente que *renunciaria* ao cargo. (posterior, categórico)
- 2.Imaginei que eles *estariam* me esperando para o jantar. (simultâneo a passado, possível)
3. Se seus credores lhe pagassem o que lhe devem, ele *ficaria* rico. (simultâneo a presente, hipotético)

Ainda em Azeredo (2008), há exemplos de contextos de hipótese e de probabilidade, em que o futuro do pretérito se mostra essencialmente modal; no entanto, o autor afirma que a não proximidade dessa forma verbal com a referência temporal pretérita induz o falante a usá-lo para expressar uma hipótese em contextos de condição não realizáveis.

Com relação ao futuro do pretérito composto, Azeredo (2008, p. 364) destaca-o como uma ocorrência acabada, que é localizada em um espaço de tempo anterior ao presente ou ao pretérito, igualando-se, respectivamente, ao futuro do presente composto e ao pretérito mais-que-perfeito composto, cujo teor modal hipotético é ativado: “não imagino quem *teria escrito* essa carta”.

O autor, entretanto, vai mais além e ressalta o uso do futuro do pretérito como “recurso de polidez ou atenuação de certeza” (2008, p. 368), como vemos nos exemplos: “o senhor *aceitaria* um pouco mais de café?”; “Eu *diria* que essa não é a melhor solução”.; “Se ainda houver alguém que duvide disso, [...] eu *aconselharia* uma simples medicina caseira”. [ALMEIDA, 2004, p. 145]

A partir do que expusemos, observamos que, numa perspectiva sócio-histórica, à medida que a língua latina ia sendo influenciada por outras línguas devido à expansão do Império Romano, surgiam as transformações linguísticas. No caso da Língua Portuguesa, como aponta Teyssier (2007, p. 6), “a invasão mulçumana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação das três línguas peninsulares – o galego-português, o castelhano e o catalão (...)”. Surge, a partir daí, as primeiras produções textuais escritas no século XIII no que se refere ao galego-português. Podemos exemplificar, a partir de Teyssier (idem, p. 9-21), as seguintes mudanças: “1. o acento tônico, quando a palavra for dissílaba: *séptem* > port. *sete*; *dátum* > port. *dado*; 2. o futuro simples (ex. *amabo*) é substituído pela perífrase construída com *habere* – amare habeo – donde se origina o futuro galego-português *amarei*”. Dessa forma, o idioma português veio de uma língua que surgira ao Norte de Portugal – o chamado *galego-português medieval* – e que caminhou até o Sul do País, cujos preceitos normativos foram influenciados pela língua falada em Lisboa.

No que tange à morfologia verbal, com a supressão das formas verbais futuro imperfeito do indicativo, futuro do imperativo, pretérito imperfeito do infinito, do particípio presente e futuro do particípio presente, percebeu-se que uma grande lacuna tinha ficado. Assim sendo, as línguas românicas *instituíram* novas formas verbais: o futuro do indicativo, o condicional, os tempos compostos e o infinitivo pessoal. O condicional surge, então,

aproximadamente no século V juntamente com o *sermo vulgaris*⁷. (SILVA NETO, 1970).

No que tange às gramáticas, verificamos o fato de que elas trazem a mesma definição para o que seja o futuro do pretérito. Os autores ainda afirmam que ele pode se apresentar como um fato concluído, quando o intervalo de tempo for anterior aos marcos temporais de passado ou de presente: “O proprietário *deixou claro* que *haveria* dificuldades.” (FARACO E MOURA, 1999, p. 347). Embora as posturas dos gramáticos tradicionais a respeito do futuro do pretérito caminhem em um mesmo sentido, isto é, a de que existe uma perspectiva modal e uma temporal quando se usa essa forma verbal, e que o momento de referência influencia essa perspectiva, podemos questionar que outras relações/funções são estabelecidas pelo futuro do pretérito além daquelas que as gramáticas mencionam.

A partir disso, questões suscitam o nosso interesse: 1. Que outras possíveis funções codifica, dependendo do contexto, o futuro do pretérito? 2. Existe variação do futuro do pretérito com outro tempo/modo verbal? 3. O futuro do pretérito indica tempo ou modalidade? 4. Qual é o momento de referência do futuro do pretérito? 5. O que condiciona uma ou outra função?

3.4 O papel textual-discursivo das formas verbais: algumas considerações sobre o futuro do pretérito

Haja vista o escopo dessa pesquisa ser a análise das funções codificadas pelo futuro do pretérito, faz-se necessária uma abordagem do papel textual discursivo que uma forma verbal exerce em um contexto comunicativo, a depender da intenção que se quer dar a esse contexto. Dessa forma, os verbos, em geral, possuem significativas possibilidades de “efeitos de sentido nas situações de uso”, conforme Travaglia (2003).

Uma forma verbal, a depender da situação comunicativa, produz efeitos de sentido que são determinados pelos falantes e impressos no texto. Em: “Joana, você *poderia* passar o açúcar para mim?”, há um pedido, pedido este que marca uma distância entre os participantes. Porém, ao usarmos uma outra forma verbal, como o imperfeito do indicativo “Joana, você *podia* passar o açúcar para mim?”, notamos que essa distância é atenuada pelos participantes

⁷ Latim vulgar; língua falada por aqueles menos cultos.

da situação comunicativa.

Em se tratando das formas de polidez em um enunciado, quando se há a intenção de conseguir uma informação, a forma verbal que é usada é o futuro do pretérito, pelo fato dessa forma verbal marcar polidez nas situações em que se demanda uma informação: “A senhora *poderia* informar-me em que local ocorre a reunião?”

Desse feito, Weinrich (1968) afirma que algumas formas verbais possuem relações estreitas, isto é, possuem *laços* com determinados contextos comunicativos. No caso do futuro do pretérito, relaciona-se quando há pedido de uma informação, polidez, desejo, condição, dentre outros. Ainda para o autor, no que se refere ao futuro do pretérito, este se caracteriza por fazer referência a fatos passados do mundo narrado⁸, em que há a predominância de ocorrências narradas em um tempo passado que podem ser verdadeiras ou não e, por esse motivo, o falante tendência a distanciar-se do fato, resguardando sua face, pelo fato de não ter, por vezes, certeza dos acontecimentos que estão sendo proferidos, deixando que os fatos se desenvolvam por si só, sem seu comprometimento.

Embora o futuro do pretérito esteja ligado ao “mundo narrado” como diz Weinrich (1968), por vezes não é incomum que ele venha a participar do “mundo comentado”⁹, já que em frases como “O colar visto no pescoço da Joana *seria* da sua irmã”, percebemos que a forma verbal conjugada no futuro do pretérito aparece em um comentário, limitando a sua veracidade o que não o anula.

3.5 Estudos linguístico-descritivos sobre o futuro do pretérito

Nesta parte, trataremos de estudos descritivos sobre o futuro do pretérito.

3.5.1 Os estudos de Câmara Jr.

Câmara Jr. (1967), após fazer um percurso “histórico” sobre o surgimento do tempo verbal futuro do pretérito, no período que concerne à formação das línguas neolatinas

⁸ Para Weinrich (1968, p. 67), o termo “mundo” pode ser entendido como o teor de uma situação comunicativa.

⁹ Para Weinrich (1968) os verbos que fazem parte do “mundo comentado” são aqueles que, nos contextos de comunicação, caracterizam o envolvimento do falante: um diálogo, um comentário, uma opinião, etc.

(sobretudo o Português), cuja ideia de *futuro*, anteriormente, manifestava-se com o uso do tempo presente mais uma forma verbal *auxiliar* (morfologicamente não havia até então uma única forma verbal para expressá-lo), atribui um caráter modal ao futuro, já que a pressão linguística por parte dos falantes fez surgir um futuro gramatical com a intenção de situar a hipótese, a condição, a probabilidade e a possibilidade das situações comunicativas, asseverando que “o que há primordialmente é uma dicotomia entre presente e passado” (p. 22), conceito este que difere do que se aplica à divisão de tempo, em termos gramaticais.

Assim, a noção de *futuro* está mais ligada à vontade, que não é classificada como tempo verbal, e, sim, como modo verbal para expressar algo, como promessa, predição, probabilidade, incerteza e intenção do falante, agregada a um processo que ocorre posteriormente ao momento discursivo.

No que tange à divisão, o tempo presente e o tempo passado são especificados como indicando uma ação propriamente dita, cujo ponto de referência é o momento em que se manifesta a ação, e esta mesma ação pode concentrar-se em um ponto de referência no passado, a título de experiência já vivida, possuindo uma duração que determina o tempo da ação.

Para o autor (1967), o que houve, em termos gramaticais, foi uma “gramaticalização” do modo futuro, com o advento do “futuro mórfico”, em que morfemas aglutinaram-se ao tempo presente, “passando” a ideia de futuridade. A noção de futuro está mais ligada à noção de modo, haja vista o fato de que o futuro do pretérito era o próprio modo condicional, pois, antigamente, o sistema verbal tinha quatro modos: indicativo, subjuntivo, condicional e imperativo. É por esta razão que o chamado “tempo futuro” destoa dos outros tempos do indicativo, visto que decorre de condição, expressa hipótese, atenuação, etc, valores diferentes dos outros tempos do modo indicativo. Câmara Jr. (1967, p.37) ainda adverte que “a categoria de tempo futuro não está, com efeito, no mesmo plano significativo e funcional que as de tempo presente e passado”.

Se a intenção na época era a simplificação dos modos formais, o futuro, que era considerado um modo verbal, tende, claramente, a ser substituído por uma *forma verbal do modo indicativo*, que, segundo Câmara Jr., é simplesmente mais fácil e de forma única, o que não quer dizer que, na *substituição*, os valores semânticos se perdessem em consequência da troca verbal no momento da fala, já que esta atitude é, para o indivíduo, sinônimo de

praticidade, em que usa uma forma verbal no lugar de outra e cuja essência mantém-se para efeito de compreensão discursiva.

Não obstante, o autor fala que, anteriormente, o chamado modo condicional (futuro) somente era usado para deliberar o feito de uma ação que ainda estivesse por ser cumprida. A bipartição entre os dois futuros constituiu-se, em princípio, de formas perifrásticas, indicando, assim, um “aspecto de modo” para esta estrutura verbal, até o momento em que estas formas perifrásticas “gramaticalizaram-se”, dando, assim, um “aspecto temporal” ao futuro, surgindo, em Português, as formas verbais terminadas em *-rei* para o futuro do presente e *-ria* para o futuro do pretérito. Câmara (1975, p. 132), ao expor sobre a gramaticalização da forma perifrástica *amare habebam* em *amaria*, narra o fato de que essa última não extinguiu o caráter modal do futuro do pretérito, pois, apesar de se encontrar flexionada, prevalecem mais os aspectos modais do que os temporais.

Não marginalizando uma das características marcantes do futuro do pretérito – a condição e a irrealidade – Câmara Jr. (1967) assevera que tanto uma quanto a outra são provenientes do tipo de enunciado proferido pelo falante, e de hipótese alguma em virtude de um *simples* traço morfêmico acoplado à forma verbal, sendo, portanto, a lógica discursiva – a estrutura prótase mais apódose¹⁰ – que aplica ao futuro do pretérito a relação de intenção condicional.

Reiterando o que acima foi exposto, o sufixo *-ria* também atrai, para si, a “caracterização” do futuro do pretérito como categoria temporal, pois estão associadas premissas de uma ação hipotética que foi formulada em algum momento do passado. O referido autor (1967, p.74) observa, ainda, o fato de o imperfeito do indicativo possuir “uma conotação estilística, especial, decorrente do tratamento de um emprego essencialmente coloquial e popular”, tendo esta forma verbal uma espécie de propriedade linguística da linguagem oral de materializar hipóteses, evidenciando, dessa forma, a *escolha* do falante para construir seu enunciado.

¹⁰ Chamamos de *prótase* o componente que, independentemente de subordinar ou condicionar outro componente da oração a que se encontra relacionado, prepara a finalização de um enunciado, sendo esta finalização chamada de *apódose*, a qual complementa a idéia iniciada na primeira oração de um período gramatical composto.

3.5.2 Os estudos de Travaglia (1985, 1991, 1999)

Travaglia menciona que o futuro do pretérito:

tem um valor modal, proveniente do seu valor de futuro que restringe a expressão do aspecto, considerando que o futuro do pretérito perde a noção de futuro e fica apenas com a função de introduzir a noção modal de possibilidade (hipótese) em uma situação passada hipotética, como no exemplo ‘eu **teria** lido o livro se eu o tivesse encontrado’ (TRAVAGLIA, 1985, p.174).

Sinaliza o autor que essa forma verbal “marca o tempo futuro que atribui à situação uma realização virtual, até certo ponto abstrata, que enfraquece as noções aspectuais que estão sendo atualizadas”. Ele o caracteriza como um tempo cujo “valor é modal” (p. 173).

O futuro do pretérito possui a característica de apresentar uma hipótese – idéia da possibilidade de um evento ocorrer – em um momento no passado ou no presente, daí ser classificado como tempo modal (em virtude da modalidade hipotética). Vejamos os exemplos do autor (p. 174):

1. “Eu **teria lido** o livro se eu o tivesse encontrado”.
2. “Mirtes **estaria morando** conosco se vocês não fossem tão incompreensivos”.

Travaglia (1991, p.130-131 e 169-174), em sua Tese de Doutorado, aborda o funcionamento textual-discursivo do futuro do pretérito como indicativo de **posteridade** situacional, quando o comparamos a outra situação textual: o futuro do pretérito é “essencialmente sequenciador” dentro do texto. Esta posteridade pode apresentar valores de posteridade temporal – aparecendo em textos narrativos com idéia de passado – e de posteridade nocional – “a condição a que o futuro do pretérito é posterior pode estar ou não marcada explicitamente no cotexto como uma condição”. Ainda, para o autor, essa forma

verbal – a qual ele denomina de “tempo relativo” – é mais usual em textos narrativos e dissertativos, haja vista a noção de *a posteriori* vir com maior precisão nas situações narrativas; já nas situações dissertativas, a ideia de probabilidade é mais relevante do que a de posteridade, como vemos nos exemplos citados por Travaglia:

3. “*Seria* puro suicídio investir numa política de ‘a devastação é nossa’; do mesmo modo, nada mais equivocado que fazer da preocupação com o meio ambiente o monopólio de alguns iluminados do Primeiro Mundo, que *teriam* de advertir os selvagens abaixo da linha do Equador sobre os prejuízos que estejam causando à humanidade” (texto n° 42, p. 170) [grifo nosso].

Como o próprio autor menciona, as formas verbais acima destacadas nos mostram a marca de *a posteriori*, quer fazendo menção ao passado, quer fazendo menção ao presente, e não a noção de que esses verbos tratam de uma ideia futura relacionada a uma ocorrência no tempo passado.

Ele ainda nos diz que, nos textos dissertativos, a noção de posteridade liga-se diretamente à cronologia temporal, porém essa noção evidencia-se nas relações de “causa → consequência” e “condição → condicionado” (p. 171), diferenciando-se do que seja marcação de “datas” relacionadas à linha cronológica do tempo.

Ao se referir aos textos descritivos, o autor diz que “o futuro do pretérito tem funcionamento semelhante ao que tem nas dissertações” (idem, p. 171), em que se verifica a noção de probabilidade, como vemos no exemplo 4; no entanto, a posteridade pode surgir, quando se tratar de uma hipótese descritiva, como mostra no exemplo 5:

4. “embora se lhe estampasse na boca o quanto fosse preciso para fazer aquela criatura a culminância da ascosidade, a natureza malvada fora além, dando-lhe pernas cambaias e uns pés deformados que nem remotamente *lembrariam* a forma de um pé humano”. (texto n° 15, p. 171)

5. “Se meu filho não tivesse morrido, teria 20 anos, *seria* um belo rapaz. Provavelmente *seria* alto como o pai, seus olhos *seriam* azuis (...) Ele *sorriria* sempre com um sorriso largo. *Gostaria* de tudo o que é belo (...) *Teria* um coração bom e por isso *ajudaria* os outros. *Seria* um bom e belo ser, meu filho. (p. 171-172)

Sendo, portanto, a posteridade marcada pelo futuro do pretérito, como afirma Travaglia (1991), esta não aparece sozinha na comunicação. São as chamadas expressões detentoras da ideia de tempo, como *antes*, *tardiamente*, *mais cedo*, etc, que se aliam a essas formas verbais para avigorar o valor de posteridade que o futuro do pretérito alcança, como verificamos abaixo:

6. “Eduardo foi embora dali como se não houvesse amanhã. Mais cedo ou mais tarde, ele *saberia* de toda a verdade.”

No que diz respeito ao futuro do pretérito composto, para Travaglia (1991, p.172), este se encontra no mesmo patamar de valores e ideias do futuro do pretérito simples, com uma característica específica: somente faz referência às construções que carreguem a ideia de tempo passado, indicando “posteridade a momentos distintos representados ou não por outras situações e que podem ou não estar explicitados no texto”, segundo exemplo apresentado:

7. “Se o Senhor dos exércitos não nos tivesse deixado (...) nós *teríamos sido* como Sodoma (...)” (p. 172)

Se, por um lado, o futuro do pretérito é encarado como uma forma verbal que direciona um evento que vem após um certo momento, podemos dizer que é considerado como não realizado *dentro do momento*, ressaltando traços de inviabilidade de execução do tal evento, que pode ser, além do mais, irreal *naquele momento* da enunciação, como veremos no exemplo a seguir, em que o *novo homem* só pode surgir *após* a saída de Mário da sala de

reunião, e *jamais* antes desse momento:

8. “a primeira atitude que foi tomada por Mário, após sair da sala de reunião, era que dali em diante, *surgiria* um novo homem”.

Por outro lado, quando o evento torna-se impossível de ser executado, seja qual for o momento da situação, a impossibilidade é fato nesses tipos de situações em que se encontra o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, indicando, de antemão, uma condição com o futuro do pretérito composto:

9. Se Clara não *tivesse contado* a ele, eu mesma o *teria feito*.

Diante do exemplo, o que vemos é que é impossível de se reverter o fato de que “Clara contou algo que não deveria ter sido contado a ele” (ideia anterior: *contou algo*) e a hipótese de que se não fosse esse fato, “ela própria assumiria fazer algo” (hipótese factual).

No que concerne ao estudo do *uso do futuro do pretérito no português falado*, Travaglia (1999) analisa o uso do futuro do pretérito por intermédio dos falantes da língua padrão portuguesa, no que tange aos valores funcionais por ele assumidos e o que fundamenta essa utilização. Para tanto, o autor partiu do *corpus* mínimo do “Projeto de Gramática do Português Falado”.

Primeiramente, Travaglia (1999, p. 674-675) mostra-nos quais valores são atribuídos ao futuro do pretérito pelas gramáticas normativas: “incerteza, polidez, exprimir uma situação passada, presente ou futura posterior a um momento, denotar surpresa, etc.”. Em seguida (*idem*, p.677-678), o autor faz um paralelo com os estudos de Coroa (2005), que segue os princípios reichenbachnianos¹¹ no que diz respeito à caracterização dos tempos verbais, aliando, também, os estudos de Martin e Nef (1981), em que o “futuro do pretérito (que é chamado condicional), ao contrário do futuro do presente que parte de mundos possíveis para um mundo que é, ‘inscreve num processo em um vir-a-ser carregado de incertezas’, restrito à conjectura, com numerosos empregos modais” (...) (TRAVAGLIA,

¹¹ Esses princípios serão, mais adiante, abordados.

1999, p.678).

Com base nessas informações, poderíamos dizer que a forma verbal futuro do pretérito está numa esfera cujo momento de referência e o momento do evento¹² encontram-se, ao mesmo tempo, anterior ao momento da fala do indivíduo. Para ilustrar, citamos o exemplo do autor (idem): “Na mangedoura, nascia (nasceu) aquele que *viria a ser (seria)*¹³ o salvador do mundo”.

A constatação de Travaglia (1999) é a de que o valor do futuro do pretérito está condicionado à intenção do falante, podendo indicar um apurado nível de incerteza ou certeza. Este último nível ocorre quando a situação se processa no passado e dentro dela situamos um fato futuro em relação a essa situação passada, cujo verbo expressa *estado*¹⁴.

O uso do futuro do pretérito, embora possua um caráter temporal diferente do imperfeito do indicativo, assume, numa situação em que uma ação é condicionada por outra, o *mesmo papel* semântico, contrapondo-se somente, como dito antes, no grau de menos ou mais certeza do falante. O autor, em sua tese de doutorado (1991), ao tratar do “funcionamento textual discursivo e categorias verbais”, sugeriu que o futuro do pretérito fosse visto como uma espécie de marcador da “posteridade” entre duas ações passadas, adquirindo quase uma forma de sequenciador discursivo. Quanto ao caráter condicional expresso pela posteridade do futuro do pretérito, uma determinada situação ocorrida em um momento passado tem seu valor de tempo posterior em virtude da condição que se apresenta duvidosa em relação ao momento da fala, sendo caracterizado como “posteridade nocional”, pois abriga a relação “condição → condicionado”.

Além do mais, segundo Travaglia (1999), a representação esquemática da linha temporal do futuro do pretérito para os fatos é bem representada na forma MR→ME→MF, em que temos: MR (momento de referência), ME (momento do evento) e MF (momento da

¹² Tanto o momento de *referência* como o momento do *evento* podem ser encontrados posteriormente, anteriormente e simultaneamente ao momento em que se fala. Segundo Reichenbach (1947), o momento de referência serve como alicerce para a postura temporal que o verbo assume na frase. Ainda, para o autor, o momento da referência é um espaço de tempo que enquadra a observação do acontecimento verbal do emissor, que passa ao receptor. Já o momento do evento, acontece mediante uma definição referencial de tempo, obtendo, dessa forma, mais preciso o espaço temporal em que sucede a ação, o evento.

¹³ Grifo nosso.

¹⁴ Como vemos no exemplo a seguir: “Em 1980 eu era amigo de um homem que anos depois *seria* eleito presidente”. (PERINI, p.225).

fala), haja vista a situação, cuja referência temporal é passada, aparecer antes do momento da fala, quando se tratar de análises que expressem modalidade e conjecturas (*vir-a-ser, seria; vir-a-ter, teria; vir-a-necessitar necessitaria*).

O que foi dito acima não exclui a “posteridade nocional” que traz o futuro do pretérito, como afirma Travaglia (1999). Para ele, as duas “posteridades” – a temporal e a nocional – podem ser expressas pelo futuro do pretérito, em que a primeira tem um caráter cronológico e polifônico; já a segunda é caracterizada pela idéia de condição, possibilidade, polidez e desejo, sendo, portanto, modalizada.

Desse modo, Travaglia (1999) pondera a existência de um *desdobramento* do futuro do pretérito, em que a ideia de posteridade temporal ficaria, de fato, com o futuro do pretérito, e a ideia nocional estaria atrelada à forma condicional, tendo seus valores modais aplicados às noções de tempo (cronológico), à polifonia, condição, possibilidade, volição e polidez, quando as formas verbais terminadas em – *ria* indicarem que um evento é posterior ao momento passado, ao momento presente e ao momento futuro, pois o futuro do pretérito, sendo caracterizado por determinar ideia de futuridade relacionada a um momento do passado, é temporal.

Como nosso escopo é analisar o futuro do pretérito de acordo com as funções e valores caracterizados pelos estudos do autor acima, verificaremos, também, se existem outras supostas funções e/ou valores que são atribuídos a essa forma verbal que, por ventura, venham a contribuir com as pesquisas de Travaglia, no âmbito da codificação modo-temporal em determinados contextos comunicativos.

3.5.3 Os estudos de Costa (1990, 1997, 2003)

Segundo Costa (1990), a categoria temporal de futuro traz consigo sempre um valor modal, uma possibilidade de uma ação, tendo em vista que a noção de futuro está associada ao caráter volitivo e à dúvida, operando na categoria *modo*.

Em uma visão variacionista, a autora averigua os ambientes linguísticos, fatores sociais e discursivos que levam o falante a escolher um tempo verbal em detrimento de outro. Em seus estudos, Costa (1997) investiga a variação encontrada na cidade do Rio de Janeiro em construções condicionais contrafactuais entre os tempos do pretérito imperfeito do

indicativo e futuro do pretérito do indicativo na fala bem como utiliza-se de amostras de produções escritas – cartas pessoais produzidas pelos cariocas da década de 40 até a década de 80. Consoante a autora, em textos narrativos, o pretérito imperfeito é mais usual quando se refere a tempo passado. Já o futuro de pretérito surge em situações que se reportam a um tempo prospectivo.

Costa (1997) desenvolveu, por meio de dados do PEUL (Programa de Estudo sobre o Uso da Língua), um estudo variacionista com dados orais e dados da língua escrita extraídos do gênero cartas pessoais, tendo como objeto a “Variação entre Formas de Futuro do Pretérito e de Pretérito Imperfeito no Português Informal no Rio de Janeiro”. A autora, assim, buscou a variação nos tempos verbais no período hipotético, na oração principal, nas construções encaixadas e nas independentes. Em seus exemplos, podemos verificar esta variação:

10. “... chamamos ela, ela disse que não **ia vir**”,
11. “...se isso acontecesse, eu **pirava** de vez, sabia?”
12. “Sendo necessário, **faria** regime para emagrecer.”
13. “...eu por mim a Beija-flor todo ano **ganhava**...”
14. “[Se você tivesse vindo] A viagem **seria** muito mais encantadora.”¹⁵

A autora observa que o uso das duas formas verbais acima se mostra em diversas situações comunicativas, como em “orações principais denotadoras de *irrealis*” (1997, p. 21), e em “orações subordinadas em contextos de discurso indireto e adjetivas”, como vemos nos exemplos:

15. “(...) **seria** pior deixar que ele fosse cada vez mais se envolvendo...”
16. a – “Acho que um dinheiro da Loto *dava* para fazer muita coisa...”

¹⁵Exemplos de 10 a 18 retirados de Costa (1997, p. 20). Citamos os oito exemplos para mostrar as variações encontradas pela autora, em seu trabalho.

b –“Poxa! Ela [uma filha hipotética] tinha que ver, sabe? Tinha que--que ver o que *era* bom para ela, o que era ruim.”

Costa (1997) também analisou as chamadas orações encaixadas, em que a variação entre o futuro do pretérito e o imperfeito ocorre quando o discurso é indireto e, na oração principal, aparece um verbo que marque opinião ou, ainda, um verbo *dicendi* (p. 21):

17. “Acho que eu não *teria* coragem de viajar de navio”

18. “(...) chamamos ela, ela disse que não *ia vir*”.

Com isso, a autora mostra que os ambientes sintáticos em que se dão as alternâncias são diversificados; Costa também diz que a forma do futuro do pretérito tende a ser mais tradicional, já que os mais idosos a utilizam com maior frequência. Acrescenta, ainda, que o futuro do pretérito está atrelado aos textos argumentativos, sendo, portanto, seu uso bem comum, uma vez que o futuro do pretérito está presente em períodos hipotéticos e estes, de acordo com a autora, são mais propensos a ocorrerem naqueles tipos de textos.

Costa (2003), dando continuidade aos seus estudos sobre a utilização das formas verbais futuro do pretérito e imperfeito do indicativo em uma perspectiva diacrônica¹⁶, toma por base Câmara Jr (1979, p. 130), ao mostrar que, de acordo com a linhagem temporal, as perífrases verbais com o auxiliar *haver*, anteriormente, eram encontradas abundantemente, e constata que, agora, ele está sendo substituído pelo auxiliar *ir*, em construções como *íamos pescar*. A autora concluiu que a forma verbal *havia de + infinitivo* torna-se ausente das peças teatrais em meados do século XX, dando lugar à forma *ia + infinitivo*, forma esta usada entre os mais jovens.

Em outro momento, a autora, em sua pesquisa, confrontou a linguagem oral com a linguagem escrita não-formal a partir de dados que mostrassem a variação entre as formas verbais futuro do pretérito e imperfeito do indicativo, na cidade do Rio de Janeiro, concluindo que existe variação das formas simples e perifrásticas → *amaria; iria amar; ia amar*.

¹⁶ Costa (2003) fez um estudo diacrônico do futuro do pretérito e suas variantes em peças teatrais do século XVIII até o século XX, com o intuito de averiguar uma variação linguística com outras formas verbais ao longo do tempo.

No que tange aos fatores extralinguísticos, conforme a autora, a forma verbal *ir* no imperfeito mais infinitivo é frequentemente usada pelos jovens. A autora constatou, com relação à diacronia, o aparecimento da construção perifrástica com o auxiliar *havia de* nas produções textuais antigas. Para tanto, Costa (op. cit.) observou o percurso do futuro do pretérito do século XVIII até o fim do século XX.

3.5.4 O estudo de Silva (1998)

Numa perspectiva sincrônica, Silva (1998) desenvolve trabalho sobre a alternância entre as formas verbais terminadas em - va - ia /- ria a partir dos dados dos informantes da cidade de Florianópolis. Para a autora, existe a possibilidade de alternância do uso dos tempos verbais, a saber:

1. Uso do pretérito imperfeito do indicativo no lugar do futuro do pretérito do indicativo, com valor de certeza sobre os fatos vindouros. E, exemplificando, temos:

19. “Se eu tivesse o problema que eu já tive, tivesse no INPS, eu já **tinha morrido**, ó, muito tempo”.

20. “Quando a questão era de namoro, a gente sempre **ia conversar** com ela”.
(p. 85)

A autora ainda nos chama a atenção para o paralelismo formal, em que a presença das formas do pretérito imperfeito do indicativo ou futuro do pretérito, numa situação comunicativa na fala do entrevistador, influencia o receptor, e mostra isso no exemplo abaixo:

21. E: “E se você fosse votar hoje, em quem você **votaria**?”

F: Se eu fosse votar hoje, eu **votaria** nele também. Mas **votaria** nesse, como é que tu falaste?”¹⁷

¹⁷Silva (1998, p. 97).

Os resultados a que chegou a autora evidenciam o uso do futuro do pretérito sendo alternado com o imperfeito do indicativo quando locuções adverbiais se fazem presente no contexto comunicativo para que se demonstre certeza dos fatos narrados. Outra informação é que o paralelismo formal também atua de forma significativa: contextos em que o entrevistador usa o pretérito levam o entrevistado a usar a mesma forma verbal. Com o imperfeito do indicativo acontece o mesmo¹⁸.

3.5.5 O estudo de Karam (2000)

A autora (2000), em sua pesquisa sobre “A Variação entre o Futuro do Pretérito, o Imperfeito e a Perífrase com o Verbo IR na Fala do Rio Grande do Sul”, constatou a alternância entre o pretérito imperfeito do indicativo, futuro do pretérito e a perífrase com o verbo *ir* (*ia fazer/iria fazer*), como vemos, abaixo:

22. “Como o nosso ensino está pobre, 'pô', **precisava** dar uma reviravolta, né?”
(p.4)

23. “Eu acho que **precisaria** assim era policiamento, sabe? (...) Claro que eu **ia ouvir** o barulho, que eu, por volta desse horário, eu estou sempre acordado... Estavam tentando derrubar uma porta ou portão, (...) mas dificilmente eu não **iria ouvir** o barulho”. (p. 4)

Karam (2000) examinou, como fatores extralinguísticos, a faixa etária, a localidade, o grau de instrução e o gênero. Com relação aos fatores linguísticos, examinou a estrutura temporal, considerando o ponto de referência em relação ao momento de fala, o paralelismo formal, a modalidade, a origem da informação - a saber, se o discurso é indireto ou direto - e a restrição sintática, que tinha por finalidade verificar se o fato de existir uma oração condicional no período motivava a preferência do falante pelo imperfeito do indicativo ou futuro do pretérito, mostrando, assim, uma possibilidade de restringir, sintaticamente, a frase.

¹⁸ Só há menção ao uso do pretérito imperfeito do indicativo no lugar do futuro do pretérito do indicativo, com valor de certeza sobre os fatos vindouros pelo fato de que os outros estudos tratados na dissertação da autora corresponder ao subjuntivo. Por essa razão, não os citamos aqui por se tratar de outro assunto.

Em linhas gerais, a autora constatou, partindo da análise quantitativa dos elementos, que o fator *modalidade* é um grande condicionante no que se refere à utilização da variante *imperfeito do indicativo*, beneficiando o uso da perífrase verbal, o que denota um grau maior de futuridade. Já a respeito do paralelismo formal, a autora observou que o futuro do pretérito bloqueia a utilização de formas semelhantes nas frases que se seguem. Com relação à estrutura temporal, esse fator mostrou-se importante na preferência entre as variantes avaliadas, pois, se o momento do evento e o momento da referência encontram-se no passado, o pretérito imperfeito é o escolhido.

No que tange aos fatores sociais, a autora comprovou que a faixa etária e o sexo contribuem para o uso da perífrase verbal, pois jovens e mulheres são os que mais usam essas formas perifrásticas, o que, para Karam (2000, p. 99), é um caso de “mudança em curso”.

3.5.6 O estudo de Domingos (2003)

Conforme Domingos (2003), as formas verbais futuro do pretérito, imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo, na ocasião de um contexto específico de oração subordinada, se alternam semanticamente, fazendo referência a um acontecimento passado cotemporal à situação expressa na oração principal, conforme exemplos retirados da autora:

24. “‘Esta bela mulher pensou que *estava* ajudando um agente do FBI, mas na verdade estava ajudando um assassino’.” (2003, p. 18)

25. “Esta bela mulher pensou que *estivesse* ajudando um agente do FBI...” (idem)

26. “Esta bela mulher pensou que *estaria* ajudando um agente do FBI...” (idem)

No mais, quando o futuro do pretérito apresentar “futuridade a um ponto de referência” (p. 19), é devido a expressões temporais como “um dia”, que marcam o sentido de futuro, como no exemplo:

27. “eu pensava que você *iria* gostar dela *um dia*...” (p. 19)

A autora também menciona o fato de orações subordinadas com o futuro do

pretérito serem caracterizadas pelo indicativo de *irrealis*, aparecendo, provavelmente, menos abundantemente no discurso, como é o caso do exemplo a seguir:

28. Se eu fosse José, eu *faria/fazia* tudo diferente.

Vemos, então, que a oração que inicia o período “se eu fosse José” traz uma situação que jamais poderá ser realizada, pois ninguém pode ser outra pessoa; dessa forma, o desejo de “fazer tudo diferente” fica no plano *irrealis*, cuja impossibilidade é latente. O que se torna *realis* é somente a vontade, o *desejo de se fazer* diferente de José.

No que se refere à modalidade, Domingos (2003) expõe que a natureza (do futuro do pretérito) é discursiva, não fazendo alusão ao aspecto morfológico. Segundo a autora, a modalidade é, para o falante, uma espécie de avaliação do ato comunicativo que ele mesmo profere, sendo a condição, a polidez, a vontade e a possibilidade encaradas como *modos* dos quais o indivíduo se utiliza para que seu interlocutor possa direcionar as situações discursivas e compreendê-las mediante cada tipo de enunciado dito.

Com relação à incerteza, possibilidade, hipótese e irrealidade, Domingos (2003) diz que é o contexto quem demarca essas noções, e não as desinências e flexões verbais, haja vista os dados apresentarem situações de *irrealis* tanto no uso do imperfeito do indicativo quanto no uso do futuro do pretérito.

E no que concerne aos fatores extralinguísticos, como escolaridade e idade, a autora constatou que o fator *idade* interfere de forma substancial na escolha de uma forma verbal, pois os mais velhos usam, preferencialmente, o futuro do pretérito nos contextos já abordados acima, enquanto a *escolaridade* não exerce influência no uso das formas verbais em questão, haja vista os mais velhos possuírem um grau de equivalência com os mais jovens.

3.5.7 O estudo de Santos (2003)

Em seu trabalho, Santos (2003) também questiona o fato de o futuro ser um tempo ou um modo. Para a autora, o futuro verbal “expressa uma ação posterior ao momento da enunciação. Cabe ao futuro do presente o caráter modal de dúvida, incerteza epistêmica, que retrata a possibilidade do evento”. Quanto ao futuro do pretérito, este faz alusão a uma

categoria que diz respeito ao passado. Observemos o exemplo que a autora nos mostra (p. 2):

29. “Anthony Garotinho defendeu um aumento do salário mínimo. Ao explicar os detalhes, no entanto, o candidato do PSB falou em elevar o mínimo de 200 reais para 280 reais. Trata-se de um aumento real de 40% de uma só vez. O salário mínimo recebe reajustes anuais. Para chegar a 40% de aumento real, o governo federal levou oito anos. *Seria* adorável que fosse possível governar assim, e melhor ainda se o salário mínimo pudesse ser 1000 reais. Acontece que cada real a mais no salário mínimo custa 180 milhões de reais por ano à Previdência. Os tais 40% de aumento propostos por Garotinho *ampliariam* o rombo da Previdência Social de 50 bilhões de reais por ano para algo como 65 bilhões. Ou seja, *criariam* um buraco adicional nas contas previdenciárias da ordem de 30%.” (Revista Veja, 14 de agosto de 2002).

Como podemos ver, Santos (2003) mostra-nos, a partir desse exemplo, que o futuro do pretérito demarca episódios com indicio de futuridade que estão sujeitos a uma condição que antecede os tais eventos, para se desempenharem eficazmente. A noção de tempo, no texto acima, é bem evidente, seguida de uma condição hipotética, realizável.

Com relação às perífrases verbais, a autora concorda com o fato de que elas surgiram nas “línguas modernas”, como o Francês, o Espanhol e o Português, sendo encaradas como formas coloquiais do discurso. Assim, quando Santos (2003) remete ao futuro do pretérito, analisa-o como um sequenciador temporal, cujo modo é *irrealis*, sempre utilizado para contextos de hipótese ou que indiquem futuridade.

3.5.8 O estudo de Coroa (2005)

Coroa (2005) toma como premissa os pontos temporais de Reichenbach (1947), para situar a categoria *tempo* em relação à referência e ao momento da fala, como veremos a seguir:

[...] tomando como referência teórica os três ‘pontos temporais’ propostos por Reichenbach para a descrição da temporalidade expressa pelo verbo: o momento da fala (MF), o momento do evento (ME) e o momento da referência (MR). O primeiro deles corresponde ao tempo do acontecimento

discursivo, ou ao ‘tempo de enunciação’, de que nos fala Benveniste. O segundo diz respeito ao tempo em que se dá o evento de que o discurso fala, ou o ‘tempo do enunciado’, nos termos de Benveniste. E o terceiro ponto remete aos acontecimentos naturais ou históricos que, culturalmente, tomamos como referência: é o tempo dos relógios e calendários. (COROA, 2005, p. 09)

A autora considera, assim como Givón (1984/1993), tempo uma categoria dêitica, em que se observa a existência de uma relação linear entre pontos no decurso temporal: o tempo do acontecimento e o momento da fala. Nas construções decorrentes de subordinadas condicionais, tanto com o imperfeito do indicativo quanto com o futuro do pretérito, a ação pode ter o valor de anterioridade como de posterioridade em relação ao valor temporal do momento da fala. Vejamos o que diz Fiorin (1996), nas linhas abaixo:

[...] os tempos no indicativo são usados, seja nas orações principais, seja nas subordinadas, para exprimir a concomitância ou não-concomitância (anterioridade ou posterioridade), quer em relação ao momento da enunciação, quer em relação a um marco temporal pretérito ou futuro colocados no enunciado. Então, o tempo deve ser compatível com o momento de referência. (FIORIN, 1996, p. 183-184).

Dizemos, então, que é possível utilizar a forma verbal do futuro do pretérito e, por vezes, a de imperfeito do indicativo quando desejamos codificar um tempo passado em relação ao momento da fala e um tempo futuro a um momento de referência. O imperfeito do indicativo, destarte, opera tanto com um valor temporal prototípico de passado, como também atua com valor temporal de futuro do pretérito, quando o contexto abranger construções condicionais contrafactuais.

Passando para o campo dos estudos sobre a forma verbal futuro do pretérito, Coroa (2005), em seção em que aborda o *tempo futuro*, diz-nos que, quando se estuda essa forma verbal, não se pode esquecer da divergência entre as relações de tempo e modo; em muito se considera que o futuro seja encarado como um modo, visto que faz alusão a um *tempo* que não existe de fato. Em línguas como o Francês, em que o futuro é considerado um modo – *le conditionnel* – é mais notável a caracterização modal do futuro.

A autora fundamenta-se em Jespersen (1958) quando aborda a questão da

futuridade, que é vista pela ótica da modalidade, sobretudo quando se trata do futuro do pretérito, cujo caráter foge ao princípio da certeza dos fatos; está ligado a “asserções modalizantes” (COROA, 2005, p. 55). Sua *atribuição temporal* não faz com que seja encarado como uma “continuação linear do passado”, e sim como possibilidade real ou irreal no momento da enunciação do falante, ao se reportar aos episódios que poderiam ter sido ocasionados a um tempo *a priori* (irrealis) ou *a posteriori* (hipotético).

3.5.9 O estudo de Barbosa (2005)

A autora aborda a variação entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo em construções condicionais iniciadas por “se”, buscando detectar quais fatores condicionam essas duas formas. Barbosa (2005) analisou fatores linguísticos como tamanho das orações, ordem das sentenças e o paralelismo formal, dos quais o primeiro fator foi significativo quando se refere a orações grandes, condicionando o uso do futuro do pretérito. Quanto ao paralelismo formal, também teve resultado significativo, pois favorece o uso do imperfeito do indicativo. Para os fatores sociais, foram analisadas a classe social e a faixa etária, ambos sendo significativos. Barbosa (2005) constatou que o imperfeito do indicativo é usado preferencialmente pela classe social menos favorecida. Quanto mais alta a classe social, maior o número de ocorrências com o futuro do pretérito. Com relação à faixa etária, a autora verificou que os falantes acima de 45 anos de idade usam mais o imperfeito do indicativo. Seu estudo pautou-se em dados da fala da cidade de Uberlândia/ MG. O aparato teórico da sua pesquisa foi a Teoria da Variação e a Sociolinguística Paramétrica¹⁹.

3.5.10 O estudo de Dias (2007)

O trabalho de Dias (2007) versou sobre variação e funcionalidade modo-temporal entre o pretérito imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito, na função de eventualidade em construções condicionais, em dados do português oral culto da cidade de Fortaleza, em que a alternância entre as formas de pretérito imperfeito e futuro do pretérito, na oração nuclear (apódose) acoplada à oração adverbial condicional (prótase), reflete a existência de uma regra variável. Procurou-se constatar o motivo pelo qual estas formas verbais se alternam e quais são os fatores condicionantes de uso de uma forma em detrimento

¹⁹ A Sociolinguística Paramétrica evidencia-se por um agrupamento entre a Gramática Gerativa, atrelada aos princípios e propriedades paramétricas, procurando resgatar a interação interlinguística, e a Teoria de Variação e Mudança Laboviana. Os pontos basilares que apoiam a teoria paramétrica nos estudos linguísticos são aqueles em que as línguas podem fundir-se em alguns aspectos em sua gramática, o que os gerativistas chamam de propriedades paramétricas. A Sociolinguística Paramétrica também possibilita compatibilizar os resultados da linguística de probabilidades com as previsões da linguística de propriedades paramétricas e princípios, a partir dos fenômenos variáveis que se encontram na mesma gramática. (BARBOSA, 2005).

de outra. Para tanto, foram averiguados os princípios funcionalistas *marcação* e *iconicidade*, no que tange à codificação estrutural (forma simples/forma perifrástica) e à ordem estrutural (prótase + apódose ou apódose + prótase); as categorias tempo, aspecto, modalidade e referência, mediante análise das situações codificadas pelo futuro ou pelo imperfeito, em que foram consideradas a estrutura temporal, o tipo de verbo e os graus de certeza (atitude do falante).

Com relação aos fatores extralinguísticos, foram considerados sexo e tipo de inquérito. Para a análise, utilizou-se o *corpus* de língua falada do Banco de Dados PORCUFORT – português oral culto de Fortaleza – organizado pelo Professor Doutor José Lemos Monteiro. Para a composição deste *corpus*, foram usados 60 inquéritos (assim divididos: elocução formal, diálogo entre dois informantes e diálogo entre informante e documentador), realizados por informantes adultos da cidade de Fortaleza.

Ao se tratar da análise quantitativa, foi utilizado o pacote computacional VARBRUL, cujos resultados foram explicados considerando-se os postulados teóricos da Sociolinguística Quantitativa proposta por William Labov e da Teoria Funcionalista na perspectiva Givoniana.

Assim sendo, verificou-se que os falantes produzem orações condicionais com uma variedade de combinações modo-temporais, conforme os exemplos abaixo:

30. “... se houvesse uma guerra... entre os EUA e a Rússia... o Brasil não *participava*... / “... se houvesse uma guerra... entre os EUA e a Rússia... o Brasil não *participaria*...”²⁰. (DID, nº 22)

Partindo-se de uma abordagem da sociolinguística variacionista, essa variação, que não é aleatória, decorre de condicionamentos linguísticos e/ou sociais. Pode-se dizer que a utilização do futuro do pretérito, em lugar do imperfeito do indicativo, na repetição do enunciado no exemplo 30, está ligada ao grau de formalidade e à tensão discursiva (por se tratar de entrevista).

²⁰ Exemplo 1 extraído da entrevista nº 22 do banco de dados do Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT.

Embora as ocorrências da variante futuro do pretérito sejam em número maior, o imperfeito do indicativo mostrou um percentual expressivo no discurso (48%), o que evidencia a significância do fenômeno da variação destas duas formas verbais.

Com relação à iconicidade, a ordem icônica é significativa quando se trata do uso do imperfeito do indicativo, deixando, assim, a outra variável – o futuro do pretérito – favorecida quando a ordem é não-icônica:

31. “O Magistério num *teria* professor em parte nenhuma se eu pudesse só ficar num colégio/ cabo-se...” (DID, nº 05)

Em se tratando da *estrutura temporal* não há favorecimento do uso do imperfeito do indicativo, fato este que refuta a hipótese inicial, a qual supunha que havia uma disposição do falante para utilizar o imperfeito do indicativo no passado, e nos casos de não-passado, o futuro do pretérito. Já o fato de o indivíduo utilizar formas verbais simples não condiciona o futuro do pretérito. Viu-se, também, que o uso da perífrase verbal não favorece o uso do imperfeito do indicativo no discurso.

Já com relação às variáveis não significativas estatisticamente, os grupos que não mostraram expressividade estatística na análise feita no pacote VARBRUL, tem-se, primeiramente, a *modalidade*, seguida de um outro grupo linguístico que não mostrou resultados significativos: o *tipo de verbo*, de acordo com os critérios de Vendler (1967). Os dados estatísticos nos mostraram que o tipo de verbo usado nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais – *accomplishment*, *achievement*, estado e atividade – não intervém na escolha das formas modo-temporais analisadas – futuro do pretérito e imperfeito do indicativo. Da mesma forma, os dados mostraram que fatores *realis* e *irrealis* não condicionam o uso das formas verbais futuro do pretérito e imperfeito do indicativo.

No que concerne aos fatores extralinguísticos, após a rodada estatística no VARBRUL, foi detectado que o grupo *sexo* não se mostrou significativo, o que quer dizer que tanto homens quanto mulheres tendem ao uso de uma ou outra das formas verbais, sem privilégios de escolha comprovados estatisticamente.

Já com relação ao tipo de inquérito, foi observado que, quando se trata do tipo de

discurso analisado, é a elocução formal (EF) que se mostra mais propensa ao uso da variante futuro do pretérito, o que não significa o impedimento da ocorrência da outra forma variável, o imperfeito do indicativo.

3.6 Considerações finais do capítulo

É com base nos estudos descritivos do futuro do pretérito, mencionados nesse capítulo, que nos propusemos a investigar o tempo verbal futuro do pretérito em documentos históricos que vão do século XVIII ao XX, do acervo do Instituto do Ceará. Percebemos ao longo da trajetória das pesquisas que, em muitos casos, o futuro do pretérito varia com o imperfeito do indicativo em contextos condicionais, no que se refere à dados orais. Embora a literatura recente aborde a forma verbal em questão em diversos pontos de vista, analisaremos as funções que são atribuídas à forma verbal aqui mencionada de acordo com a perspectiva de Travaglia (1985, 1991 e 1999), considerando-se a modalidade escrita numa perspectiva diacrônica.

Acreditamos, assim como o autor supracitado, que o futuro do pretérito seja um *tempo modal* e não *meramente* uma forma verbal que determina uma possibilidade de ocorrência de um evento *a posteriori* a uma situação ocorrida no passado, pois, seu *funcionamento textual-discursivo* leva-nos a constatar que, quando indicar que uma situação é posterior a outra situação textual, a ideia é nocional, e quando os valores modais são aplicados ao tempo cronológico, à condição, à polifonia, à vontade e à polidez, essa forma verbal está relacionada à noção de futuridade a um momento do passado.

CAPÍTULO 4

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

4.1 Um pouco sobre a Linguística Histórica: perspectivas

Toda língua é feita de camadas diversas: é necessário um mínimo de cultura histórica para discerni-las. Explicar uma língua é, ao menos, em parte, compreender sua história... eis, portanto, o que justifica a abordagem histórica, mesmo em pura sincronia contemporânea. Mas fica óbvio que a história da língua encontra em si mesma amplas razões para modificar sua prática (MARTIN, 2003, p. 141-142).

As línguas, em geral, passam por modificações que interferem, por vezes, na configuração de elementos em classes gramaticais, haja vista essas línguas serem flexíveis, moldadas pelo uso; e, partindo desse princípio, é que a Linguística Histórica tem seu *lugar ao sol*, como aquela que estuda “os processos de mudança das línguas ao longo do tempo” (GABAS JR., 2000, p. 77).

Seguir o progresso tanto no que se refere a uma forma gramatical quanto ao que se refere a um sistema linguístico é o escopo da linguística histórica, que busca especificar o procedimento da mudança e apontar causas para o fato. Saussure (2006), ao citar a dicotomia diacronia e sincronia, afirmava que não se concebia um sistema linguístico que não sofresse mudanças.

Saussure (2006), ao abordar o estudo da linguística diacrônica, caracteriza, dentre outros fenômenos a *aglutinação*, que versa sobre termos cuja origem os diferencia por determinação dos usos que os falantes fazem nas situações comunicativas e que, pela mesma determinação desses usos, acabam, esses termos, se fundindo, surgindo, assim, uma *nova forma* para significar o que anteriormente, na língua, se fazia possível por intermédio de duas ou mais palavras; isto é, *forma e função*, ajustando-se para fins comunicativos. O autor utiliza exemplos em Francês para ilustrar o que foi dito acima:

...a princípio, *ce ci* em duas palavras, e mais tarde *ceci*: palavra nova, conquanto sua matéria e seus elementos constitutivos não tenham mudado. Comparem-se, também: francês *tour jours* → *toujours*, *au jour d'hui* → *aujourd'hui*, *dès já* → *dè já*... (p. 205).

Diante o exposto, o que verificamos é que se desenvolve uma espécie de composição similar ao caso do futuro do pretérito. Inicialmente, para que os falantes pudessem transmitir a noção de *irrealis*, de dúvida, de condição e de hipótese, utilizavam duas formas. Ao passar do tempo, como já foi dito no capítulo referente à origem do futuro do pretérito, o que ocorreu foi uma aglutinação das formas verbais para as funções já existentes.

Mattos e Silva (2003) argumenta que “a variação sincrônica e a mudança no tempo real de longa duração” (p.4) foram parâmetros, nas primeiras décadas do século XX, para as pesquisas históricas da Língua Portuguesa, ramo que foi designado de Filologia, em que se analisam os fatos da língua registrados nos documentos históricos, como também nos dialetos falados em várias regiões.

A Linguística Histórica assenta-se, inicialmente, na comparação entre sistemas linguísticos escritos. Porém, para que se alargasse o campo de estudo, a língua falada começou a suscitar o interesse dos neogramáticos²¹. Os estudiosos tentaram defender que a conduta linguística era o início de uma nova perspectiva de análise linguística. Assim, mudanças fonéticas, juntamente com as morfológicas, sintáticas e semânticas foram consideradas e, com isso, descobriu-se que as modificações na língua não acontecem ao acaso, e sim em virtude das necessidades que os indivíduos têm de se comunicarem e não se satisfazerem com as expressões linguísticas vigentes em seu código linguístico.

Faraco (2005, p. 91) trata a Linguística Histórica como uma “disciplina científica”, que aborda o fato de que “as línguas mudam no eixo do tempo, (...)” e “(...) busca-se dar, a esse fato (...) descrições dos diferentes processos de mudança ocorrentes numa história de uma língua (...) e, ao mesmo tempo, construir hipótese de caráter explicativo para os fenômenos descritos”.

Conforme Meillet (1965), o que um falante de uma língua produz deveria ser analisado sob um viés sociológico, levando em consideração as questões sociais, culturais e

²¹ De acordo com Dubois (2004, p.567), partiu dos neogramáticos o princípio de que a “evolução fonética” era regimentada por ‘leis’. Eles descobriram e explicaram diversas “irregularidades” linguísticas a partir de estudos centrados no uso cotidiano. Além disso, posicionavam-se a favor da idéia de que a *langue* não pode ser analisada separadamente da *parole*. Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), os *neogramáticos* objetivavam estudar a língua nas situações comunicativas, isto é, no uso cotidiano, para que se pudessem analisar as transformações linguísticas.

históricas, ou seja, a língua deveria ser vista como uma instituição social pertencente aos indivíduos que compartilham a mesma comunidade de fala. O autor aborda o fato de que a *gramática comparada* limita-se, quando deixa de fazer referências às transformações linguísticas ocasionadas pelas causas sociais, que provocam mudanças em uma língua. Por essa razão, Meillet (1965, p. 16) direciona seus estudos para o lado social, quando afirma que

[...] a linguagem é eminentemente um fato social [...] pois se a língua não é algo de substancial, ela não existe menos por isso. Essa realidade é, ao mesmo tempo, linguística e social [...] Ela é linguística: pois uma língua constitui um sistema complexo de meios de expressão [...] sobre outra perspectiva, a realidade de língua é social: ela resulta daquilo que é o meio de comunicação entre os membros de um mesmo grupo.

Para o autor (1982), esse *novo pensamento* somente terá valor se se passar a encarar que qualquer mudança no grupo social implicará alterações no uso da língua, pois, para Meillet (1965), ela é uma instituição que pertence à sociedade.

Podemos dizer, baseando-nos em Weinreich, Labov e Herzog (2006) que, na Linguística Histórica, as variações detectadas não dão indícios de mudança na língua, contudo, se houve mudança de um elemento linguístico, isto quer dizer que a variação ocorreu de fato. Os autores, ainda, afirmam que, em se tratando da perspectiva da Linguística Histórica, é mister que um sistema linguístico não passe, somente, por uma análise descritiva – em que se ordenam os constituintes da língua – e sim, por uma análise que necessite mostrar a afinidade dos elementos linguísticos entre si, suas forças relativas à escolha e ao uso pelos falantes, as vinculações que possuem em termos de *função* que compartilham e em que intensidade esse compartilhamento de funções se manifesta na língua.

Por meio dos “Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística” (2006), os autores acima mencionados mostram que a Linguística Histórica não direciona seu olhar somente para as transformações linguísticas; ela amplia seus estudos com os estudos descritivos e de variação; além do mais, mostra-se preocupada com o que se modifica e como são modificadas as funções linguísticas no decorrer do tempo.

Conforme Mattos e Silva (2004) existem duas percepções sobre o que seja Linguística Histórica: a de cunho social e histórico e a diacrônica associal. A primeira destaca

os fatores não considerados linguísticos – fatores sociais – como sendo fundamentais para a abordagem sociolinguística. Uma mudança linguística, conforme Weinrich, Labov e Herzog (2006), não acontece por si só, e sim, é decorrente do uso que se faz de uma determinada unidade linguística, como também as transformações ocorridas em um sistema linguístico envolvem variabilidade e heterogeneidade. A segunda percepção trata somente dos fatores que ocorrem no seio das unidades linguísticas, os chamados intralinguísticos, que, para André Martinet (2005), estão ligados à fonética da língua.

Labov (1994) profere que o papel da Linguística Histórica é esclarecer as divergências entre as funções linguísticas anteriores e as atuais das palavras de uma língua, levando em consideração dados dos usuários para que se possam estabelecer amostras do que realmente está se alterando na língua.

Um enfoque que tem sido aprimorado em Linguística Histórica, pela Sociolinguística, é o caráter científico dos estudos de variação e mudança e os valores que os usuários de um código linguístico destinam às diversidades da língua, sendo este código um conglomerado de variações – formais, informais, cultas, padronizadas. Desta forma, o autor (*op. cit.*) abriga língua e grupo social, unificando-os, ao passo que a idéia do que é individual e do que é coletivo se fundem nos estudos da linguagem. O uso linguístico nada mais é do que o retrato da língua em *funcionamento*.

Diante dos fatos apresentados aqui, estamos convictos de que o fenômeno da gramaticalização, o qual abordaremos mais adiante, encontra-se inserido nesse panorama, que traz uma visão das transformações linguísticas de acordo com o seu uso. Considerando-se a língua como algo vivo, dinâmico, elementos de ordem lexical podem atravessar a ponte para chegarem ao posto de elementos de ordem gramatical.²²

4.2 A Sociolinguística

É sabido que o objetivo primordial de uma língua, sendo produto sócio-cultural, é de servir como meio comunicativo entre seus falantes. A função social da linguagem é, pois, permitir contatos entre os indivíduos, deixando evidente uma certa dependência entre língua e

²² O aprofundamento desse assunto será mais adiante abordado, na seção sobre *gramaticalização*.

sociedade. Os efeitos desta dependência linguístico-social destacam-se na escolha lexical e no conteúdo ideológico.

No que tange aos estudos sociolinguísticos, a noção de língua alude à dinâmica de mudança que faz com que qualquer língua não resista à normatização. Enfatizando a heterogeneidade, é trivial depararmo-nos com muitas formas para uma mesma função, seja no domínio vocabular, mórfico ou sintático. A heterogeneidade das estruturas linguísticas é parte da competência linguística dos falantes, levando-nos à conclusão de que a ausência de heterogeneidade estruturada na língua seria tida como disfuncional (Weinreich, Labov e Herzog, 1968)²³.

Quando se extraem dados de atos comunicativos, a teoria variacionista tem em seu poder exemplos de estruturas da língua em condições reais de uso nos contextos sociais, apontando, assim, quais formas são *variantes linguísticas*, ou seja, quais formas podem ocorrer em uma mesma situação comunicativa.

O falante, numa determinada circunstância, seleciona, de forma mais ou menos consciente, uma dentre as variantes concorrentes na estrutura linguística. E a opção do falante pode variar conforme a situação a que esteja exposto, pois a sua escolha é determinada, por exemplo, pela intenção do falante de facilitar a sua aceitação em um determinado ambiente ou segmento social, ou pode resultar também da aceitação ou negação de um padrão linguístico imposto institucionalmente, ou característico de um outro grupo social [...] (LUCCHESI, 2004, p.172).

No que tange à comunidade de fala, o conceito laboviano (1972) de língua como estrutura (a sopesar tanto os seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos passíveis de mudança) liga-se à ideia de contexto social e sua função comunicativa. A linguística deve ter, como objeto de estudo, “o instrumento de comunicação utilizado pela comunidade de fala” (1972, p. 187). Ainda conforme Labov (1972, p. 192), “membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real”.

Fenômenos de mutações linguísticas, resultantes da variação, podem ser encarados

²³ Obra traduzida em 2006.

como mudanças em uma língua, ao passo que essas mudanças mostram a evolução de um grupo social. Outro fato é que as transformações não podem ser caracterizadas como ocasionais, ao mesmo tempo que não se pode afirmar como e porquê isso acontece sem uma investigação criteriosa. Para tanto, Labov (1994) nos informa que os elementos que por ventura estão sofrendo alterações devem trazer dados que informem em que contexto (ou contextos) percebemos como uma mudança se processa de um jeito ou de outro. Ainda conforme o autor, se essas mudanças atingem o léxico de uma língua, significa dizer que elas podem atingir a língua foneticamente, morfologicamente, sintaticamente e, por vezes, semanticamente. Dessa forma, ele acredita que as alterações fonéticas que se apresentam de uma forma regular, bem como a “difusão lexical”, são procedimentos válidos para que se possam estabelecer parâmetros de variação linguística.

Com relação ao que foi dito acima, Labov (op. cit) afirma que a “mudança fonética regular” é proveniente de uma mudança gradativa de um som fonético, e mostra que o processo está no princípio, ainda sem dependência do léxico ou da gramática. Já a “difusão lexical” deriva da *troca* de um som por outro em vocábulos da língua que tenham o mesmo som, talvez em razão dos empréstimos linguísticos ou às adaptações das palavras e da sintaxe. Assim sendo, a *posição* da desinência modo-temporal do futuro do pretérito (no Português de hoje) encontra-se *aglutinada* à forma verbal mencionada, fenômeno este que sofreu uma *alteração fonética* na constituição da nova forma verbal. Sabemos que o que existia em Latim para exprimir uma ideia que hoje é o futuro do pretérito era uma *perífrase verbal*, formada por um verbo auxiliar mais um verbo principal.

O autor (1994) explica que as transformações em um idioma passam por determinadas *etapas*, as quais citamos: (i) costumes sociais de um grupo, (ii) uso de uma forma em estágio de mudança para adquirir posições sociais dentro do grupo, (iii) alastramento do fenômeno para populações vizinhas, que a aceitam em virtude dos valores referenciais que as comunidades anteriores representam na pirâmide social, (iv) surgimento do *estereótipo*, cujos valores linguísticos e sociais determinam o acordo social e o prestígio e (v) domínio de uma das formas concorrentes na língua, até o momento que se torne ultrapassada.

Labov (2001) afirma que é pela influência social de cada indivíduo que a comunidade de fala organiza regras a partir dos recursos disponíveis no sistema linguístico

vigente. Podemos averiguar, assim, certas formas que se mostram representativas em razão da possível *mudança* (processo natural de um idioma), que se desenvolve na comunidade de fala, pois fatores de ordem linguística e fatores de ordem social relacionam-se no processo de variação e transformações de uma língua.

Para que possamos entender as razões de uma mudança na língua, Labov (1994) nos diz que é imprescindível saber em que nível social ela surgiu e como se deu a propagação para outras comunidades, o que sugere que a mudança inicia-se a partir da variação social, em que, num certo momento, uns usam as formas modificadas, e outros ainda conservam a forma *original*.

Embora um determinado sistema linguístico se desenvolva historicamente a partir das produções comunicativas dos indivíduos, subordinando-se aos processos históricos das sociedades, “a Sociolinguística laboviana não é uma teoria da fala, nem o estudo do uso da língua com o propósito exclusivo de descrevê-la, mas o estudo do uso da língua no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura linguística [*langue*]” (FIGUEROA, 1996). Podemos, então, concluir que a teoria laboviana explica os acontecimentos da língua conforme o uso que os falantes fazem dela, dentro das comunidades, já que é um fato social.

De acordo com Lucchesi (2000, p. 200), as análises baseadas nas experiências da Sociolinguística “demonstram que a mudança não é apenas uma função do sistema linguístico, mas uma função de interação da estrutura interna da língua com o processo social que ela realiza”; as transformações decorrem de afinidades sociais, políticas, culturais e ideológicas nas comunidades.

Quando Weinreich, Labov e Herzog (1968) afirmaram que as transformações em uma língua ocorridas no decurso do tempo possuem estreitas ligações com a variação sincrônica e esta, por sua vez, relaciona-se com os aspectos sociais de uma comunidade de fala, os autores encontraram a raiz dos fenômenos de mudança – o que abrange os fatores internos e externos de uma língua. A variação linguística, para Labov (1978), é um “conjunto de regras e métodos” que faz com que possamos delinear as transformações linguísticas que se processam em um idioma.

A ideia de regra variável apresentada por Labov (1978) foge ao conceito

estruturalista de variação livre, pois, para o autor, qualquer variação sofre um condicionamento ou de ordem linguística ou de ordem social ao apresentar uma certa constância significativa de uso e moldar-se à influência dos fatores linguísticos e sociais. As formas caracterizadas como *variantes* mantêm o sentido e podem ocorrer em um mesmo contexto comunicativo. Em outras palavras, trata-se de diferentes formas de proferir a mesma coisa em um contexto comunicativo e de significado referencial igual (que, na visão de Labov, é determinado pelo *estado de coisas* que dois enunciados possam assumir, representando os mesmos *valores de verdade*).

Além dos fatores de cunho linguístico e de cunho social que contribuem para uma possível mudança na língua, há, também, os efeitos provenientes do tempo cronológico e dos aspectos geográficos, que possivelmente influenciam as mudanças na língua quando entram em competição duas ou mais estruturas linguísticas.

Labov (1994) ainda menciona o fato de as mudanças ocorrerem em “tempo aparente” e em “tempo real”. A primeira mudança refere-se à averiguação de um certo grupo social e à comparação dos usos linguísticos dos mais jovens com os usos dos mais velhos, para que se constate a mudança linguística. A segunda faz alusão ao caráter diacrônico do idioma, em que se buscam produções antigas que demarquem as variantes para confrontá-las com as produções atuais.

4.3 O Funcionalismo linguístico

O funcionalismo é uma teoria linguística que ascende pelo menos a Saussure, mas Whitney (1875) já compreendia que a estrutura da língua deveria ser entendida por paradigmas psicológicos, cognitivos e funcionais, em feitos sincrônicos e diacrônicos.

De acordo com as teses de Whitney (1875) e Jakobson (1973), a língua deve ser concebida como um sistema funcional, como um sistema de meios de expressão ajustados a um fim: à comunicação e expressão. O perfil fundamental do funcionalismo é o reconhecimento de que a linguagem não é um fenômeno independente. Há certa comunhão entre o estruturalismo norte-americano e o funcionalismo – a questão da existência de universais; ao funcionalismo interessa a linguagem sob a forma das diversas línguas, que são

diferentes umas das outras, o que não é meramente accidental.

Na perspectiva de Lyons (1987), a teoria funcionalista defende a ideia de que as estruturas de uma língua – assinaladas nos níveis fonológico, gramatical e semântico – são geradas pelas *funções* que são executadas pelos falantes nos grupos sociais de que fazem parte, não sendo, desse modo, arbitrário afirmar que há uma determinação da língua em uso a partir da funcionalidade que ela cumpre na comunicação.

Para Martinet (1994, p. 14), “[...] toda língua, tanto em seu funcionamento, como em sua evolução, [...] impõe-se como instrumento de comunicação da experiência”; essa assertiva vem corroborar o feito de que uma abordagem funcional da linguagem investiga como se *consegue* a comunicação, observando a maneira pela qual o indivíduo se faz compreender com eficácia – a competência comunicativa entre os usuários de um sistema linguístico. Vale ressaltar, aqui, Givón (1995), cujo pensamento volta-se para a *dependência* da gramática de uma língua aos aspectos cognitivos, comunicativos, à influência sociocultural e à alteração e variação linguística, o que correlaciona organização da gramática e interação dos falantes no grupo social do qual fazem parte.

Essa interação, por sua vez, faz com que as estruturas linguísticas sejam, a todo momento, *imprensadas* no contexto discursivo, por meio da intencionalidade do falante para atingir suas finalidades comunicativas, usufruindo a língua de uma forma, diríamos, *proposital*.

Numa perspectiva funcionalista, toda explicação linguística deve ser apanhada na relação entre linguagem e uso, ou seja, na totalidade de caráter social. Esta perspectiva estuda a linguagem como um instrumento de intercâmbio social. Na vertente funcionalista, a pragmática representa a parte mais ampla em que se devem estudar também a construção gramatical (sintaxe) e a semântica.

Nos estudos funcionalistas, a gramática é vista como um sistema maleável, constituído pelas expressões linguísticas utilizadas pelos falantes, expressões estas que são intencionais de acordo com o propósito comunicativo em questão. A motivação para novas estruturas gramaticais se manifesta na medida em que necessidades de comunicação não são satisfeitas, bem como quando não há designação linguística adequada de conteúdos

cognitivos.

A gramática funcional procura concentrar a atenção nos usuários e nos usos da língua, mediante uma valorização do receptor e do emissor no quadro gramatical. A competência comunicativa é avaliada pela gramática funcional como uma aptidão que os usuários de uma língua possuem para codificar e decodificar os constituintes linguísticos, usá-los e interpretá-los de sorte que satisfaçam a interação comunicacional.

Assim sendo, qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configuradoras de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração. As expressões linguísticas só podem ser devidamente compreendidas quando levadas em consideração informações contextuais e situacionais disponíveis aos interlocutores no momento da interação, já que é durante esse processo que muitas de suas propriedades (formais e funcionais) são co-determinadas.

Após o breve aparato sobre as ideias do funcionalismo linguístico, faz-se necessário que caracterizemos o termo *função* nessa teoria. Para tanto, remetemo-nos a Neves (2001, p. 5), que define o vocábulo a partir da perspectiva de Martinet (1994):

O termo *função* apresenta tal variedade de empregos [...] 2) o valor de “papel de uma palavra em uma oração” acrescentado ao sentido que a palavra tem num determinado contexto (que é o que está na tradição gramatical); [...] na linguística, usa-se *função* no sentido de “relação” [...] entre uma forma e outra (função interna); entre uma forma e seu *significado* (função semântica) [grifo nosso]; entre o seu sistema de formas e o seu contexto (função externa).

Neves (2001, p. 09) ainda nos diz que a função linguística é responsável pelo funcionamento da comunicação entre os falantes, que é ajustado em um suposto evento de fala. Isso quer dizer que dependerá da função atribuída à forma para que se possa chegar num grau de compreensão favorável para os participantes da comunicação; esse grau, por sua vez, estará *acordado* previamente pelo emissor e receptor, respeitando, assim, as *máximas conversacionais*²⁴. Dessa forma, enfatiza Searle (1981, p. 21): “falar uma Língua é adotar

²⁴Para Grice (1957), as máximas conversacionais dizem respeito aos acordos prévios que os falantes adotam para

uma forma de comportamento regido por regras [...]", isto é, os elementos de um sistema linguístico obedecem a certas *regras*²⁵ para que possam ser aceitos por seus falantes.

O enfoque do termo *função*, consoante Martinet (1964), refere-se à eficácia comunicativa das estruturas linguísticas nos níveis fonológico e morfológico no eixo paradigmático, caracterizando, assim, que *papéis* as unidades da língua, mediante uma seleção natural pelo falante ao proferir seu discurso, assumem em um contexto comunicativo. Quando se leva em consideração a relação paradigmática dos elementos fonológicos e morfológicos, há uma mudança do ponto de vista funcional – do seu uso e do seu sentido.

Pezatti (2004, p.170) mostra que a definição de *função* não diz respeito a diferenças entre as estruturas linguísticas; todavia mantém uma afinidade entre uma forma e aquilo que ela referencialmente significa. Mais adiante, a autora (2004, p. 173) diz que as afinidades funcionais de um código linguístico se dispõem semântica, sintática e pragmaticamente. Com relação às funções semânticas, os papéis são definidos de acordo com a predicação na qual acontecem; já as funções sintáticas mostram como é visto, por exemplo, sujeito e objeto; e por último, as funções pragmáticas precisam o “estatuto informacional dos constituintes oracionais” na situação comunicativa.

O ponto de vista funcional estende-se por muitas escolas. O vocábulo *funcional* tem sido vinculado a uma vasta gama de modelos teóricos, o que faz com que não haja uma só corrente funcionalista.

O legado de adeptos que a herança funcionalista alcançou foi vasto. É por meio de Jakobson (1973) e Martinet (1964) que se dissemina o pensamento funcional no Círculo Linguístico de Praga. Em se tratando de um estudo fonológico, o interesse pelos fatos fonéticos deve ser funcional – o da função linguística das diferenças fônicas. Para os teóricos funcionalistas de Praga, há pontos fundamentais que tratam da acepção da língua como um código de meios adequados a uma finalidade: de uma concepção de comunicação dinâmica.

que a comunicação entre eles se efetive de uma maneira positiva. Conforme o autor, uma situação comunicativa funcionará perfeitamente, quando se respeitar o *princípio da cooperação* entre os participantes, o *princípio da quantidade informativa*, o *princípio da qualidade informativa* e o *princípio da relação e modalidade*.

²⁵*Regras*, aqui, não no sentido da gramática tradicional, e, sim, no sentido de que o falante deve seguir determinados parâmetros para que possa ter êxito numa situação comunicativa.

É pelo intermédio de uma linguística sistêmico-funcional e do princípio da multifuncionalidade de Halliday (1985), que as ideias funcionalistas chegam a Londres. O autor sugere um panorama geral de todo elemento funcional de uma gramática e tenta fazer uma descrição plena de suas partes e seus inter-relacionamentos. Halliday (1985) não oculta seu entusiasmo pela perspectiva funcional da sentença – a frase contém o ponto inicial e a meta do discurso, sendo o primeiro o ponto de encontro entre locutor e receptor e o segundo é a informação que deve ser compartilhada com o receptor – a sequência *tema-remata*, ou *dado-novo*. Conforme o autor, o sistema da língua encontra-se ordenado mediante um conjunto de elementos funcionais codificadores que se constituem em funções mais abrangentes: a ideacional (interpreta e expressa nosso conhecimento de mundo), a textual (permite a criação de textos) e a interpessoal (permite que falantes de um sistema linguístico participem de variadas situações de fala).

Segundo o modelo funcionalista de Dik (1989), uma língua natural deve ser considerada, primeiramente, como uma ferramenta de comunicação social por meio da qual seres humanos podem interagir e, assim, influenciar reciprocamente as atividades mentais e práticas. Nesse sentido, o funcionalismo considera que “a situação comunicativa motiva, restringe, explica ou determina a estrutura gramatical” (Nichols, 1984). No contexto da Gramática Funcional, mais especificamente nos limites teóricos da Gramática Funcional de Dik (1989), o *Foco* é entendido como a informação mais importante ou saliente em uma dada situação comunicativa, parte considerada pelo falante como essencial à informação pragmática do ouvinte. Nesse sentido, a informação focal constitui, nas palavras do autor, o quadro de mudanças que o falante deseja efetuar na informação pragmática do ouvinte (adicionar ou substituir alguma informação). Ainda no que tange à formalização da Gramática Funcional, ela se mostra como num sistema em *camadas*, em que um vasto número de elementos atua em escalas variadas, estabelecendo dependências. Dik (1989) apresenta quatro níveis ou *camadas* de organização da estrutura subjacente da *cláusula*: no primeiro nível, encontram-se o predicador e os termos; no segundo nível, a predicação é produzida e designa um estado de coisas; no terceiro nível, existe uma proposição que determina um conteúdo proposicional, e no quarto nível, tem-se a proposição munida de força ilocucionária, que corresponde ao *ato de fala*.

Com base nesse arcabouço teórico, Dik (1989) assinala que a atribuição de *Foco* a um determinado constituinte da oração é o que justifica, por exemplo, a presença de uma

ordenação especial dos termos da oração, uma vez que essa ordenação constitui uma das principais estratégias de *Foco* utilizadas pelo falante para colocar em destaque uma dada informação que ele considera importante para ser integrada à informação pragmática do ouvinte.

Por essas e outras colocações, a gramática funcional procura concentrar a atenção nos usuários e nos usos da língua, mediante uma valorização do receptor, do emissor e da variação linguística (Halliday, 1985). De acordo com o modelo teórico de Dik (1989), os componentes sintáticos e semânticos encontram-se integrados a uma teoria pragmática, que, por sua vez, envolve a intervenção dos papéis envolvidos nos estados de coisas designados pelas predicções (funções semânticas), a perspectiva selecionada para apresentação dos estados de coisas na expressão linguística (funções sintáticas) e o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo em que eles ocorrem (funções pragmáticas).

Com relação às ideias funcionalistas de Hengeveld (2000), um novo modelo surgiu para impulsionar os estudos funcionais no discurso: a *Gramática Discursivo-Funcional* – doravante GDF – que se preocupa com o estudo da gramática no discurso, e não mais somente na frase, já que grande parte dos fenômenos linguísticos só encontra justificativa quando são vistos em macro-unidades, como as formas verbais narrativas, as partículas discursivas, as cadeias anafóricas etc. Assim sendo, o modelo apropriado da GDF promove a integração em um *modelo Top-down*, cujo princípio é descendente (estruturas linguísticas que um indivíduo produz para desenvolver um enunciado, em vários níveis), ao contrário do modelo usado na Gramática Funcional, que é ascendente.

Givón (1995, p. 5-9) lança sua proposta funcionalista constituindo uma correlação entre gramática e comunicação, em que as táticas de uso da língua ajustam-se aos padrões comunicativos da gramática. Assim sendo, os falantes, pressionados pelo próprio ato comunicativo de um sistema linguístico, elegem certas formas, intuindo para o fato de que a gramática não é um conjunto de regras fixas no tempo e no espaço; contrariamente a esta definição, ela é um conglomerado de estratégias comunicativas que são utilizadas para uma comunicação conexa entre as pessoas, em que o intercâmbio entre forma e função propicia a não-arbitrariedade.

A gramática funcional – ao contrário da gramática tradicional – traz à baila uma

explicação do que é sintático e do que é semântico quando mencionamos os chamados padrões linguísticos, pois, numa gramática funcional, encontramos uma análise das formas integradas à situação de fala, sem descartar aquilo que é cognitivo, aquilo que é comunicativo e aquilo que é social, implicando a variação e a transformação linguísticas, que são oriundas do discurso. Destarte, temos:

Em princípio se poderia dizer, pois, que o que o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame é a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração. Ao lado da noção essencial de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se nos funcionalistas um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem. (NEVES, 2001, p. 02)

A estrutura da língua evidencia-se, então, como comprometida com sua função social. Assim,

o estudo de uma língua exige que se leve rigorosamente em conta a variedade das funções linguísticas e dos seus modos de realização [...] Essa concepção funcional da língua deve ser vista como uma tentativa de dar mais concretude à concepção ‘até certo ponto fictícia’ de língua que emanava da teorização de Saussure. (LUCCHESI, 2004, p. 86)

A gramática jamais se configura como estagnada e completa em um sistema linguístico natural. Ela sofre adaptações à proporção que responde às pressões externas à língua, em real situação de comunicação:

[...] as pressões de uso geram regularidades e irregularidades. Segundo Lichtenberk (1991, p.76), toda língua apresenta áreas que estão em fluxo, o que faz com que surjam novas variações, decorrentes do aspecto criativo do discurso. Por outro lado, a comunicação pressiona a língua em direção a uma maior regularidade e iconicidade. A competição dessas duas forças faz com que as gramáticas das línguas nunca sejam estáticas [...] para os funcionalistas, a gramática é uma consequência de padrões que se estabelecem no uso (MARTELOTTA, VOTRE E CEZARIO, 1996, p. 49).

A gramática funcional, mesmo analisando a estrutura gramatical, abrange o ato comunicativo, seu propósito, os participantes e o contexto no qual está inserida a comunicação, não sendo arbitrária a escolha que o falante de uma língua faz ao sistematizar a estrutura daquilo que ele pretende dizer.

O funcionalismo norte-americano de Talmy Givón (1995), com seu estudo linguístico tipológico-funcional, prega uma linguística baseada no uso que os falantes fazem da língua, tendo por princípio a observância da língua no contexto linguístico e na situação extralinguística, considerando que a sintaxe é uma composição volúvel originária das variações do discurso. Destarte, o funcionalismo norte-americano propôs a contestação ao que se assinala como os três pontos fundamentais do estruturalismo - a arbitrariedade do signo linguístico, a distinção exacerbada entre *langue* e *parole*, e a severa cisão entre *diacronia* e *sincronia*.

Givón (1995), em sua análise funcional da língua, a conceitua como uma atividade sociocultural cujas estruturas servem a funções cognitivas e comunicativas, sendo estas estruturas não-arbitrárias e motivadas pela função pragmática determinada pela situação linguística. Desse modo, as estruturas são maleáveis e não-rígidas. Quanto às gramáticas, elas são consideradas *emergentes*. A partir de Hopper (1991), traçamos o que venha a caracterizar uma *gramática emergente*. O termo *emergente*, que qualifica uma gramática, toma para si o caráter flexível da estrutura linguística nos processos interativos de comunicação, processos esses que sempre se encontram inacabados. Assim, existem e existirão expressões linguísticas que são recorrentes entre os usuários e que sofrem constante mutação, ao se inovarem de sentido, por exemplo. Daí caracteriza-se a *gramática* como representação social. A averiguação da semelhança de como atuam certas construções e sequências frasais que se destacam no discurso, faz com que as estruturas da língua surjam adequadas aos princípios comunicativos dos falantes. Assim sendo, essa *gramática*, à qual fazem parte essas estruturas linguísticas modificadas, começa a ser redefinida, sendo, portanto, *emergente*.

Variação e mudança, segundo Givón (1995), estão sempre presentes em um sistema linguístico. O significado é dependente do contexto, não podendo ser marginalizado, pois os mecanismos que suscitam mudanças estão fundamentados nos fatores de comunicação e de cognição que estão presentes no ato comunicativo. A estrutura de uma língua não é

rígida, e as regras gramaticais admitem uma maleabilidade sintática ao se ajustarem em função dos atos comunicativos. Assim, o que foi dito acima possui legitimidade dentro das situações específicas de comunicação.

Dessa forma, compartilhamos com a afirmação de que as estruturas sintáticas só podem ser analisadas no discurso mencionando os fatores comunicativos que administram seu surgimento, visto que as regras da gramática são modificadas pelo uso e, portanto, é necessário observar a língua em uso. Ainda conforme Givón (1995), a codificação da comunicação entre os falantes de uma língua deve ser vista como representação cognitiva, sendo, nesse sentido, não-autônoma. A gramática pode ser entendida numa linha graduada daquilo que é *concreto*, os indícios morfológicos, e *abstrato*, a organização dos constituintes oracionais e a entonação.

Dentro da perspectiva givoniana, temos os chamados princípios que direcionam os estudos funcionalistas da linguagem: o princípio da iconicidade, que é fundamentado entre o plano do conteúdo e o plano da expressão (função e forma, respectivamente cf. Givón, 1991)²⁶, e o princípio da marcação. Consoante o pensamento givoniano, os princípios de iconicidade são aqueles que “governam as correlações naturais entre forma e função” (Givón, 1984, p. 30), contrariando, destarte, a posição estruturalista que diz que o signo linguístico é arbitrário. No entanto, essa contrariedade se dilui se entendermos iconicidade como motivação. O próprio Givón (1984) considera que certas expressões linguísticas, quando motivadas, têm a capacidade de se modificarem, devido, certamente, a pressões do uso.

A visão funcionalista de gramática é pautada na conjectura de que a gramática é determinada por questões adaptativas, daí a falta de arbitrariedade. A configuração gramatical relaciona-se com função semântica ou pragmática não-arbitrária; se a hipótese funcionalista fundamenta que a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua – há uma espécie de motivação acionada pelo contexto comunicativo – a iconicidade é definida como uma conexão entre forma e função.

O princípio da iconicidade caracteriza-se pelo princípio da quantidade – que prevê a correlação entre quantidade de informação e quantidade de codificação; pelo princípio da proximidade – que correlaciona proximidade cognitiva de entidades com proximidade de

²⁶Neste princípio, o conteúdo de uma expressão linguística é o que determina a não-arbitrariedade da forma que a norteia.

unidades no plano da codificação e pelo princípio da ordem sequencial – que orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente (Givón, 1984).

Os princípios de quantidade, de proximidade e de ordem sequencial influenciam na disposição de constituintes no discurso, já que a quantidade de informação a ser codificada juntamente com a proximidade cognitiva dos constituintes linguísticos norteiam a construção do sentido. E é a partir deste prisma que se harmonizam a ordem e a escolha dos elementos constitutivos de uma estrutura linguística, no momento em que o falante participa de uma situação de comunicação com seu interlocutor, sendo impulsionada por aquilo que o falante acredita ser mais evidente, importante, lógico ou persuasivo para o ouvinte.

Com relação ao princípio da marcação, Givón (2001) estabelece que uma determinada estrutura linguística tende a ser *marcada* em uma situação e *não-marcada* em outra situação diversa; sendo assim, a marcação seria um acontecimento que possui total vinculação ao contexto comunicativo, social, cultural e cognitivo. O autor ainda observa que fatores extralinguísticos, como nível de formalidade, podem contribuir para que um ato comunicativo sofra marcação. Givón (1990, p. 947) apresenta três critérios para se avaliar a marcação: 1. Complexidade estrutural – a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a não-marcada; 2. Distribuição de frequência – a categoria marcada tende a ser menos frequente do que a não-marcada; e 3. Complexidade cognitiva – a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não-marcada. O autor ainda assevera que “Categorias que são cognitivamente marcadas (i.e., complexas) tendem a ser marcadas estruturalmente” (GIVÓN, 1991, p. 106). A marcação, desse modo, passa a ser encarada como determinada pelo contexto, podendo ser mais enfática em uns e menos enfática em outros.

Por conseguinte, no que tange à utilização da língua, a premissa é de que a comunicação entre indivíduos é compilada em duas funções de maior grandeza: a que se refere à representação cognitiva, ou seja, as ideias e a que se refere à codificação comunicativa, ou seja, as formas linguísticas que estão acessíveis ao falante. Desse modo, Givón (2001) afirma que a representação cognitiva abrange o conjunto lexical, o propósito da informação e o discurso multiproposicional.

A complexidade cognitiva das categorias gramaticais está relacionada com a frequência, podendo-se dizer que a categoria marcada é menos frequente do que a não-marcada, sendo, então, esta menos complexa do que aquela. Embora a marcação seja um fenômeno que proporciona uma certa dependência contextual, muitas estruturas da língua podem ser marcadas em um contexto e podem não ser marcadas em outros. Diante desse aparato funcionalista, trataremos, nesta pesquisa, dos princípios funcionalistas de Givón, por serem esses princípios que aliam os usos linguísticos aos fatores de ordem extralinguística, determinando, dessa forma, as mudanças e variações na língua.

4.4 O Sociofuncionalismo

No campo dos estudos linguísticos, vem-se postulando a relevância da função social da linguagem, já que o homem a utiliza em convívio social, pois sente a necessidade de interagir com os seus semelhantes, por meio do ato comunicativo, passando, assim, a linguagem a ser vista como uma forma de ação. A sua utilização em diversas situações comunicativas gera as alterações sofridas pelos elementos linguísticos à medida que o tempo transcorre, avivando a presunção de que existem fatores de ordem cognitiva, social, cultural e comunicativa que direcionam possíveis mudanças e variações.

A mudança linguística deve ser entendida como um fenômeno tridimensional, ou seja, a trajetória de mudança de um elemento linguístico é um reflexo de, pelo menos, três aspectos diferentes: *tempo* e, sobretudo, *cognição* e *uso*. [...] Nesse sentido, a mudança ocorre pela necessidade diferenciada da atuação desses fatores cognitivos, que é ditada no contexto de cada distinta situação de comunicação. (MARTELOTTA, 1994, p. 69)

A linguagem, como meio de interação social, evidencia um dinamismo comunicativo, conhecimento compartilhado e organização dos constituintes linguísticos. Na escolha das formas linguísticas, de acordo com Labov (1994), a alternância entre formas linguísticas está intimamente ligada às motivações funcionais, o que ratifica a manutenção do sentido daquilo que o falante quer dizer.

A Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo possuem implicaturas teóricas e metodológicas que se fundem em um campo visionário mais amplo, haja vista que a primeira teoria toma para si o estudo da estrutura da língua e das variáveis que intervêm na

escolha de uma forma ou outra no discurso, condicionando o comportamento social e linguístico, enquanto que a segunda teoria associa a estrutura linguística à sua funcionalidade. A título de aprofundamento do que acabamos de dizer, citamos os pressupostos teóricos de uma abordagem sociofuncionalista propostos por Tavares (2003, p. 137):

1. A *função* a que serve a gramática é prioritária e determinante de seu uso pelos falantes. A gramática é um processo em andamento, sempre emergindo rumo a sua constituição, mas nunca chegando a constituir-se de fato, pois sofre constantes alterações por conta das características do manancial de onde deriva e onde existe: seu uso por falantes.
2. Focaliza relações de diferentes graus entre funções e formas. Cabe ao estudioso buscar estratégias recorrentes de organização do discurso, mapeando, dessa forma, as regularidades. São feitas análises das inter-relações entre os condicionamentos internos e externos à língua, considerando-se uma gama de motivações que age a cada situação comunicativa, contribuindo com as constantes emergências e enraizações sofridas pela gramática.
3. As estruturas tendem a refletir e a serem alteradas por causa da pressão exercida por motivações funcionais.
4. Recebem destaque *a história e a coexistência de diferentes formas*, investigadas como *camadas/variantes* que convivem em um mesmo domínio funcional, gerando o que pode ser definido como uma situação de *estratificação/variação*²⁷. Também são investigados *estágios de gramaticalização*, com a hipótese de que a situação de *estratificação/variação* é influenciada pelo que aconteceu no percurso de gramaticalização de cada item até a chegada ao domínio em questão.

Ao enfocarmos o processo comunicativo como um fenômeno social da interação verbal, e que língua e sociedade caminham juntas, estamos assegurando que os aspectos funcionais da linguagem norteiam as diversas formas existentes nas construções linguísticas, para desencadear um discurso intencional por parte do emissor. É com base nesses pressupostos que acreditamos que a Teoria Funcionalista e a Teoria Variacionista compõem um conjunto de máximas para a explicação dos mais diversificados fatos na língua.

²⁷Teles (2001) denomina *estratificação* como um traço dos grupos sociais cujos critérios são fundamentados por observação, por exemplo, de qualidade, de quantidade ou ainda, dos dois ao mesmo tempo. O fato de existirem diferenças sociais no que diz respeito à escolaridade, ao nível social e cultural, aponta que grupos sociais podem não se assemelhar em virtude dos desníveis sociais, o que tangencia três principais tipos de *estratificação*: a. *estratificação econômica*, que se baseia na diferenciação entre ricos e pobres; b. *estratificação política*, a qual é representada pela situação dos grupos que são detentores ou não de poder); e, c. *estratificação profissional*, baseada nos diversos níveis de *status* conferidos a cada profissional pela sociedade.

Os estudos sociofuncionalistas, ultimamente, vêm tomando proporções que alavancam a associação entre os postulados funcionais e sociolinguísticos, com Naro e Braga (2000), Tavares (2003) e Tavares e Görski (2006). Tavares e Görski (2006) mostram pontos em comum entre os dois alicerces teóricos, vislumbrando o feito de que, na teoria sociolinguística, o fenômeno que sofre mudança é proveniente da variação, e, na teoria funcionalista é o contrário: o produto que sofreu variação é oriundo da mudança linguística.

Tavares (2003) ainda discute a postura da junção entre os estudos funcionalistas voltados para a gramaticalização e a sociolinguística, debatendo os pontos em que as duas teorias assemelham-se, concluindo, então, que o que de fato acontece é

um imbricamento de convergências e não convergências, conceitos, termos, proposições, interpretações, explicações, metodologias, intertraduções, enfim, temos propostas de casamento diversas, na ‘escala teórica’ que vai do funcionalismo voltado à gramaticalização à sociolinguística variacionista (p. 146).

Mattos e Silva (2008) mostra-nos que a teoria funcional e a teoria da mudança linguística possuem o mesmo foco de estudo, que é o uso real da língua pelos falantes nas situações comunicativas. Esse uso, por sua vez, regido por determinadas condições linguísticas e extralinguísticas – discurso, marcação, iconicidade; idade, sexo, espaço temporal, ambiente geográfico, por exemplo – passa pelo processo de *continuum* de significação e função de suas formas, ao que se chama *gramaticalização*.

Mattos e Silva (2008), à luz do Sociofuncionalismo, aborda a gramaticalização como um fato inovador que ocorre nas línguas, pois o surgimento de novas formas linguísticas para representar um significado (e também uma função) são de extrema importância para a Sociolinguística, pois soma-se aos preceitos da Teoria de Labov (1968), que condizem com a análise linguística do que é realmente proferido pelo falante de uma língua nas situações cotidianas de comunicação.

Uma conquista imediata dos estudos sociofuncionalistas é o domínio mais apurado de grupos de fatores linguísticos, com a inclusão de fenômenos tanto da esfera discursiva como da esfera pragmática. Isso faz com que seja encarado como natural o papel do funcionalismo agregado à sociolinguística, já que emana de um princípio de que a língua deve

ser examinada a partir de seu uso real em circunstâncias autênticas proferidas pelos indivíduos.

As informações provenientes dos estudos sobre gramaticalização, atrelados, geralmente, a um ponto de vista funcionalista, também enriquecem as análises variacionistas. Elas aportam esclarecimentos que complementam qualquer caso de variação, não restringindo o estudo ao fenômeno em si, mas trazendo à tona, numa vertente diacrônica, o modo e o procedimento histórico pelo qual passou cada forma em jogo até a ocasião em que são estabelecidas como variantes, competindo pela expressão de um significado ou função.

Mattos e Silva (2008) ressalta que, na formação inicial do tempo futuro, não existiu, nas línguas românicas, uma performance única; ao contrário, cada sistema linguístico escolheu sua *melhor* forma de representá-lo. No que diz respeito ao futuro do pretérito, sua formação se deu “com o auxiliar anteposto ou posposto nas mesmas línguas do futuro do presente” (2008, p. 81). Para a autora, o futuro do pretérito surgiu de um *processo de gramaticalização* do futuro do presente com as terminações do imperfeito do indicativo, ainda no latim vulgar, processo este que se iniciou com sua morfologização e depois pela fonologização – isto é, a forma perifrástica, na passagem do Latim para a formação da Língua Portuguesa, sofreu os fenômenos da morfologização e da fonologização – e, por fim, atingindo a semantização, dando espaço para um novo *tempo verbal* no português.

4.5 Uma análise sociofuncionalista: a gramaticalização

Sobre gramaticalização, os primeiros indícios já eram encontrados nas gramáticas gregas e, já no século XIX, nas observações dos estudiosos comparatistas, a citar Meillet (1965, p. 130-131), que a define como sendo “a atribuição de característica gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”. A definição do autor envolve um tipo de procedimento pelo qual há *transformações* dos termos linguísticos, ficando mais *gramaticalizados*²⁸ no decurso do tempo ou ainda, numa abordagem paradigmática, como as formas gramaticais aparecem em um sistema linguístico, como são utilizadas pelos seus falantes e, por fim, como essas formas moldam o idioma. Com o avanço dos estudos nessa área, verificou-se a necessidade de se voltar às análises diacrônicas para a explicação dos fenômenos linguísticos que se

²⁸Entendemos que um termo é considerado “gramaticalizado” quando passa por mudanças linguísticas em suas categorias e funções, adaptando-se ao uso contextual para satisfazer os anseios comunicativos.

gramaticalizaram com o tempo.

A gramaticalização por ter uma vertente diacrônica, determina a evolução de uma palavra ou de expressões linguísticas ao longo do tempo. A importância do enfoque diacrônico no estudo da gramaticalização incita à análise dos meios que proporcionam a sua ocorrência. No processo de gramaticalização, tanto novas funções surgem a partir das formas que já existem quanto novas formas aparecem para as funções já conhecidas na língua. A isto se deve a caracterização de uma gramática composta por expressões que estão, a todo instante, sendo *negociadas* na comunicação, não podendo, assim, se dissociar do discurso. Hopper (1987) afirma que uma gramática nunca está terminada, está sempre inacabada, não há fim, pois a língua está em processo constante de mudança, isto é, sempre passando pelo processo de gramaticalização.

Dessa forma, os fenômenos que geram a gramaticalização são a regularidade e a frequência do uso da forma linguística, pois uma forma será mais gramaticalizada a proporção de sua frequência na situação comunicativa, o que faz desse uso constante de um termo destacar o seu nível de gramaticalização.

É claro que se partimos dos pressupostos da Teoria de Variação e Mudança, a qual encara a língua como um produto social e que está, a todo momento, em transformação – já que são os falantes de uma mesma comunidade de fala que, ao interagir, escolhem as formas e atribuem funções que se adequem à construção discursiva – podemos dizer que o fenômeno linguístico da gramaticalização possui duas vertentes: a sincrônica e a diacrônica, pelo fato desta última descrever e analisar as modificações que aconteceram ao longo do tempo, e aquela por observar as transformações que acontecem no uso da língua.

Para Gonçalves *et al.* (2007, p. 16), a gramaticalização é a “maneira como formas gramaticais e construções surgem e como são usadas”. Os autores, no entanto, avaliam a gramaticalização como um “processo” em que se observam os elementos linguísticos (morfossintáticos e sintáticos) que, com o tempo, passam a ser “mais gramaticais”, isto é, passam a pertencer a mais de uma classe gramatical. Ainda para os autores (2007), a visão diacrônica dos fatos linguísticos proporciona esclarecimentos de como itens gramaticais aparecem e se processam na língua, bem como a visão sincrônica esclarece porque determinado elemento linguístico assume outras categorias gramaticais a partir dos usos que

os indivíduos fazem dele.

Embora os autores já mencionados reconheçam os atributos que separam itens lexicais e gramaticais em categorias distintas, isso não quer dizer que um item lexical (caracterizado por representar ações, estados, qualidades e processos) não possa, de acordo com o uso pelos falantes, passar a ser um item gramatical (caracterizado por unir termos, frases e partes de um texto, como também distinguir ideias temporais, aspectuais e modalizadas).

Para Castilho (s/d:7),

é o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (=recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

Um termo poderá ser gramaticalizado quando os falantes de uma determinada língua, sentindo o imperativo de se fazer compreender e não encontrando a *forma-função* adequada para compor seu discurso, a recategorizam semanticamente, instaurando, assim, uma nova funcionalidade para um termo na língua. Em Neves (2006, p. 258), a gramaticalização é vista como se fosse um *desdobramento semântico* da forma gramatical original para atingir um determinado propósito comunicativo, o que não quer dizer que este anule o significado original da palavra gramaticalizada, podendo, até mesmo, estarem em competição; ao contrário, as possíveis variações funcionais podem ocorrer de acordo com a situação em questão.

A autora (1997) apoia-se nos pressupostos de Hopper e Traugott (1993, p. 2) para afirmar que existem dois caminhos a tomar quando se fala em gramaticalização. O primeiro refere-se à gramática histórica, que se propõe pesquisar como se processou o surgimento das expressões gramaticais e suas possíveis transformações ao longo do tempo; o segundo refere-se às análises linguísticas do real uso que o falante faz da língua em seu grupo social. E vai mais além, quando decide categorizá-la como sendo um “processo pancrônico” de ajustamento linguístico (2002, p. 176).

Vale ressaltar que *forças* que pressionam o discurso do falante não se resumem apenas às suas questões particulares, como necessidades de informação, de interesse, argumentativas, discursivas; trata-se, pois, de forças que interferem na língua em uso, atingindo as formas gramaticais e ocasionando, de fato, mudanças polissêmicas ou mudanças de significado.

O processo de gramaticalização, segundo Heine (1991), diz respeito à diacronia, já que objetiva analisar o progresso das expressões de uma língua à medida que reconstrói seu panorama histórico, relacionando essas expressões atuais do uso dos falantes aos protótipos que as antecederam. Assim, para o autor, uma forma gramaticaliza-se quando adota um ou mais *papéis* gramaticais, sendo esse fenômeno encarado como uma mudança linguística, propensa a consequências gramaticais, referentes aos mecanismos de variação.

Destaquemos a formação e o uso do futuro do pretérito no Português sob a ótica do processo de gramaticalização. À época do Latim vulgar, ou seja, o Latim falado, o auxiliar *habere* – verbo com sentido completo no Latim – passou a ser *auxiliar*, gramaticalizando-se, uma vez que no Latim não existia tempos compostos, muito menos perífrase verbal com valor de futuro. *Habere* direcionou-se para uma categoria gramatical, deixando de ser lexical e assim abrindo novos caminhos para a formação do futuro do pretérito em Português.

Câmara Jr., em seu dicionário de linguística e gramática (2004, p. 130), define a gramaticalização como um

Processo que consiste em transformar vocábulos lexicais, ou palavras (v.), providos de semantema, em vocábulos gramaticais (v. vocábulos). É em princípio a origem diacrônica de todos estes últimos vocábulos. Quando num estado linguístico coexistem a palavra e o vocábulo gramatical, decorrente da gramaticalização, tem-se um caso de derivação imprópria (v.) [...]

As gramáticas sofrem transformações a partir do processo de gramaticalização²⁹ das formas verbais, de acordo com Bybee, Perkins & Pagliuca (1994). Os autores dizem que verbos modais de obrigação são mais frequentes no discurso, e por essa razão, *ir* e *vir*, que exprimem movimento (ser levado em direção a algo ou alguém), tendem a se gramaticalizar

²⁹ Abordaremos, posteriormente, no capítulo 4, sobre o processo de gramaticalização.

quando aparecem num contexto que expressa futuridade, pois denotam uma espécie de *intencionalidade discursiva futura* por parte do usuário. Eles assinalam, também, que a genealogia do futuro, de uma maneira geral, é justamente a que acusa intencionalidade do falante, como desejo, volição, obrigação, dever e necessidade.

Na perspectiva de Bybee (2003, p.146), a gramaticalização caracteriza-se pelo “processo pelo qual um item lexical ou uma sequência de itens se tornam um morfema gramatical, mudando sua distribuição e função no processo”.³⁰ Outra caracterização do termo é vista em Traugott e Köing (1991, p.208-209), em que dizem ser algo “dinâmico, histórico, unidirecional pelo qual itens lexicais no curso do tempo adquirem um novo status como gramaticais, formas morfossintáticas, e no processo passam a codificar relações que ou não eram codificadas antes ou eram codificadas diferentemente”³¹.

Para Givón (1979), é a partir do discurso³² que se parte para a compreensão das unidades estruturais de um sistema linguístico. Em sua célebre frase “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem” (GIVÓN, 1971, p. 413), o autor diz que é no fenômeno da gramaticalização que a pragmática comunicativa dá acesso à sintaxe dentro do texto. A utilização das expressões linguísticas faz com que a gramática sofra adaptações. Assim, a repetição ou frequência da noção de um termo ou construção da língua é o meio pelo qual os *ajustamentos* da língua acontecem (cf. Givón, 1979).

Givón (1991, p. 81-127), por seu turno, ressalta, numa perspectiva diacrônica, que elementos gramaticalizados se modificam no decorrer do espaço temporal. Já em uma perspectiva cognitiva, esses elementos passam por um *fenômeno imediato* (ajustamento gramatical e de significação linguística), no qual estão envolvidos os aspectos semânticos, pragmáticos, morfossintáticos e fonológicos – estes últimos ligados à estrutura da língua e aqueles ligados à funcionalidade das formas no contexto comunicativo.

Englobando as definições acima, podemos concluir que o processo de

³⁰ “Grammaticalization is usually defined as the process by which a lexical item or a sequence of items becomes a grammatical morpheme, changing its distribution and function in the process.”

³¹ “[...] refers primarily to the dynamic, unidirectional historical process whereby lexical items in the course of time acquire a new status as grammatical, morpho-syntactic forms, and in the process come to code relations that either were not coded before or were coded differently.”

³² Entendido como estruturas sintáticas de grande porte, que se encaixam, formando um bloco, passível de análise.

gramaticalização – que ocorre ao longo do tempo, daí seu viés histórico – ocasiona mudanças nas estruturas linguísticas: unidades que pertencem ao léxico (as palavras) sofrem alterações em seus campos semânticos, devido às pressões externas produzidas pelos falantes de uma comunidade, transformando-as em unidades gramaticais para suprirem uma lacuna que não está sendo preenchida com as expressões já existentes.

Cabe salientar, também, que a frequência com que um termo gramaticalizado pelos indivíduos é utilizado faz parte do processo em questão. Dessa forma, tanto a diminuição do uso da *forma-função* original, quanto o aumento do uso do novo *estatuto funcional* adquirido pela forma anterior, condicionam a gramaticalização. Determinadas construções gramaticais trocam de *papel* e permanecem processando novas funções gramaticais. É o exemplo latino da perífrase verbal de futuro, na qual o verbo *habere* exercia a função de auxiliar. No decurso do tempo, adveio a concentrar a ideia de futuridade.

Diante do exposto, questionamo-nos a respeito das possíveis consequências dos processos de gramaticalização. Sabemos, pois, que é um fenômeno que não pode *estacionar* no espaço, nem, *conscientemente*, o falante pode *estabelecer critérios* para itens lexicais serem gramaticalizados. Destarte, Lichtenberk (1991, p. 38) diz que as estruturas linguísticas são “produtos de desenvolvimento histórico, entre eles a gramaticalização”, acarretando novas classes gramaticais para um mesmo item lexical, sobrepondo-se, por vezes, à classe a qual pertencia, podendo perdê-la ou mantendo-a. E, corroborando a observação de Lichtenberk (1991), temos Lehmann (1991) que nos mostra algumas implicações do processo de gramaticalização nas línguas: primeiro, a acessibilidade de uma unidade menos gramatical para mais gramatical; segundo, sons e sentido se alteram, e terceiro, essa unidade acaba por se tornar imprescindível em certos contextos de uso, o que faz com que ela tenha menos flexibilidade posicional dentro da frase.

4.6 É possível falar de gramaticalização do futuro do pretérito?

Todo sistema linguístico, numa perspectiva diacrônica, passou por transformações sonoras e gramaticais, que alteraram sua morfologia e sua sintaxe. Por exemplo, o futuro do pretérito não existia na Língua Latina; o que existia era uma forma perifrástica para a noção de futuridade no passado. O chamado *futuro perfeito do indicativo* (mais tarde denominado condicional), em Latim clássico, uniu-se com o pretérito perfeito do subjuntivo, que,

posteriormente, se transformaria em futuro do pretérito no Latim vulgar, cuja composição era um verbo no infinitivo mais o auxiliar *habere* no imperfeito do indicativo. O produto de uma redução linguística cumpre uma função fundamental no processo de gramaticalização, haja vista ter uma extensão fonética, sintática e semântica. No que se referem às transformações fonéticas, estas caminham com mais rapidez nos elementos cuja frequência, no discurso, é maior, como ressaltamos na gramaticalização de formas verbais como o futuro do pretérito que sofreu um decréscimo na sua forma à medida que seu uso foi consolidando-se na língua: a gramaticalização do verbo *ir*, colocado anteriormente ao verbo principal, perde seu sentido original e passa a desempenhar o papel de verbo funcional, recomendando pessoa, número, tempo e modo. Essa função era conferida ao verbo *habere* (haver) para constituir o *infectum* ou futuro do pretérito (condicional).

Notamos, a partir daí, que o que mais tarde se tornaria o *modo condicional* no Português arcaico era uma perífrase verbal do verbo *ir* agregado a um verbo principal na forma nominal: cantar-*ia*, vender-*ia*, partir-*ia*. Essa forma, entretanto, não era aglutinada anteriormente; além do mais, sendo o verbo *ir* a forma que carrega consigo a noção de futuridade, podemos dizer que ele não é um mero auxiliar, quando junto ao infinitivo. Ao contrário, percebemos que, dependendo do contexto, essa forma verbal pode exercer a noção de tempo (futuridade) ou a noção de modo (probabilidade, desejo, necessidade, obrigação, etc.), como nos exemplos abaixo:

32. “Josefa disse que *ia viajar* às 9 horas da manhã”. (tempo)

33. “Marcos *ia viajar*, se não fosse o atraso do ônibus” (modalidade)

A constituição da forma perifrástica *ir* (*conjugado no imperfeito do indicativo*) + *infinitivo* atravessou as fronteiras ao adquirir, igualmente, a função indicativa de futuridade, além dos valores aspectuais e modais, deixando clara a gramaticalização dessa perífrase verbal. Sendo o fenômeno de gramaticalização considerado como “as alterações de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade linguística que promovem a alteração de seu estatuto categorial”, como bem disse Gonçalves e al. (2007, p. 17), com o passar do tempo, as formas perifrásticas deram lugar a uma única forma de futuro do pretérito (“dançaria, comeria”). Assim, de acordo com Câmara Jr. (1967), as relações morfofuncionais do futuro do pretérito instituem oposições de tempo e de modo.

O autor (1967, p. 41- 46) afirma que

[...] à noção temporal de futuro corresponde uma análoga fixação do auxiliar no pretérito para a futuridade em relação ao passado. [...] entre as formas perifrásticas de futuro, se consolidou e se generalizou no latim vulgar um futuro do pretérito [...]. Surge, então, em português as formas em *-ria*, a menos que se opte pela perífrase com *ia* no pretérito imperfeito. São variantes mórficas de uma mesma significação básica, que às vezes, até, alternam num dado texto sob impulsos estilísticos, em que entram o propósito de quebrar a monotonia formal, e, mais ainda, o de acentuar certas diferenças modais.

O processo de gramaticalização do verbo *ir* deu-se a partir da sua mudança a verbo auxiliar. Como verbo principal, antes, possuía um sentido de transposição espacial, isto é, de um lugar para outro. Com o passar do tempo, o que se notou foi a *incorporação* semântica de uma situação em que o falante se localiza no momento da enunciação para um momento posterior. Assim surgiu a noção de futuridade em momentos ocorridos no passado: o uso do *ir* no pretérito imperfeito do indicativo mais o infinitivo do verbo principal. Em “Alfredo *ver(ia)* o mar” a readaptação sintática, com a mudança de posição do verbo *ir* da esquerda para a direita do verbo principal – o infinitivo – fez com que a forma simples adquirisse *status* linguístico e passasse a ser aceita. No entanto, ao serem utilizadas nas situações comunicativas, as formas de uma língua passam constantemente por processos de reanálise, o que fez com que a perífrase verbal *ir* no pretérito imperfeito do indicativo + *verbo principal* reassumisse a função da forma simples e instituindo-se ambas como formas variantes de uma mesma função linguística.

Câmara Jr. (1967), ao categorizar a forma do futuro do pretérito, compartilha do pensamento de que a gramaticalização dessa forma verbal desenvolveu-se a partir dos valores assumidos nas situações comunicativas. Assim sendo, independentemente do futuro do pretérito expressar noções temporais ou modais, o fato de o verbo *ir* aglutinar-se à forma infinitiva traduz um percurso que podemos associar à gramaticalização.

Com relação à perífrase latina – *amare + habebam* → *amaria* – verificamos que na passagem do *Latim vulgar* para a Língua Portuguesa, transformações fonéticas e

morfológicas acarretaram alterações da forma verbal que hoje constitui o futuro do pretérito, sendo encarada, portanto, como gramaticalizada, já que a forma inicial composta por dois verbos deu lugar a um único verbo, como já dissemos anteriormente.

Tomemos outra perspectiva, cuja referência parte dos resquícios de velhas fases da língua nas formas gramaticalizadas³³. Em se tratando do caso de formação do futuro do pretérito, tem-se o emprego de pronome oblíquo mesoclítico. Em verdade, somente dois exclusivos tempos verbais, em nosso sistema linguístico, aceitam a *mesóclise*: os tempos futuros, fenômeno esse que poderíamos acatar como proveniente de um vestígio do antigo futuro analítico constituído de *infinitivo + habere*. O pronome incide justamente entre o *tal* infinitivo e o auxiliar verbal: *entregá-lo-ia*, etc. Assim, somente um caso originado de um processo de gramaticalização, admitiria a *intromissão* de um elemento que se fixa entre a vogal temática e a desinência modo-temporal de um verbo. Para Givón, essa *perspectiva* é apreciada como um exemplo modelo de gramaticalização, por adequar-se perfeitamente ao esquema: *discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero*.

As formas verbais analíticas como *ia estudar* competem, atualmente, com as formas sintéticas como *estudaria*. Essas formas, todavia, derivam do Latim, pois, ao passar do tempo, o verbo *habere* foi se gramaticalizando, passando à etapa da morfologização para, então, aglutinar-se ao verbo principal, sendo encarado como morfema e não mais como uma forma verbal.

Atualmente, não obstante exista uma desinência verbal gramaticalizada para conceber a noção de futuridade em um momento passado (*-ria*), há a disposição do falante para o emprego de perífrases para essa representação. Por meio da repetição, tornar-se cada vez mais aceitável e *natural*, expressões como *ia ganhar*, no lugar *ganharia*; *iam ganhar*, no lugar de *ganhariam*; *íamos viajar*, no lugar de *viajaríamos*. Vemos que, como o verbo *haver*, no Latim, a forma verbal *ir*, que possui a noção de movimento de lugar para outro, acha-se, então, ligada à noção de *deslocamento no tempo*, ratificando o caminho da mudança linguística.

No patamar em que se encontra nosso sistema linguístico, poderíamos presumir,

³³Embora não tratemos aqui desse assunto, podemos fazer referência às “persistências formais”, cujo princípio é aprofundado por HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (eds.) **Approaches to grammaticalization**. Vol. I, Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

de acordo com Givón, que a forma *morfologizada* do futuro do pretérito (*comeria*) esteja no estágio *zero*, uma vez que o usuário já inseriu essa forma no seu *discurso*, com o intuito de marcar ideia de futuro (em relação a um acontecimento passado) ou de incerteza, de hipótese, de condição, de desejo, como também a perífrase: ir (imperfeito) + infinitivo (*ia fazer, ia comer*) principia, talvez, um novo processo de *gramaticalização*.

Porém, conforme Lyons (1987), o uso do futuro do pretérito é modal, pois a forma não expressa conexão entre o momento de referência e o momento da fala, expressa desejo, obrigação, necessidade, probabilidade. Para o autor, a categoria temporal é dêitica, refere-se à ação passada e não passada, sendo, então, o futuro do pretérito visto como uma forma modal, e não temporal.

Na linha em que a noção de futuro é encarada como tempo verbal, sinaliza-se que não há gramaticalização da sua forma, pois, se o contrário suceder, isto é, se essa forma for gramaticalizada, é por conta do estatuto modal que ele agrega a si, conforme afirma Mira Mateus *et al.* (1983). Ainda conforme as autoras, a forma futuro do pretérito – também chamada de *condicional ou futuro do passado* – somente será encarada como indicativa de tempo se o “ponto de perspectiva temporal” estiver no passado, e, se esse “ponto” estiver no futuro, “adquire um valor modal” (p. 158). Diante dos fatos expostos, ao que parece, o futuro do pretérito apresenta uma espécie de *não-comprometimento* do indivíduo com o que se está sendo dito e, de certa forma, é um indício de que essa forma verbal manifesta uma atitude epistêmica do falante, mesmo quando possuir um caráter temporal no enunciado.

4.7 Considerações finais do capítulo

Nesse capítulo, abordamos os fundamentos teóricos que nortearam nossa pesquisa sobre o futuro do pretérito. Inicialmente, situamos a Linguística Histórica em nosso trabalho para que pudéssemos entender as comparações entre as variações e as mudanças em uma dada língua. As modificações fonéticas, morfológicas e sintáticas foram vistas como um novo campo para as análises linguísticas.

Seguindo esse pensamento, a Sociolinguística é apresentada em nossa pesquisa com o intuito de estudar a heterogeneidade da língua, sua variação e mudança tanto ao longo do tempo quanto referente a um intervalo de tempo preciso – estudo diacrônico e sincrônico

de um sistema linguístico. Assim, a Teoria da Variação e Mudança de Labov, que trata das análises das estruturas linguísticas em condições reais de uso, foi aqui mencionada para que compreendêssemos o motivo pelo qual as línguas, que estão constantemente se adaptando aos anseios comunicativos dos falantes, sofrem transformações a partir de fatores inerentes à língua como também a partir de fatores exteriores à língua.

Com relação à Teoria Funcional da linguagem, foi aqui apresentada pelo fato de compreender a estrutura linguística como sendo vista a partir de paradigmas psicológicos, cognitivos e funcionais, diacronicamente e sincronicamente; a gramática de uma língua é flexível, dinâmica e baseia-se nas intenções que o falante quer mostrar nos enunciados. Podemos dizer, então, no que diz respeito aos aspectos funcionais da linguagem, que as expressões linguísticas são adaptativas às situações comunicativas. O pensamento givoniano é o norteador da nossa pesquisa pelo fato de que, de acordo com a perspectiva givoniana, existem princípios que direcionam os estudos funcionais, a saber: iconicidade e marcação.

Com relação ao enfoque do processo comunicativo visto como um fenômeno social da interação verbal, o Sociofuncionalismo vem corroborar nossa pesquisa ao propor que *funções* determinam a gramática dos falantes e que a mesma sofre pressões e, com isso, molda-se ao uso, bem como analisa os mais diversos níveis de relação entre as formas e as funções exercidas nos contextos comunicativos, abrangendo, dessa forma, os processos de gramaticalização (que possui uma vertente diacrônica) das expressões linguísticas. Diante desses argumentos, colocamos em questão a gramaticalização do futuro do pretérito, pois essa forma verbal, que surgiu no Latim vulgar, passou por modificações fonológicas e morfológicas.

Em suma, a escolha do referencial sociofuncionalista vai além da correlação forma-função, pois estão em foco a multifuncionalidade do futuro do pretérito, o fenômeno da gramaticalização, variação e prototipia (contextos prototípicos para cada função temporal e nocional), como também a correlação entre os grupos de fatores e os princípios iconicidade e marcação.

CAPÍTULO 5

TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE – TAM

A tradição da gramática normativa focaliza a expressão de tempo na figura do verbo, marginalizando, assim a categoria *aspecto* em detrimento à categoria *tempo*. Consoante Back & Mattos (1972), não se pode afirmar que os verbos distingam períodos e épocas, a não ser se existir um elo entre suas formas e o aspecto que traz consigo por influência da escolha semântica. Essas escolhas, para Weinrich (1994), são apontadas pela atitude e perspectiva comunicativa condicionadas pelo texto. Sob essa óptica, a explicação das informações temporais por um enunciado não se pode limitar à análise gramatical apenas, pois valores modais, advérbios, diferenças aspectuais, entre outros, caracterizam a significação temporal dos enunciados.

A categoria *tempo* cumpre a função de localização, no tempo cronológico, do que se é referido no enunciado. Deixar essa categoria no tempo cronológico é o mesmo que constituir uma semelhança temporal entre os estados de coisas descritos e o lugar que eles ocupam na linha do tempo referente a um espaço que é aceito como ponto temporal. Por conseguinte, a localização é realizada considerando o espaço de tempo que corresponde ao fato, que pode, ou não, concordar com o espaço de tempo da enunciação. No caso da não coincidência, o ponto temporal é necessariamente revelado no discurso, seja por adjuntos adverbiais, seja por locuções verbais.

Tempo faz alusão aos fatos ocorridos em nossas vidas, ao cabo das experiências acumuladas. No que tange ao *tempo verbal*, podemos dizer que, para darmos significação específica a esses fatos e experiências, existem, em nosso sistema linguístico, expressões para demarcar noções do que já ocorreu, do que ocorre e do que ocorrerá, cujo propósito é justamente delimitar toda a idéia de *tempo* que envolve nosso cotidiano por relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade. *Tempo verbal* envolve a união ordenada da relação entre dois pontos ao longo da classificação linear: *tempo de referência* e *tempo do evento* (Givón, 2001, p. 285-286).

Em algumas situações do discurso, não fica evidente, na oração, o ponto de referência, sendo, portanto, o contexto no qual se insere a situação comunicativa o indicador da referência:

34. “(...) Quem *ousaria* mesmo ensombrar aquella organização?”³⁴

Há, no exemplo acima, o não comprometimento de quem profere o enunciado, ao mesmo tempo em que levanta uma dúvida com relação à possível ousadia de alguém para com a tal organização, não determinando o momento de referência do questionamento sobre a tal dúvida.

No caso das orações condicionais, o futuro do pretérito pode ter valor de passado ou não-passado; melhor dizendo, esta forma verbal pode assumir uma significação de anterioridade, simultaneidade ou de posterioridade ao momento da referência. Vejamos o exemplo, a seguir:

35. “E’ porque deve sel-o; é porque, si não fosse, *seria* universalmente aclamado(...)”³⁵.

No exemplo acima, o que observamos é que a situação codificada pela forma verbal destacada (o fato de ser aclamado por todos) é a de anterioridade ao momento da referência.

Foi Reichenbach (1947) que, para a interpretação temporal das línguas naturais, sugeriu uma linha do tempo e, nesta linha, *o momento da fala, o momento do evento e o momento de referência*. Como estão interligadas as noções de tempo e referência, esta última é um ponto em que o falante se posiciona para enunciar *y*, que seria a *ação*. *O tempo da fala* refere-se ao momento da enunciação de *y*. A noção de tempo está ligada à visão cronológica; já a noção de *tempo verbal* está associada à visão gramatical, que é uma forma de codificação do tempo. Em Português, por exemplo, *tempo* também pode ser codificado por advérbios: Ele seria convocado *na tarde de hoje*.

Reichenbach (1947) determinou o ponto de referência como um ponto de *apoio*

³⁴Exemplo extraído do documento sobre a **Vida de Antonio Rodrigues Ferreira 1876**, do Instituto do Ceará. Ano 1, publicação: 1887.

³⁵Idem à nota 29.

com o qual o tempo da enunciação e o tempo do evento mencionado pelo enunciado constituem relações temporais. Paralelamente ao momento da enunciação, o ponto de referência pode posicionar-se no campo do passado, no campo do futuro ou concordar com o espaço de tempo da enunciação. Dessa forma, o ponto de referência decide o domínio temporal a partir da perspectiva da situação descrita.

A relação entre o ponto de referência e o momento do evento pode aceitar os valores temporais de anterioridade, simultaneidade e de posteridade. Existe uma compreensão implícita do funcionamento dos tempos verbais na mente do falante, como, por exemplo, o futuro do pretérito e o pretérito mais-que-perfeito, que dependem de outros elementos contextuais que detém informações de cunho temporal. Em:

36. “Ela *sobreviveria* até o ano de 1987, se não fosse a falta dos tratamentos”

Vemos a continuidade do evento até um certo período de tempo – ano 1987 – e uma oração que condiciona a sobrevivência do indivíduo até o ano de 1987. E, no exemplo 37,

37. “Ela *sobrevivera* até o ano de 1987, em virtude dos tratamentos”³⁶

Vemos ação dada por encerrada, quando o falante diz que ela tinha sobrevivido até o ano de 1987 por causa dos tratamentos feitos.

A partir dos domínios temporais – momento da enunciação, momento do evento e momento de referência e dos valores temporais anterioridade, simultaneidade e posterioridade – Reichenbach (1947) sugeriu que um sistema linguístico poderia marcar treze tempos verbais diferentes, correlacionando as relações aceitáveis entre os domínios temporais acima citados³⁷. Partindo de um momento de referência situado num espaço de tempo anterior ao momento da enunciação, com as mesmas relações temporais, é possível dar conta da localização realizada pelo pretérito mais-que-perfeito (simples e composto), pelo pretérito

³⁶ Exemplos nossos.

³⁷ Reichenbach, ao afirmar que se pode ter *treze tempos verbais* em uma língua natural, atenta para o fato de que eles estão distribuídos pelos campos temporais do passado, do presente e do futuro (este último fazendo referência aos casos em que o momento de referência se localiza num espaço de tempo *posterior* ao do momento da fala).

imperfeito e pelo futuro do pretérito.³⁸

Ao apreciarmos um momento de referência situado num intervalo anterior ao momento da enunciação, é possível perceber o valor temporal do futuro do pretérito composto, pois quando a situação é de condição, o fato dá-se anteriormente ao momento de fala:

38. “Clara **teria chegado** no momento combinado se o avião não tivesse atrasado”³⁹.

Para apresentar o valor temporal dessa forma verbal, faz-se imprescindível especificar um ponto de referência anterior ao momento da enunciação e um outro posterior ao ponto de referência inicial, como podemos verificar na frase: *Clara falou-me ontem que às dezesseis horas de hoje já **teria chegado** a Natal*. Ressaltemos, ainda, que o espaço de tempo em que se registra o momento da enunciação, no exemplo acima, pode ser anterior, simultâneo ou posterior ao espaço de tempo no qual se insere o ponto de referência mostrado pela locução adverbial *às dezesseis horas de hoje*. O futuro do pretérito composto localiza as ocorrências relativas a dois momentos temporais: um que é centrado num momento anterior ao intervalo de tempo da enunciação, e o outro localizado num intervalo posterior ao do primeiro momento da perspectiva temporal.

O local temporal fica mais complexo quando abrange diversos intervalos de tempo; no exemplo supracitado, além do momento da enunciação, deve-se levar em consideração dois momentos de referência apontados por advérbios de tempo e locuções adverbiais: *ontem*, *às dezesseis horas de hoje* e duas situações: *Clara falar a mim*, *Clara chegar a Natal*.

Os estudos de Reichenbach (1947) comprovaram que a localização na linha temporal é um processo relativo, o qual está sempre subordinado a um ponto de referência, que se ajusta ou não com o momento da enunciação. Reichenbach (1947) arquitetou uma representação que comporta a exposição sistemática da localização temporal realizada pelos valores prototípicos dos tempos verbais. No que concerne ao futuro do pretérito, nosso objeto

³⁸ *Maria **faria** o bolo de aniversário quando os ingredientes estivessem em sua cozinha.*

³⁹ Exemplo nosso.

de estudo, este situa os estados de coisas relativos a um momento temporal que se estabelece num espaço de tempo anterior ao momento da enunciação.

No que tange às gramáticas tradicionais, o *tempo verbal* é uma categoria que codifica três tempos: o primeiro, relacionado com o momento da fala, cuja ação pode ou não ocorrer *simultaneamente* ao ato comunicativo: “*preciso* de um dicionário”; “as abelhas *colhem* o néctar” (CEGALLA, 1995, p.189-212); o segundo, cuja ação está relacionada no passado: “*Atravessei* o rio a nado”; “*Sarita era* alegre, expansiva”; “O caçador *tinha soltado* os cães” (CEGALLA, 1995, p. 188-233); e o terceiro, relaciona uma atitude do falante a um processo posterior à ocasião do ato comunicativo, que não se transpõe ao momento do *suposto* acontecimento: “*Beatriz ganhará* o prêmio”; “*Beatriz ganharia* o prêmio” (CEGALLA, 1995 p. 182).

Em Faraco e Moura (1999, p. 326),

tempo é a propriedade que tem o verbo de localizar o fato no tempo, em relação ao momento em que se fala (momento da enunciação). Os três tempos básicos são: 1. presente: a ação ocorre no momento em que se fala: ‘*fecho* os olhos, *agito* a cabeça’. O presente do modo indicativo apresenta, também, um emprego atemporal, ou seja, que vale para todos os tempos. Observe os exemplos: ‘...depois de os ovos *serem enterrados*, o nascimento *demora* de 45 a 60 dias’; ‘A lua *reflete* a luz solar’; 2. pretérito (passado): a ação transcorreu num momento anterior àquele em que se fala: ‘*fechava* os olhos, *agitava* a cabeça’; 3. futuro: a ação poderá ocorrer após o momento em que se fala: ‘*fecharei* os olhos, *agitarei* a cabeça...você acha que assim *ficará* melhor?’

Para Sacconi (1986, p.111), “a flexão de tempo indica o momento ou a época em que se realiza o fato. São três os tempos: o *presente*, o *pretérito* e o *futuro*. Somente o pretérito e o futuro são divisíveis.”

Mateus *et alii* dizem que,

[...] no português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais do que um estado de coisas a

ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento da enunciação mas, para além disso, são ordenados uns relativamente aos outros. (MATEUS *et alii*, 1983, p. 104)

Garcia (2002, p. 87-88) diz que existe um tipo de *futuro do passado* e exemplifica: “*se você tivesse telefonado, ele não teria saído*”, em que temos “*tivesse telefonado*” indicando uma condição não realizada no passado; e “*ele não teria saído*” salienta a anterioridade ao momento de referência passada.

Coroa (2005), adotando como fato inicial os tópicos de tempo reichenbachianos (1947), determina a categoria *tempo* em relação à referência e ao momento da fala, quando diz que “os três pontos temporais” (p. 35) propostos por Reichenbach referem-se ao momento da fala (MF), que diz respeito ao momento da ocorrência discursiva, ao momento do evento (ME), que denota o momento temporal no qual acontece o discurso e o momento da referência (MR), que nos transmite a noção cronológica de tempo.

Dessa forma, Coroa (2005), assim como Givón (1984/1993), atenta para o fato de que *tempo* é dêitico, podendo-se perceber o tempo do acontecimento e o momento da fala. O uso do imperfeito do indicativo tanto quanto o uso do futuro do pretérito nas construções condicionais pode ter o valor de anterioridade como o de posteridade em relação ao momento da fala. Para Fiorin (1996, p. 183-184), tanto a anterioridade como a posteridade estão relacionadas à enunciação ou a “um marco temporal pretérito ou futuro colocados no enunciado”, cuja noção de tempo deve coexistir com o tempo de referência:

39. “Si nos faltassem absolutamente documentos, que viessem em abono á nossa opinião, ahi *estavam* em nosso favor as proprias palavras do Senhor Major Joao Brigido (...)”. (Registros Da Memoria Dos Primeiros Estabelecimentos na Villa de Santa Cruz de Aracaty, 1782).

Com relação à alternância entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo na codificação de um tempo passado em relação ao momento da fala, e um tempo futuro a um momento de referência, podemos dizer que a forma verbal imperfeito do indicativo age tanto com um valor temporal de passado, como também atua com valor temporal de futuro do

pretérito, na medida em que ocorrências de orações condicionais surgem no discurso.

A categoria de tempo, na visão de Costa (1990), é aquela que sinaliza, na língua, por meio de lexemas, morfemas e perífrases, a disposição dos eventos no tempo, tendo o ato comunicativo como ponto dêitico. A autora afirma que “Aspecto e Tempo são categorias temporais no sentido de que têm por base referencial o tempo físico” (p. 19). Semanticamente, esta categoria alude aos tempos presente, passado e futuro (considerados tempos externos), ao passo que se subentende Aspecto como ideia de começo, duração, desenvolvimento e fim (tempo interno). Vejamos um exemplo:

40. “Os que possuíssem títulos legítimos, *deveriam* demarcar as terras dentro de dous annos.” (Resumo cronológico da história do Ceará pelo major João Brigido, 1772).

Aqui, o usuário da língua, ao emitir essa frase, deseja indicar que a ação em destaque ocorreu no passado, anteriormente ao momento da fala, existindo, assim, a marca da categoria de tempo. Já a categoria de aspecto é vista no desenrolar da própria ação, em que se verifica a duração da ação. Além disso, a utilização do verbo *dever* remete à modalidade, pois os verbos modais assumem valores de sentido diferentes. A depender do contexto, eles são interpretados de acordo com os papéis semânticos que lhes são dados. No exemplo acima, independente do momento da ação transcorrida, do evento e da fala do indivíduo, uma compreensão de modalidade deôntica é percebida pela existência de uma *voz* que determina uma *obrigação* no plano real “para os que possuíssem títulos legítimos...”. Em contrapartida, uma compreensão epistêmica é notada pela imposição do próprio raciocínio, decorrente das premissas que o indivíduo acredita que possam se efetuar devido ao *estado de coisas*. Daí parte-se para uma conceituação *polissêmica* dos verbos modais, pois a utilização desses verbos varia conforme o contexto.

A compreensão epistêmica que fundamentalmente engloba uma atitude do falante sobre um estado de coisas, interliga-se, necessariamente, a um enfoque com o qual esse falante está comprometido. Quando o indivíduo está ciente da informação contida em uma proposição, é porque ele a qualificou de acordo com suas crenças, suas certezas, suas dúvidas, etc, que marcam as evidências da atitude do falante sobre o que foi proferido, determinando, então, a *modalidade epistêmica*, que diagnostica o nível de confiabilidade desse indivíduo na informação de, por exemplo, uma suposição/hipótese.

Por vezes, a categoria Tempo é confundida com o Aspecto por não ocorrer isoladamente. No entanto, podemos fazer uma distinção entre estas duas categorias, pois a categoria tempo alude à localização na linha temporal, enquanto que a categoria aspecto faz referência ao tipo de situação descrita (em termos de duração, dinamicidade e completude).

Conforme Comrie (1976), a categoria Aspecto faz referência à maneira como vemos, em uma situação de estado ou evento, a constituição do tempo, sem que haja separação das fases. Estudos linguísticos sobre aspecto correlacionam aspecto *perfectivo* – ocorrência de curta duração e aspecto *imperfectivo* – ocorrência de longa duração, mas é aceitável usar os dois tipos de aspecto para apontar/identificar uma extensão temporal, o que explica uma ocorrência perfectiva ser mostrada em etapas sem que a ideia de totalidade da situação possa ser prejudicada.

Respectivamente, o *perfectivo* refere-se, segundo o autor, à ação durativa, que atinge a completude, ou seja, passa pelo *começo*, pelo *meio* e pelo *final* da ação (“Eu e Maria **acabamos de ver** a apresentação de José”); já o *imperfectivo* refere-se às ações que sinalizam a frequência, o hábito e a continuidade, enfatizando a duração “interna” da ação, melhor dizendo, acompanha *passo a passo* o desenrolar das sequências da ação (“Clara **permanece sentada** enquanto aguarda o médico”).

Para Givón (1984), Tempo diz respeito ao conhecimento de tempo como pontos sequenciais; aspecto se atrela à ideia de marcação do período de duração temporal; e a modalidade faz referência às noções de certeza e não-certeza (*realis* e *irrealis*).

A categoria Aspecto, para Givón (2001), é bipartida em perfectiva e imperfectiva. Segundo o autor, a perfectividade é essencial à base do verbo. Givón (*op. cit.*) sugere uma graduação para essa perfectividade: a) verbos que possuem uma duração curta e limites expressivos, como *tossir*, *piscar*, *cuspir*, *engolir*; b) *accomplishment verbs*, verbos que evidenciam uma duração um pouco mais extensa, como *finalizar*, *nascer*, *morrer*, *sentar*; c) verbos de atividade, que denotam ações com maior duração: *caminhar*, *trabalhar*, *estudar*, *ler* e com menor duração: *quebrar*, *torcer*; d) *verbos estativos*, de longa duração e sem limites: *ser feliz*, *estar cansado*, *desejar*, *crer*, *possuir*.

Na concepção Vendleriana sobre o estado de coisas, a definição lexical das formas

verbais compreende determinados conhecimentos de natureza temporal que não se perdem com o que é ligado tanto pelos tempos verbais (a localização do tempo de uma ocorrência relativa a um ponto temporal), como pelos advérbios temporais (a localização na linha do tempo, a estabilidade ou a frequência de um estado de coisas). *Anotar um recado*, por exemplo, detém um espaço de tempo mais extensivo do que *estourar uma bola*, sendo, este último mais pontual do que o primeiro.

Nessa vertente, para Vendler (1967), as diferenças entre os verbos não podem ser esclarecidas somente pelo tempo, pela presença ou ausência de condições ou pelo estados de coisas pretendidos. A categoria aspecto (que pode ser lexical ou gramatical) aparece como um item a mais na codificação dos verbos. Segundo Vendler (1967), todos os verbos podem ser reunidos em quatro classes: *estados*, *atividades*, *accomplishments*⁴⁰, e *achievements*. Este autor caracterizou essas quatro classes apoiando-se em três questões: i. ocorrências restritas das formas verbais com tempos verbais e advérbios de tempo; ii. alusões lógico-semânticas e iii. o atributo de subintervalo⁴¹.

Um estado de coisas pode ser dinâmico ou não, ter uma duração ou ser pontual, associar ou não uma fronteira final. Essas são características estruturais intrínsecas a uma circunstância através da linguagem verbal. Essas categorias definem o aspecto situacional. Os *estados* denotam um evento que não é uma ação e nem um movimento, que se sustenta por um determinado intervalo de tempo e que engloba certos períodos no tempo, como "comendo" (ideia de gerúndio), não tendo limites, como *odiar* e *sofrer*. As *atividades* são eventualidades diferentes dos estados, já que têm natureza de acontecimento. São situações não-pontuais e significam um procedimento expresso por um verbo de movimento. Elas acontecem durante um determinado tempo, mas não acabam em um ponto definido, exemplificando: *andar* e *correr*. Os *accomplishments* e os *achievements* são, igualmente, eventos, mas diferem das atividades por terem um ponto final próprio: *accomplishments* (ideia de sucessão) apresentam duração, mas o limite é claramente especificado, envolvem um

⁴⁰ Os *accomplishments*, para Vendler, aparecem com advérbios temporais do tipo "*por trinta minutos*", como, no exemplo: "João falará *por trinta minutos*".

⁴¹ Se uma ocorrência é referida na frase que se distingue pela propriedade de subintervalo, e essa ocorrência é considerada como verdade em um espaço de tempo X, então a ocorrência é verdadeira em todos os subintervalos do intervalo I. Bach (1981) salientou que, em sentido restrito, a propriedade de subintervalo somente se refere aos estados. Uma frase como *Joana empregou-se na farmácia durante cinco anos* é verdadeira, embora saibamos que a mesma não estava lá na farmácia todo o tempo, já que existem férias, feriados, fins de semana, etc, que demonstram que em certos intervalos de tempo ela não estava na farmácia, assim, a propriedade de subintervalo parece não ser compatível com o traço semântico [+ dinâmico].

período preciso de tempo, tornando evidente o ponto final, por exemplo: “correr por 30 minutos; desenhar um círculo”, enquanto eventualidades como *achievements* (ideia de instantaneidade) ocorrem quando uma realização pontual envolve certos períodos definidos de tempo, cujo sentido só se faz presente se a ação for realizada por completo. Ocorrem em um único instante: *morrer, chutar*.

As atividades e os *accomplishments* compartilham entre si a propriedade de serem situações que apresentam fases, isto é, apresentam progressividade nas ações, característica que as diferencia dos *achievements* e dos estados, cujas situações não possuem fases. Os *accomplishments* e os *achievements* constituem situações que envolvem telicidade, em que a realização da ação é por inteira. As atividades e os estados são caracterizados por eventualidades atéticas, permitindo, portanto, combinações com advérbios indicativos de duração. Vendler (1967) definiu as *atividades* e os *accomplishments* (eventos prolongados) embasando-se na constatação de que os verbos que marcam estas situações estão ajustados com as formas progressivas. Entretanto, eventos instantâneos (*achievements*) e eventos prolongados são classes que dividem o mesmo traço semântico [+ télico], diferentemente aos *estados e atividades*.

Em síntese, conforme a proposta de Vendler (1967), os eventos que são restritos a uma circunstância com formas progressivas marcam fatos duradouros (que se assemelham com o progressivo) e fatos momentâneos (não semelhantes ao progressivo). Os eventos duradouros (*accomplishments*), as *atividades* e os *estados* caracterizam-se pelo traço semântico [+ durativo], enquanto os eventos momentâneos (*achievements*) se diferenciam pelo traço [- durativo]. Assim sendo, a propriedade de subintervalo diferencia as atividades e os estados (ocorrências homogêneas) dos eventos momentâneos (ocorrências não homogêneas).

Por fim, o valor aspectual principal de um sintagma verbal é susceptível de suportar alterações em detrimento de outras informações que sucedem em uma situação comunicativa. Por exemplo, em *João estouraria o balão*, notamos que há um valor aspectual momentâneo, caso a ação fosse completa no passado; já na frase *João estouraria o balão durante dez minutos*, notamos que há um valor aspectual de evento prolongado em virtude da locução adverbial de tempo. Assim, mais do que associar um verbo ou sintagma verbal em uma classe tipológica verbal, deve-se considerar o valor aspectual total de um enunciado;

devemos, também, considerar não somente o sentido lexical do verbo, mas também a flexão temporal, o advérbio de tempo que está agregado, seus objetos e os elementos que cooperarem com o valor aspectual do enunciado, evidenciando duração, telicidade, dentre outros.

Godoi (1992), em seu trabalho, se propôs a analisar a categoria *Aspecto* a partir de dois objetivos: (i) apresentação das Teorias sobre *Aspecto* e (ii) conjectura do que seja *Aspecto*, identificando acepções conceituais para o mesmo. A autora inicia com os estudos aspectuais de acordo com Streiberg (1889), Poutsma (1926), Vendler (1967), Reichenbach (1947), Taylor (1977), Comrie (1976), dentre outros. No que tange aos estudos desenvolvidos no Português, a autora abordou Castilho (1967), Travaglia (1985), Mira Mateus *et al.* (1983).

Explica a autora que a relação entre tempo de referência e tempo do evento deve ser vista como “um intervalo de tempo, e não como momentos” (p. 172). Ao reavaliar as noções de *perfectivo*, observa que existem valores perfectivos que estão no passado como “o nenê dormiu e aí **conseguimos descansar** um pouco” (p. 174) e valores perfectivos que assinalam uma repetição dos fatos, como em “Ele **falou comigo várias vezes**” (p. 174), o que não quer dizer situação habitual. A autora, assim, denomina *Aspecto* como a “relação estabelecida entre o tempo do evento e o tempo da referência” (p. 208), o que oferece aos falantes duas noções: a primeira, quando se tratar do *perfectivo*, cujo “tempo de referência inclui o tempo do evento e a situação será fechada (*Godofredo pintou um quadro*)”, e quando se tratar do *imperfectivo*, cujo “tempo do evento inclui o tempo de referência e a situação será aberta (*Godofredo pintava um quadro*)” (p. 208, 210). Em linhas gerais, Godoi (1992) afirma que o *Aspecto* deve ser encarado como um conjunto de “relações temporais”.

Em se tratando de estudos sobre *Aspecto* em Português, consideraremos os de Soares (1987), Costa (1997), Garcia (2002) e Corôa (2005).

Para Garcia (2002, p.88), o imperfeito do indicativo repassa a ideia de duração, seja a situação concomitante a outra situação no passado ou habitual; no entanto, este tempo verbal pode assumir um valor temporal de futuro do pretérito na língua falada, como verificamos no exemplo abaixo:

41. “Enquanto eu **trabalhava**, você **se divertia**”.

Chegamos, desse modo, à conclusão de que o valor aspectual tanto do futuro do pretérito quanto do imperfeito do indicativo podem ser semelhantes nos contextos comunicativos. A percepção inerente de que somente a forma verbal de futuro é a que expressa um tempo que ainda está para ocorrer, vai ficando cada vez mais distante, pois o que vemos, no exemplo acima, é a utilização do imperfeito do indicativo em que a noção aspectual de *estado* do fato é assim percebida pelo falante.

Conforme Soares (1987, p.18), “a aspectualidade é um campo semântico amplo, de noções ligadas por traços comuns referentes à *maneira de ser da ação*”. A autora diferencia, em seus estudos, duas perspectivas aspectuais na Língua Portuguesa. A primeira põe em destaque a oposição entre os três tempos verbais: presente, pretérito e futuro, como vemos, respectivamente, em 42, 43 e 44, determinando os chamados espaços temporais, apontando a ação como uma linha em curso, em sua totalidade; já a segunda perspectiva, em 45 e 46, refere-se ao nível de expressão dos tempos compostos dentro dos mesmos espaços temporais.

42. “Mário *sai* de casa às três horas para ir à academia”

43. “Mário *saiu* de casa às três horas para ir à academia”

44. “Mário *sairá* de casa às três horas para ir à academia”.

45. “Se *tivesse ido* à reunião, não *teria sido* enganado pelo seu sócio”.

46. “Se *tivesse ido* à reunião, não *tinha sido* enganado pelo seu sócio”.

Averiguamos que tanto no exemplo 41 como no 42, o fato de “não ser enganado pelo sócio” situa-se em um momento posterior ao fato do “não comparecimento à reunião”; o momento de referência é igual nos dois casos, mudando somente a forma verbal na oração condicional que exprime o mesmo sentido nos dois exemplos.

Na visão de Coroa (2005, p.61), “o aspecto é a propriedade apenas da sentença, pois não se refere ao momento da enunciação”. Notamos, em linhas gerais, que a autora

delineia o caráter aspectual, quando diz que é uma simples opção semântica do usuário da língua (opção esta que se enquadra como oposição ente *perfectivo e imperfectivo*), visto que a noção de tempo é ilimitada comparada à noção de aspecto, não se confundindo com o *modo de ser da ação* (como afirma Soares, 1987). Os traços gramaticais que o aspecto leva consigo alcançam as formas verbais separadamente do sentido que cada uma carrega em seu radical.

Na compreensão de Costa (1997), o Aspecto difere do tempo no campo semântico, em que aquele denota a duração, o início, o desenvolvimento e o fim de uma ação, não se confundindo com o tempo, que abrange amplas noções de linearidade presente, linearidade pretérita e linearidade futura, isto é, os *espaços temporais*, assumindo, por conseguinte, a postura de que o aspecto é uma classe não-dêitica, diferentemente do tempo, que é dêitico. A autora diz, ainda, que aspecto é uma categoria linguística que marca a referência ou não à estrutura temporal de um fato. Apresenta duas possibilidades: a) *perfectivo*: fato referido como global; não-marcado para as nuances da constituição temporal interna; b) *imperfectivo*: fato referido com marca de sua constituição temporal interna; semanticamente restrito a lexemas que incluam o traço [+ *durativo*]. (COSTA, 1997, p. 38).

5.1 Uma categoria funcional: a Modalidade linguística

Nesta sessão, inicialmente, apresentaremos a categoria modalidade conforme Palmer (1986), Cervoni (1995) e Neves (2006).

Segundo Palmer (1986), a modalidade *nasce* cognitivamente na medida em que variadas significações podem surgir de uma mesma categoria gramatical, não sendo, esta, *obrigada* a permanecer com um só significado, caracterizando-se por suas funções semânticas diversas. Nesse sentido, a modalidade é reconhecida pelo *modo* como o indivíduo *estampa* determinadas marcas no discurso para alcançar seus fins comunicativos, juntamente com sua apreciação sobre dada informação proposicional. Destarte, a modalidade pode ser analisada sob a égide da *teoria dos atos de fala* (SEARLE, 1981), haja vista esta relacionar o indivíduo àquilo que é produzido linguisticamente por ele. Para o autor, o que caracteriza a modalidade – nos diversos atos de fala – se fundamenta nos estudos clássicos da Lógica Filosófica, sendo consideradas a de natureza alética (que diz respeito à veracidade das proposições), a de natureza deôntica (que diz respeito à conduta) e a de natureza epistêmica (diz respeito aos aspectos cognitivos).

Consoante Cervoni (1995), o tratamento dispensado à noção de modalidade diferencia, num contexto comunicativo, o que se denomina de conteúdo proposicional de modalidade (isto é, uma postura do sujeito a propósito do que está proferindo, o conteúdo da frase); todavia o autor nos diz que esse conceito deixa margem à interpretação nebulosa do que seja conotação e do que seja, realmente, modalidade, pois a conotação caracteriza-se por revelar o que é de cunho subjetivo na língua. O autor atenta para o fato de que a conotação não parte de significados denotativos, enquanto a modalidade sim.

Na perspectiva de Cervoni (1995), as expressões linguísticas que particularmente trazem consigo noções aléticas, deônticas ou epistêmicas, além de se remeterem a uma proposição, serão chamadas de modalidades. Assim, as modalidades são de três tipos: as aléticas, as deônticas e as epistêmicas.

Neves (2006, p. 151) ressalta que os estudos que abordam a modalidade são diversificados, dependendo do campo de estudo, dos pressupostos teóricos e da sua própria caracterização; para a autora, definir modalidade não é uma tarefa simples, pois está comprometido o sentido das “expressões modalizadas e das noções inscritas no domínio conceptual implicado”. A partir disso, Neves (op. cit, p. 152) diz que modalidade, em sua essência, é “um conjunto de relações entre locutor, o enunciado e a realidade objetiva”.

Todo falante de uma língua, em um certo contexto comunicativo, possui um conhecimento prévio acerca dos fatos que circundam esse contexto. Por meio de crenças, ideologias, vivência cultural e social, o indivíduo formata seu discurso para a interação verbal. Assim sendo, a comunicação se processa por meio de uma troca mútua entre emissor e receptor, o que gera implicaturas epistêmicas e deônticas para que o significado de uma expressão linguística se organize cognitivamente e socialmente. Os mecanismos linguísticos determinam os significados comunicativos e/ou pragmáticos numa situação comunicativa. A intenção, mediada pela atitude do emissor, norteará o caminho que o receptor da mensagem seguirá para interpretá-la.

A noção de modalidade está centrada em um campo cujo domínio engloba três fatores: o significado do léxico, o nível elementar de informação em uma proposição e a coerência no texto. Posto isto, é uma operação ativa do falante, com o intuito de exprimir, por

exemplo, possibilidade, desejo, dúvida e certeza, intenção, manipulação e vontade.

Geralmente, o caráter não-marcado do indicativo, no que se refere à modalidade, é representado pelo futuro do presente e futuro do pretérito. Consideraremos, aqui, os estudos de Mateus et alii (1983), Castilho (1967), Givón (1995) e Neves (2002).

Mateus et alii (1983) chamam a atenção para o fato de que, no que diz respeito às tradições gramaticais, modalidade associa-se ao verbo; de um lado, os chamados “verbos modais” – quando as atitudes dos falantes se mostram por categorias gramaticais – de outro, os chamados “modos verbais”. Para a autora, o ato comunicativo apresenta sempre um certo nível de “modalização” aplicado pelo usuário da língua, resultando em intenções que ele quer que o receptor perceba, as quais se dividem em quatro tipos: a) *lexicalizadas*, cuja acentuação se encontra nos advérbios e verbos modais; b) *proposicionais*, checam o grau de veracidade dos enunciados; c) *ilocutórias*, averiguam o grau de intencionalidade do falante; d) *pragmáticas*, separam os enunciados, de acordo com a interação falante-ouvinte, com propósito discursivo em um contexto específico.

Em se tratando dos “modos verbais”, Mateus et alii (1983) dizem que são três os modos do verbo: o *indicativo*, o *conjuntivo (subjuntivo)* e o *imperativo*. Respectivamente, o primeiro não é considerado “marcado”, em virtude de ocorrer em períodos simples e em períodos subordinativos *realis*; o segundo torna-se evidente em períodos complexos, inclusive em construções que indicam condição, em que o *irrealis* é, por excelência, destacado; e o terceiro, que mostra o indicativo de “atos ilocutórios diretivos” (p. 148). Os verbos modais assumem uma qualidade deontica e epistêmica no discurso. Dependendo do contexto no qual se insere (menos ou mais certeza), o uso do futuro do pretérito surge em situações em que o grau de referência no passado esteja mais *irrealis* para o falante, ao passo que a escolha do uso do imperfeito do indicativo, no caso de serem variantes de uma mesma variável, denota uma situação mais *realis* do falante: “disse que ele estaria com a razão; disse que ele estava com a razão”. Vimos que o domínio do futuro do pretérito é visto como um meio para o falante direcionar a modalidade presente, por exemplo, nas orações condicionais contrafactuais.

Na concepção de Castilho (1967, p. 16), “Modo indica a atitude do sujeito em relação ao processo verbal, que pode ser encarado como algo real (indicativo), eventual

(subjuntivo) ou necessário (imperativo)”, enquanto que a Modalidade reúne a atitude do falante, o grau da informação da oração, *realis* (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) e *irrealis* (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação).

Para Givón (1995), Modalidade faz alusão ao estilo que o falante adota em seu ato comunicativo, quando enfatiza o grau de informação, e quando esse ato possui características de verdade, certeza, probabilidade, intenção, manipulação, vontade, etc, sendo perfeitamente possível a interação no discurso, de diversas dessas características. A modalidade, por sua vez, detentora destas características, é constituída por princípios de situação marcada e não-marcada. Considerando a correspondência entre as modalidades *realis* e *irrealis* do ponto de vista givoniano, a modalidade tem o papel de apontar a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional, como probabilidade, certeza, desejo e intenção (Givón, 1993).

Ainda para o autor (1995, p. 115), o *irrealis* pode ser anunciado pelo tempo do verbo ou por auxiliares modalizadores, que por si só trazem consigo a ideia do irreal, o que aludiria um *pleonasm* usá-los na forma do futuro do pretérito, que leva uma carga que denota, por excelência, a noção do *irreal*.

Neves (2002) atribui à modalidade um *status* linguístico-funcional, cuja expressão é definida por um verbo, por um advérbio, por um adjetivo predicativo, pela entonação e pelas noções de *tempo*, *aspecto* e *modo*. Para a autora, numa visão comunicativa e pragmática da linguagem, a modalidade é encarada como algo intrínseco à natureza da língua, pois o indivíduo jamais profere um enunciado sem marcar suas intenções, sejam elas de certeza, de incerteza, de desejo, de necessidade, de possibilidade, de obrigação etc.

As modalidades passíveis de exprimir atitudes proposicionais pressupõem uma função de *conteúdo* no predicado de uma estrutura linguística, ou seja, no que concerne à sintaxe. Já as modalidades que denotam verdades de um *estado de coisas* pressupõem uma função descritiva na predicação, o que equivale a dizer que estão relacionadas à enunciação, à finalidade discursiva. O sistema de uma língua é detentor de um conjunto de unidades, estruturas linguísticas que servem de conduta conforme a intencionalidade do falante. Os enunciados proferidos pelos usuários de uma língua expõem *meios estratégicos* para qualificar o interesse, a certeza, a probabilidade, a vontade, a crença etc que o falante assume

no momento do seu discurso.

Avalia-se, assim, a importância da Modalidade no ato comunicativo, não obliterando que Modo e Modalidade são conceitos distintos, visto que Modo está mais para uma categoria gramatical do verbo, e Modalidade se encontra na forma que o falante expõe seu discurso, para alcançar seus fins comunicativos. Essas observações feitas sobre Modalidade serão consideradas na análise da multifuncionalidade do futuro do pretérito numa perspectiva diacrônica.

De acordo com Neves (2002), há três tipos de Modalidade: alética, deôntica e epistêmica. A modalidade alética, embora detentora de veracidade, está ligada à lógica, obedecendo parâmetros que vão do imprescindível ao que não é possível. A autora (1996) ainda observa que, na Modalidade alética, a dependência das condições verídicas se encontra nos enunciados, pois somente *será verdade* se passar pelo crivo do indivíduo.

As expressões linguísticas definidas como expressões lógicas – *é provável, é imprescindível, etc* – são elementos que pertencem à modalidade linguística. São vistas como modalidades linguísticas as de cunho epistêmico e deôntico, no momento em que se sobrepõe a subjetividade e a polissemia nos enunciados em uma situação de comunicação.

No que concerne à modalidade de natureza deôntica, Neves (2002, p.180) afirma que “a modalização deôntica está relacionada aos valores de permissão, obrigação e volição” [...]. Em sua outra obra, a autora (2006, p. 160) nos diz que

a modalidade deôntica está relacionada a obrigações e permissões. Uma proposição *p* é obrigatória se não é permitido que *p*, e é permitida se não é obrigatório que *p*: ‘primeiro, eu vou mostrar ao senhor a baixada. Lá eu posso arranjar um animal para o Ricardo, como Benedito da Olaria. Almoçamos aqui. Depois do almoço, Ricardo **pode** ir com a gente’ (ALE) (possibilidade deôntica); ‘Ângela, é preciso tomar cuidado e não exagerar: você não **deve** estragar Mário’. (ML) (necessidade deôntica).

Neves (2006, p.161) assinala que a Modalidade deôntica detém fator de vontade, encontrando-se regularizada por “traços lexicais específicos ligados ao falante [+ controle], implicando que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo”, o que traduz a integração da atitude do falante com o *dever* (obrigação e permissão), como vemos

nos exemplos⁴² a seguir:

47. “As mães **têm que** vacinar seus filhos no sábado de campanha de vacinação”.

48. “As crianças **podem** usar as piscinas do Hotel Thermas até as 17 h”.

Por conseguinte, a Modalidade deôntica é composta pelos atos de fala diretivos (PALMER, 1986, p. 97), o que, na visão de Neves (1996, p.172-187), também é expresso pela volição:

49. “**Queremos** você como síndico do nosso condomínio”.

Como podemos perceber, são atribuídos valores verdade, probabilidade, certeza, crença, etc, à Modalidade epistêmica; e valores de desejo, conduta, preferência, intenção, manipulação, etc, à Modalidade deôntica.

Ao apontar que, nos atos de fala expressivos, aparecem as noções modais de volição e avaliação (modais deônticas), Palmer (1986, p. 97) chama-nos a atenção de que a dúvida pode pairar sobre esses atos de fala, haja vista que contextos gramaticais de volição implicam a posição *não factual*, sendo, portanto, ações menos possíveis. Com referência às noções modais de avaliação, o autor revela que estão ligadas a proposições que indicam factualidade – mesmo que ocorram constituintes linguísticos que trazem, por si só, uma significação contrária. Isso podemos explicitar no exemplo abaixo, em que temos o modo subjuntivo e a significação é de *certeza*⁴³:

50. “**Lastimamos** a sua saída tão repentina” (exemplo nosso)

Tratando, agora, da Modalidade epistêmica, Palmer (1986) fala-nos que ela abarca noções do que é possível, certo, contestável e necessário, incluindo, também, o comprometimento do emissor com a mensagem proferida por ele. Vista dessa maneira, a natureza epistêmica das proposições é percebida na efetivação dos “atos de fala assertivos”,

⁴²Exemplos nossos.

⁴³Vale ressaltar que, neste caso, o termo certeza está atrelado a um sentimento: a certeza de que o (s) falante (s) “sente (m)”, de fato, algo.

que englobam os julgamentos dos falantes (quando a dúvida e a hipótese se fazem presentes nos enunciados: “creio que Padre Fábio de Melo venha a Mossoró”), as evidências (quando o emissor afirma algo baseado em outras pessoas: “contaram-me que Padre Fábio de Melo veio a Mossoró”) e as declarações (quando o indivíduo usa fatos e os comprova no próprio momento da enunciação: “está nevando”).

Em Klinge (1996, *apud* Neves, 2006, p. 161), encontramos a seguinte explicação para o que seja Modalidade epistêmica:

Modalidade epistêmica, que é a força com que o falante acredita na veracidade de uma proposição: *Acredito que p e Sei que p*. Os graus básicos de modalidade epistêmica são parafraseados como ‘necessário’ e ‘possível’, do modo que se vê, respectivamente, em: ‘*Lá em cima é tudo bem fechado e é mais fácil se esconder. E deve ser mais quente, porque não venta*’. (ACM); ‘*you **pode** ter estranhado eu chamar Ângela de velha*’. (A).

Por seu turno, Neves (2006, p.164) caracteriza a Modalidade epistêmica como aquela que “basicamente envolve uma atitude do falante”, modalidade esta que associa as experiências sociais do falante – aspectos cognitivos – com a mensagem envolvida no contexto comunicativo, o que não quer dizer que ele possua um nível de comprometimento com o conteúdo proposicional da mensagem.

Quando um enunciado é modalizado por um indivíduo de uma *forma* epistêmica, o teor proposicional pode ser de verdade ou vir a sê-lo. O que acontece, todavia, é que as duas modalidades podem se utilizar de um mesmo item modalizador (verbos modais, por exemplo), nascendo, daí, a polissemia, em alguns sistemas linguísticos, como é o caso dos verbos *dever* e *poder*:

51. “Na verdade, Eva **deveria** incluir em sua dieta mais proteínas”

52. “Na verdade, Eva **poderia** incluir em sua dieta mais proteínas”⁴⁴

Na visão de Talmy Givón (1993, p.169; 1995, p.112), a epistêmica e a deôntica

⁴⁴ Exemplos nossos.

não são excludentes entre si; ao contrário, podem atuar de várias formas. Para o autor (1984), existem subcategorias das modalidades, apresentadas de acordo com o que seja verdadeiro ou falso. Ainda conforme o autor, essas noções de verdadeiro podem ser factuais, necessárias e possíveis. A noção de necessidade representa uma condição prévia para a verdade, enquanto que a noção de pressuposição representa uma condição prévia dotada de significação. Além disso, existem, também, as seguintes modalidades epistêmicas: *pressuposições*, *asserções irrealis*, *asserções realis* e *asserções negativas*.

Apreciando a maneira com que Givón (op. cit.) subdivide a modalidade epistêmica, critérios de marcação, de fato, podem ser instituídos. A partir desse feito, o que Givón chama de *irrealis* será caracterizado pelas estruturas linguísticas marcadas pelo falante – frequência menor – e que geralmente surgem em menor quantidade nos contextos discursivos, assim como a *pressuposição*. Por outro lado, a noção de *realis* será determinada pelas estruturas linguísticas ditas não-marcadas – frequência maior – cujas ocorrências nos contextos gramaticais aparecem em grande número, o que acontece, também, com a negação, embora a afirmação seja menos marcada do que a negação.

5.2 Considerações finais do capítulo

Nesse capítulo, abordamos o complexo Tempo, Aspecto e Modalidade haja vista nossa pesquisa analisar as funções codificadas pelo futuro do pretérito baseada nos fatores linguísticos estrutura temporal, tipologia verbal e níveis de *irrealis*. Assim, discutimos a noção de Tempo a partir de autores como Reichenbach (1947), Comrie (1976), Givón (1984, 1993, 2001) e Coroa (2005), bem como a partir das gramáticas tradicionais.

Com relação ao Aspecto, foi aqui, tratada, a tipologia verbal de Vendler (1967), a qual categoriza os verbos, de acordo com as noções aspectuais, em quatro classes: *estados*, *atividades*, *accomplishments*, e *achievements*, classes essas que apoiam-se nas ocorrências restritas das formas verbais com tempos verbais e advérbios de tempo, nas alusões lógico-semânticas e no atributo de subintervalo. Abordamos, também, Godoi (1992) e Givón (2001). Com relação ao Aspecto em Português, tratamos conforme Soares (1987), Costa (1997), Garcia (2002) e Corôa (2005).

A categoria Modalidade foi abordada segundo Palmer (1986), Cervoni (1995) e

Neves (2006). A noção de modalidade está situada em um campo cujo domínio engloba três fatores: o significado do léxico, o nível elementar de informação em uma proposição e a coerência no texto. Posto isto, é uma operação ativa do falante, com o intuito de exprimir possibilidade, desejo, dúvida e certeza, intenção, manipulação e vontade. Dando seguimento, consideramos as modalidades *realis* e *irrealis* do ponto de vista givoniano com o intuito de testar essas noções, especificamente as observações feitas sobre Modalidade serão consideradas na análise da multifuncionalidade do futuro do pretérito numa perspectiva diacrônica. Características de verdade, certeza, probabilidade, intenção, manipulação e vontade, são possíveis na interação no discurso, que, por sua vez, constituem-se por princípios de situação marcada e não-marcada. Dessa forma, ao depender do contexto no qual se insere (menos ou mais certeza), o uso do futuro do pretérito surge em situações em que o grau de referenciação no passado está mais *irrealis* para o falante. Vimos que o domínio do futuro do pretérito é visto como um meio para o falante direcionar a modalidade, por exemplo, nas orações condicionais contrafactuais.

CAPÍTULO 6

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

6.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos que conduziram a análise das múltiplas funções do futuro do pretérito em uso nas produções escritas do século XVIII, XIX e XX. Apresentaremos, primeiramente, o Instituto do Ceará; em seguida, o *corpus* dos documentos históricos que servirá de base para a pesquisa; depois, os procedimentos de análise: sistematização das funções, análise variacionista e os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos.

6.2 O Instituto do Ceará

O Instituto do Ceará é um órgão público e de cunho científico (Histórico, Geográfico e Antropológico) que cataloga dados sobre a História, a Geografia e a Antropologia do Ceará. É uma sociedade civil, de cunho científico e cultural, sem fins lucrativos, de permanência indeterminada e distinguida por ser de utilidade pública pela Lei Municipal nº 5.784, de 13 de dezembro de 1983, pela Lei Estadual nº 100, de 15 de maio de 1935, e pelo Decreto Federal nº 94.264, de 22 de maio de 1987. Vale ressaltar que, mesmo antes da sua fundação (por volta do ano de 1780), já se produzia o que, mais tarde, viria a compor o acervo do Instituto do Ceará (doravante IC).

Sua fundação foi em 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. Um dos seus membros mais importantes foi *Barão de Studart*, que ajudou a fundá-lo. Essa instituição, sem fins lucrativos, é composta por 40 (quarenta) sócios efetivos, os quais compõem professores universitários, sócios beneméritos, correspondentes e honorários. Há, a cada dois anos, seleções para o Conselho Superior, Diretoria e Comissões Permanentes, ficando a distribuição dos cargos aos sócios efetivos.

Assim, determinados pela aspiração de tornar pública a história e a geografia da província, os integrantes da sociedade cearense Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Guilherme Studart (Barão de Studart), Antônio Augusto de Vasconcelos, Joakim de Oliveira Catunda, Julio Cezar da Fonseca Filho, João Augusto da Frota, Antônio Bezerra de Menezes, Virgílio Augusto de Moraes, Virgílio Brígido, José Sombra, Juvenal Galeno da Costa e Silva e

João Batista Perdigão de Oliveira foram os fundadores da corporação, cultivando intenso trabalho com o objetivo de levar o IC a patamar de referência nacional, com o intuito de expandir possíveis pesquisas que legitimassem o desenvolvimento de sua história. Para conseguir suas finalidades, o IC desempenha sessões ordinárias, especiais e solenes.

Eram, pois esses vultos que passariam a ser os primeiros e esforçados obreiros do progresso das letras cearenses, destinados como estavam, por esse meio, a tirar da ignorância, que até então perdurava, a história natal. Eram eles que, fincando o marco inicial da existência desse utilíssimo grêmio, viriam, em futuro não remoto, contribuir, nesse particular, para o engrandecimento do berço nativo. Investigando o passado, rememorando as suas tradições, arrancando dos arquivos do solo ou das pedras carcomidas dos monumentos. Por intermédio desse Instituto dar-se-ia testemunho público do quanto valia o Ceará.(www.institutodoceara.org.br)

O IC preocupou-se em organizar os documentos históricos no formato de revistas com o propósito de unificá-las, pois, antes da criação do IC, os textos eram produzidos e reunidos de maneira aleatória, já que não havia serviço de entrega eficiente para que um documento, saído do interior, chegasse em tempo hábil à capital. Dessa forma, percebeu-se que seria melhor catalogá-los como revistas, trimestralmente. Com relação à sua estrutura, o órgão ainda cultiva um intercâmbio cultural com estabelecimentos científicos e literários nacionais e internacionais; publica, trimestralmente, sua revista, nas quais são encontradas colaborações de Sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente; possui um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional para pesquisas; detém uma Biblioteca, uma Hemeroteca, uma Mapoteca, o Memorial *Barão de Studart*, um Arquivo e por fim, conta com três auditórios: Auditório Barão de Studart, Auditório Pompeu Sobrinho e um Auditório para palestras, com 48 lugares, anexo à Biblioteca.

O IC possui um acervo com cerca de 20.000 títulos que falam da História do Ceará e que servem para pesquisa histórica e científica, uma hemeroteca com cerca de 15.000 documentos. No que tange às publicações do IC, incluem-se cartas pessoais dos membros efetivos, documentos políticos, antropológicos, históricos, cartográficos, imagens e fotografias.

6.3 O *corpus* da pesquisa

Serão analisadas produções escritas retiradas do Banco de Dados do Instituto do Ceará, a fim de que possamos confirmar ou não as hipóteses levantadas sobre as funções codificadas pelo futuro do pretérito. O *corpus* da pesquisa é formado por:

- 90 textos escritos datados do século XVIII até o século XX. Esses textos caracterizam-se por discursos políticos, cartas e documentos oficiais, catalogados no Banco de dados do Instituto do Ceará, no formato de *revistas históricas*.
- Dividimos os 90 textos em grupos de três gêneros textuais: 30 de discursos políticos (10 por século), 30 de cartas (10 por século) e 30 de documentos oficiais (10 por século).

Foram considerados os seguintes textos para análise dos dados:

- Textos do século XVIII→ **documentos oficiais**: 3 registros da memória dos primeiros estabelecimentos no Ceará; 2 registros das “origens americanas, imigrações históricas”; registro cronológico da história do Ceará por João Brígido; “auto de sinatura de partimonio para a camara”; a “historia da patria do ceara azevedo montaury” – por G. Studart; a criação da villa de sobral; registro dos Autos da erecção da real Villa de Montemór, Novo da America, na capitania do Ceará Grande; **cartas**: a vila de quixeramobim; a correspondência de Bernardo Manoel; a vila do forte d’Assunção; correspondência de João Carlos Augusto d’ Ocynhausen; carta de Jeronyme Mendes de Paz a Luiz José Correa de Sá; carta de Luiz José Correa de Sá a Diogo de Mendonça Corte Real; 2 cartas de Mendes de Paz a Corrêa de Sá; carta de Proença Lemos a Corrêa de Sá; **discurso político**: notas sobre o município de Quixadá; Azevedo de Montaury e o governo do Ceará; notas sobre o município de Aquiraz I; notas sobre o município de Aquiraz II “Divagação de Mentalidade I”; “Divagação de Mentalidade II”; Uma data de Sismaria, de Perdigão de Oliveira; Discurso de Agradecimento de Luis Fellipe de Vasconcellos à Villa-Mór;

Apresentação dos oficiais da guarda da Província, por Brás da Costa; Discurso dos Mártires da Província Real, por Carlos de Castello.

- Textos do século XIX → **documentos oficiais:** ligeiras considerações sobre as lutas de 1824; “evoluções do clima” – Joakim Catunda; município de pereiro; a capitania do ceará; população do ceará (trabalho do Dr. Tomas Pompeu ao instituto do ceará); Antonio Jose Vitoriano Da Fonseca – Escritos Sobre O Ceará; Luis Da Mota Féo e O Governo do Ceará; Província Dos Cariris Novos – 1892; os sucessores de Borges da Fonseca; Aditamento: Escrava Bonifácia e outros; Uma Proclamação da Junta Provisória do Governo do Ceará; **cartas:** carta ao Dr Theberge nov/1859; A 1ª freguesia da província (carta); carta ao Padre Ibiapina; um capítulo da Historia do Ceará; Apontamentos Biográficos de um Missionário – carta a Frei Domingos; Carta da junta da Real Fazenda de Pernambuco; Carta do Bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho sobre os índios I; Carta do Bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho sobre os índios II; Carta ao Governador Sampaio, de Ferreira Santiago; Correspondência sobre os factos do Club Republicano no Aracaty, coleção Studart; **discurso político:** memória do Padre Vicente Jose Pereira; sessão ordinaria funebre de 15/04/1888; sessão 17/05/1888; discurso de Tomas Pompeu em 12/03/1889 em sua posse; conferencia Dr. Virgilio Brigido; presidentes do ceará: primeiro reinado em 1890; Patrimônio – Auto De Sinatura De Patrimônio Para A Câmara; presidentes do ceará: primeiro reinado – segundo presidente, por Paulino Nogueira; presidentes do ceará: primeiro reinado – terceiro presidente, por Paulino Nogueira; comemoração do Quarto Centenário da Descoberta do Brasil.
- Textos do século XX→ **documentos oficiais:** ligeiras considerações sobre a cidade de Sobral; registros de memória dos cartórios da cidade de Fortaleza I; registros de memória dos cartórios da cidade de Fortaleza II; registros de memória dos cartórios da cidade de Fortaleza III; Documentos do tempo de Diogo Botelho relativos ao Ceará, de Pero Coelho; Notas históricas do livro de Tombo da Paroquia de Porangaba, por Rodolfo Ferreira da Cunha; **cartas:** carta de apoio à Federação Literária Cearense; Escritos à pessoa de Ildefonso albano I; Escritos à pessoa de Ildefonso

albano II; carta ao padre Ibiapina; Carta patente de nomeação de Diogo Coelho de Albuquerque para Capitão-Mor do Ceará; Para que o mundo pense; Minha Árvore Genealógica; Ao Dr. José Frota, por Vinicius Barros Leal; carta sobre a Liberdade Religiosa para R. Aristides Ribeiro; **discurso político:** discurso sobre a cidade do Crato; sessão fúnebre em prol de Virgílio Brígido, um dos fundadores do IC; notas sobre o primeiro número do “O Guarany”, jornal semanal de propaganda nacionalista; manifestos a favor do jornal semanal “O Guarany”; sessão fúnebre em prol do Padre Francisco Valdevino Nogueira, o “Padre Valdevino”; discurso sobre “Memórias do Padre Valdevino e suas contribuições I”; discurso sobre “Memórias do Padre Valdevino e suas contribuições II”; discurso de boas-vindas ao Monsenhor Antônio Tabosa Braga (Monsenhor Tabosa); sessão fúnebre em prol do coronel João Brígido, membro do IC; Em resposta ao discurso do Dr. José Sombra.

6.4 Procedimentos de análise

6.4.1 - Mapeamento das funções codificadas pelo futuro do pretérito

Inicialmente, relembremos todos os usos do futuro do pretérito que aqui foram vistos de acordo com a caracterização de Travaglia (1999). Após, visando a identificar as funções codificadas por essa forma verbal, elencaremos as funções textuais-discursivas que, conforme Travaglia (1999), o futuro do pretérito assume nos contextos comunicativos.

O autor (1999), em seus estudos sobre o uso do futuro do pretérito no português falado, observou a maneira como os indivíduos utilizavam essa forma verbal. De início, Travaglia (1999, p. 674-677) adotou as funções que as gramáticas tradicionais traziam a respeito do futuro do pretérito:

1. “Para exprimir uma situação passada, presente ou futura como posterior a um momento que pode ser representado por outra situação, data, etc.”; conforme Cunha (1972, p.316): é usado para indicar atos futuros quando relacionados ao momento da fala; conforme Said Ali (1964, p. 164): o futuro do pretérito é

usado quando o falante deseja expressar ocorrências não existentes ao momento da fala, mas que poderão existir após o momento de fala: “Se não tivesse morrido, meu irmão *teria* hoje trinta anos”.

2. “Para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados (CUNHA, 1972, p. 316)”; segundo Said Ali (1964, p. 164), com relação à falta de certeza dos eventos, que faz referência ao passado: “*Seria* mais ou menos meia noite quando saíram da festa”.
3. “Como forma polida de presente, em geral denotadora de desejo (CUNHA, 1972, p. 316)”; para Bechara (1968, p.339), o futuro do pretérito significa uma afirmação relacionada ao momento anterior da fala: “Eu *teria ficado* satisfeito com um pouco de atenção”.
4. “Em certas frases interrogativas e exclamativas, para denotar surpresa e indignação (CUNHA, 1972, p. 316)”: “*Seria* possível tanta traição?”
5. “Nas afirmações condicionadas, quando se referem a fatos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão (CUNHA, 1972, p. 317)”; para Said Ali (1964, p. 165), o futuro do pretérito pode marcar as afirmações que dependem de uma condição não realizável. Essa forma verbal faz referência a um acontecimento que não se concretizou e certamente não se concretizará; para Bechara (1968, p.339) o futuro do pretérito indica que um evento acontecerá no momento da fala ou posteriormente, estando sujeito a uma condição: “Se eu tivesse dinheiro, *compraria* um carro novo”.
6. No caso da forma composta do futuro do pretérito, serve para “indicar que um fato teria acontecido no passado, mediante certa condição ou para exprimir a possibilidade de um fato passado (CUNHA, 1972, p. 317)”: “*Teria sido* melhor se ele não tivesse casado”; “*Teria sido* melhor se ele não soubesse”.
7. Ainda para a forma composta: “indicar a incerteza sobre os fatos passados, em certas frases interrogativas que dispensam a resposta do interlocutor (CUNHA, 1972, p. 317)”: “*Teria* o meu sócio *levado* os contratos?”

8. A forma composta do futuro do pretérito expressa, também, “hipóteses passadas contra factuais”, isto é, suposições que não serão realizadas em virtude da não efetivação da condição: “Se você *tivesse contado* (condição não efetuada) para o chefe que perdi o documento ele *teria me despedido*”.

Assim sendo, fundamentando-se nos valores do futuro do pretérito que as gramáticas trazem, Travaglia (1999) estabeleceu “valores básicos” (p. 677) a essa forma verbal:

- Expressar circunstância futura quando a referência é o momento da fala, independente do momento do evento; (1)
- Efetivar uma condição que só será aceitável se esta estiver condicionada à outra; (2)
- Indicar incerteza, quando o contexto exprimir probabilidade, conjectura, ambiguidade e suposição, acompanhado ou não de uma interrogação; (3)
- Expressar polidez por meio da manifestação da vontade. (4)

Por seu turno, o autor afirma que o caráter do futuro do pretérito é marcado pela “posteridade de uma situação em relação à outra ou a um momento dentro do texto, tornando-se um sequenciador dentro do texto” (1999, p.679). Dessa forma, demarca o autor, duas vertentes para a noção de posteridade: uma temporal e outra nocional, cujos caracteres são diferentes. A primeira, a posteridade temporal, desmembra-se em duas perspectivas: uma cronológica e a outra ligada à polifonia dessa forma verbal. Já a segunda, a posteridade nocional, desmembra-se no valor condicional, no valor de possibilidade, no valor de polidez e no caráter volitivo.

Segundo o autor (op. cit., p. 681), a noção de *posteridade com valor temporal cronológico* é encontrada nas narrações cujos acontecimentos se processaram no passado, em

que o momento desse acontecimento, como diz o autor, “está expresso no cotexto”⁴⁵:

53. “(...) prometi também que a aula de hoje *seria* alguma coisa... né?... prometi também que *diria* a vocês se eu *iria* exigir, cobrar algo do que vocês já fizeram...” (NURC/REC-EF 337 1. 1-25)

O caráter da noção de *posteridade com valor polifônico* está centrado no discurso *em si*, ou seja, na narrativa de forma discursiva indireta de um indivíduo, em que não se nota o comprometimento do falante com o que está sendo dito. Isso ocorre devido a não certeza dos acontecimentos narrados por parte do falante, o qual, assim, põe a “responsabilidade” do episódio no autor da situação. O uso do futuro do pretérito *libera* o locutor do discurso produzido, ao mesmo tempo em que atribui à voz mencionada em sua locução a responsabilidade da enunciação, distinguindo-se da fala do outro. Vejamos o exemplo 54:

54. “João *teria sido* morto pelo irmão segundo o delegado (*se for verdade o que este disse*)”. (p. 683)

Com relação à *posteridade nocional*, o autor (1999) afirma que o futuro do pretérito indica que o evento é posterior não no tempo, e sim nas ideias de “causa e consequência”, “condição e condicionado”, já que a “consequência” e o que é “condicionado” encontram-se sempre no futuro do pretérito, e a maneira como eles são *marcados* na frase pode denotar possibilidade, polidez, hipótese, incerteza, dúvida, probabilidade, possuindo, portanto, um viés *modal*.

A *posteridade nocional de condição* indica que o futuro do pretérito está relacionado a uma condição posterior determinada pelo cotexto, e este aparecendo em sequência com outras condições. Vemos, então, em (55), a evolução das condições delimitadas pelo cotexto do “aumento dos vencimentos, ao concurso”:

55. “L2 (...) e além de que dentro do aumento de vencimentos *haveria* uma promoção de todo o pessoal (...) eles *passariam* para nível dois... (...) e aí então *abriria* mais

⁴⁵ A ideia de *cotexto*, conforme Kebrat-Orecchioni (1977) designa a ação dos elementos verbais que se firmam à significação de outras unidades linguísticas encontradas em um mesmo texto; é um dos mais importantes processos para reparar a ambiguidade semântica da situação comunicativa. Sua função é dar ao texto um aparato para que seja uma unidade significativa de sentido, indispensável à compreensão linguística.

vagas... quer dizer então que nessa altura se **formariam** mais ou menos mil vagas que **seriam... seria** o concurso para cem vagas que **entraria** o pessoal novo...”. (p. 684-685)

No que diz respeito à *posteridade nocional de possibilidade*, o que marca esse valor é que a condição posterior determinada pelo cotexto é caracterizada pela *bagagem cultural* do falante, inferida no evento comunicativo:

56. “ L - ... intão , a Tereza falô assim: ‘é u Vanderlei, né?’ Eu dis(se) qui é. Ai, ‘eu vi Eli na quinta-feira conversandu c’ uma minina lá na floricultura’, né? Mas eu num liguei.

E – I elas intão já **deveriam** tá ó(lha) pru dentru da situação!

L – Não. Num tavam”. (p. 688)

Travaglia (1999) afirma que a *posteridade nocional de polidez* é percebida nas situações em que o falante pede algo e esse *pedido* é por meio de uma condição no futuro do pretérito, que resguarda os participantes do evento comunicativo:

57. “DOC - Qual **seria** a tradução direta desse *head Hunter*?

L2 – éh, éh,... **Seria** um contato direto... através de uma mensagem...”. (p. 691)

É nas condições hipotéticas com expressões e verbos modais que, de acordo com o autor, encontramos a *posteridade nocional de desejo*:

58. “L2 -... eu sou filha única... ah tenho um irmão de treze anos... mas **gostaria** demais de ter tido... mais irmãos...”. (p. 692)

Assim propostos os valores nocionais do futuro do pretérito, o autor é enfático ao dizer que é a *posteridade com valor temporal cronológico* o valor que mais condiz com a realidade, já que ele designa a sequencialidade dos eventos no “tempo do mundo real”.

6.4.2 – Análises variacionistas

Feito o mapeamento das funções, não foi possível considerarmos, como pretendíamos inicialmente, a variação entre o futuro do pretérito e outras formas verbais, por

exemplo: a variação entre futuro do pretérito e imperfeito do indicativo, fenômeno já atestado por Costa (1990, 1997, 2003), Silva (1998), Karam (2000) Domingos (2003) e por Dias (2007) e a variação entre o futuro do pretérito e o presente do indicativo, conforme Rocha *et al.* (2005) pelo fato de não haver dados suficientes que justificassem uma análise variacionista, o que fez direcionar nossa pesquisa para uma análise das funções codificadas pelo futuro do pretérito em documentos escritos, dos séculos XVIII, XIX e XX.⁴⁶

6.4.3 - Fatores de análise

Para a análise do que foi proposto acima, serão considerados os seguintes grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos:

- **Tipologia verbal:** apreciando os estudos de Vendler (1967), o qual sugere que os verbos estão agrupados em quatro categorias *accomplishment*, *achievement*, atividade e estado, avaliaremos a influência do *aspecto* (duratividade, dinamicidade e telicidade).

- **Modalidade:** consideraremos o caráter *realis/irrealis* expresso por intermédio de *marcas* discursivas que indiquem desejo, obrigação, dúvida, probabilidade, polidez e hipótese. Para tal, foi considerada uma escala de *irrealis*: *Irrealis 1* – pressuposição; volição; *Irrealis 2* – verdade concretizada; polidez; *Irrealis 3* – verdade possível de ser concretizada; ideia de possibilidade e condição; *Irrealis 4* – incerteza; possibilidade remota de ser uma verdade possível.

- **Estrutura temporal:** será analisada para averiguar se há uma tendência para utilizar o *futuro* do pretérito indicando anterioridade, simultaneidade ou posterioridade, de acordo com o *ponto de referência*.

⁴⁶ Embora não se tenha feito uma análise variacionista clássica, os poucos dados de variação localizados serão objeto de uma seção no capítulo de análise com o objetivo de mostrar que possivelmente o fenômeno de variação do futuro do pretérito com o imperfeito do indicativo encontrava-se, desde os séculos em questão, em curso na língua.

Com relação aos fatores extralinguísticos, analisaremos:

- **Século**, para verificar se, ao longo do percurso do tempo (do século XVIII ao século XX), houve mudança de função ou outras funções foram sendo agregadas ao futuro do pretérito.
- **Gênero textual**, para conferir se os gêneros textuais (documentos oficiais, cartas e discurso político) condicionam uma função ou mais funções agregadas ao futuro do pretérito.

Os procedimentos metodológicos aqui apresentados dirigirão, no capítulo seguinte, o diagnóstico da multifuncionalidade do futuro do pretérito, ao passo que será mostrado que esses grupos de fatores foram escolhidos em virtude das questões propostas na introdução. Com a análise desses fatores, responderemos as questões propostas, confirmando ou refutando as hipóteses, na intenção de averiguar os objetivos já anteriormente aludidos.

6.5 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, apresentamos o Instituto do Ceará, órgão centralizador das revistas históricas, que balizou nosso *corpus* para a análise dos dados referentes à multifuncionalidade do futuro do pretérito. Traçamos, também, a metodologia a ser aplicada para a análise, apresentando o material escolhido para o mapeamento das funções codificadas pelo futuro do pretérito consoante Travaglia (1999), como também os fatores linguísticos e extralinguísticos para tal análise. No que concerne aos fatores linguísticos, tratamos da estrutura temporal (anterioridade, simultaneidade e posterioridade), da modalidade (níveis de *irrealis*) e da tipologia verbal (estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*); quanto aos fatores extralinguísticos, tratamos do século (XVIII, XIX e XX) e do gênero textual (documentos oficiais, cartas e discursos).

Capítulo 7

ANÁLISE DE DADOS: A multifuncionalidade do futuro do pretérito

7.1 Introdução

Analisamos, em uma perspectiva diacrônica, a multifuncionalidade da forma verbal do futuro do pretérito em dados do Português dos séculos XVIII ao XX nos documentos históricos do acervo do Instituto do Ceará, considerando-se motivações linguísticas (morfossintáticas e discursivas) e extralinguísticas (século e gênero).

O futuro do pretérito codifica seis funções que estão relacionadas aos atos de fala (no que se refere à modalidade), em que a informação proposicional (que relaciona eventos, estados e processos) está ligada à modalidade epistêmica (certeza, incerteza, vontade e possibilidade). Na perspectiva de Travaglia (1999), o futuro do pretérito está condicionado à intenção do falante, por isso indica não somente valores de certeza ou incerteza na frase como também as ideias de condição, possibilidade, polidez e vontade que, por sua vez, são modalizadas. Ainda conforme a proposta de Travaglia (1999), os valores de base do futuro do pretérito que determinam a *posteridade de uma circunstância em relação a outra*, sendo encarado, portanto, como um “sequenciador” dentro do texto, são: a) exprimir circunstância futura quando a referência é o momento da fala, independente do momento do evento; b) efetivar uma condição que só será aceitável se esta estiver condicionada a outra; c) indicar incerteza, quando o contexto exprimir probabilidade, conjectura, ambiguidade e suposição, acompanhado ou não de uma interrogação; e d) exprimir polidez por meio da manifestação da vontade. No tocante ao mapeamento funcional do futuro do pretérito, centramo-nos nas funções textuais-discursivas, considerando a proposta de Travaglia (1991) que divide a *posteridade* em *temporal* e *nocional*, subdividindo-se estas, respectivamente, em *temporal cronológica* e *polifônica*, e *nocional* de *condição*, *possibilidade*, *polidez* e *desejo*. Com o intuito de verificar quais motivações caracterizam as funções textuais-discursivas dessa forma verbal, mapearemos os contextos de ocorrência de cada função, considerando-se modalidade, estrutura temporal, tipologia verbal, gênero textual e século (grupos de fatores apresentados no capítulo 6 da Metodologia).

Apresentamos, no quadro 01 abaixo, o total de ocorrências de cada função textual-discursiva, considerando-se a distribuição dessas funções nos 336 dados encontrados no *corpus* selecionado para esta pesquisa (revistas históricas do Instituto do Ceará). Ao quadro,

seguem-se exemplos ilustrativos para cada função. Na seção 7.2, serão analisados, para cada função codificada pelo futuro do pretérito, fatores linguísticos e fatores extralinguísticos que caracterizam os contextos prototípicos (mais frequentes) de ocorrência de cada função.

QUADRO 2
FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DO FUTURO DO PRETÉRITO (NÚMERO DE OCORRÊNCIAS)

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Posteridade Temporal Cronológica | 126 |
| Posteridade Temporal Polifônica | 67 |
| Posteridade Nocial de Condição | 78 |
| Posteridade Nocial de Possibilidade | 60 |
| Posteridade Nocial de Polidez | 02 |
| Posteridade Nocial de Desejo | 02 |
| TOTAL | 336 |

No exemplo 59 a seguir, ilustramos a ocorrência do futuro do pretérito com a noção de posteridade temporal cronológica (encontrada em 126 ocorrências) que é vista nas narrações cujos acontecimentos se processaram no passado:

59. “Apurada a votação destes, *serião* eleitos: Manoel do Nascimento e Pe. Carlos Augusto P. Alencar”. (A Vida de Antônio Rodrigues Ferreira, 1876)

A noção de *posteridade temporal polifônica*, cujo valor está situado no discurso propriamente dito em que não há percepção do comprometimento do falante com o que diz, foi encontrada em 67 ocorrências de uso do futuro do pretérito, como podemos observar no exemplo abaixo:

60. “... quem *ousaria* mesmo ensombrar aquella organização brilhante?...”. (A Vida de Antônio Rodrigues Ferreira, 1876).

A noção de *posteridade nocial de condição* (ilustrada em 61), a qual encontramos em 78 ocorrências, mostra que o futuro do pretérito está conexo a uma condição

posterior determinada pelo cotexto⁴⁷ que aparece em sequência com outra condição.

61. “... que no anno de 1794 já não houve gados que se matar, e *pereceriam* todos, se a capitania do Piauhly não socorressem aos dos sertões desta comarca...”. (Registros Da Seca do anno de 1794 na capitania do Piauhly, 1782)

Assim, vemos que o falante condiciona posteriormente o fato de que a população da capitania do Piauhly morreria se os seus governantes não prestassem socorro, pois já não existia com o que se alimentar.

Em 62 ilustramos com o exemplo retirado do *corpus* a noção de *posteridade nocional de possibilidade* (com 60 ocorrências), cujo valor é assinalado pela bagagem cultural do falante, inferida no evento comunicativo, e sua condição posterior é determinada pelo cotexto.

62. “... no Rio Jaguaribe, que atravessa a Villa de Santa Cruz de Aracaty, talvez aquella tripolação de pescadores não *teria* a mesma sorte.” (Registros Da Memoria Dos Primeiros Estabelecimentos na Villa de Santa Cruz de Aracaty, 1782)

O que vemos nesse exemplo é que o indivíduo ao pronunciar a frase, lança sua dúvida em relação ao fato ser possível de realizar-se; ideia essa reforçada pelo uso do advérbio *talvez*, o que denota uma *possibilidade* na visão do emissor.

Interessante observar que, tanto para a noção de *posteridade nocional de polidez* como para a *noção nocional de desejo*, houve somente dois registros de uso relacionado ao futuro do pretérito para cada uma. Vejamos, respectivamente, os exemplos:

63. “Será que V. Sa. *poderia* pelo menos averiguar as ideias do provedor da Comarca de Santo Antonio de Quixeramobim sobre o crescimento da nossa Villa?” (Registros Da Memoria Dos Primeiros Estabelecimentos na Villa De Quixeramobim, 1835)

⁴⁷ Consideramos que é por meio dos cotextos que se instauram as relações entre os componentes do texto e concedemos propriedades a esses componentes. Citemos, pois, exemplos de cotextos: “**O copo que Ana teria quebrado é de cristal**”; “**A dona do copo, que é a Laura, é mulher do meu irmão.**” Assim temos, como entendimento da situação: a) Cristal é uma característica do copo, e b) a mulher do meu irmão e o copo se relacionam por meio da ideia de “posse” (ser dona do objeto). Uma significação produtiva de discurso é comparável a uma organização surgida por uma sequência de caracterizações de valores e relações como, por exemplo, o *tempo* desses valores e relações, instituída por uma dinâmica temporal.

64. “... não sabia como, mas *gostaria* de ver a Villa Real de Sobral livre daquelles que não a mereciam habitar nessa Comarca.” (Registros Da Memoria na Villa Real De Sobral, 1872)

Diante do que expusemos, podemos afirmar que dentre os dados do *corpus* analisado, há muitos casos da função temporal cronológica atrelada ao futuro do pretérito, o que nos leva a concluir que é devido ao fato de ter um número considerável de documentos cujo teor é narrativo (documentos históricos oficiais). Para corroborar essa questão, citemos Lyons (1987), que diz que as estruturas de uma língua são produzidas pelas funções que são executadas pelos falantes, isto é, a partir da funcionalidade que ela cumpre na comunicação. Já no que diz respeito à função temporal polifônica, à função nocional de condição e à função nocional de possibilidade, vemos que têm números aproximados, o que nos induz a concluir que é pelo fato de as narrativas serem de cunho formal, já que são documentos escritos, o que *não* possibilita o uso de outras formas que por ventura *estariam* em competição na linguagem oral com futuro do pretérito; e, como ainda diz Givón (2001), o nível de formalidade pode contribuir para que um ato comunicativo possa ser marcado ou não marcado, o que é determinado pelo contexto.

7.2 As funções codificadas pelo futuro do pretérito: caracterizando os contextos de ocorrência

7.2.1 Breves considerações sobre os grupos de fatores testados

Os grupos de fatores aqui considerados o são por razões pragmático-discursivas, pois visamos a verificar, por meio dos dados dos documentos históricos do IC, o uso do futuro do pretérito, no que concerne aos valores funcionais atribuídos a essa forma verbal, à sua utilização textual e às motivações que orientaram o indivíduo a eleger essa forma em sua comunicação. Com esse propósito, analisaremos, nas subseções que seguem: modalidade, estrutura temporal, tipo de verbo, gênero e século.

Sabemos que a modalidade é caracterizada por *estampar* marcas no enunciado, haja vista que o indivíduo, ao proferir algo, sempre procura marcá-lo quanto à veracidade do fato, como também quanto ao grau de *realis* ou *irrealis* sobre o tal fato dito. É importante

ressaltar que as noções *realis/irrealis* são ligadas às relações temporais, acompanhadas ou não de advérbios ou locuções adverbiais *modalizadoras*. Assim, o fato de que o tempo de um verbo sinaliza *modos* de codificação temporal, agrega-se à modalidade que engloba a atitude do falante em relação ao que está sendo dito ou ao que foi dito, isto é, o enunciado. Podemos compreender que, ao tratarmos de uma linha temporal, temos, então, marcas de maior certeza em certos contextos e marcas de menor certeza em outros contextos comunicativos; não esquecendo, também, das marcas de polidez, de vontade, de possibilidade e de condição.

Para reforçar essas assertivas, citemos Vion (2007), cujo conceito de modalidade incide em um mundo de crenças e valores no qual se insere o *dictum*⁴⁸. Ela está vinculada mais à funcionalidade das línguas e concentra-se nos verbos modais e modos do verbo, ou expressões modais. Em: “*Constatai* que Maria *iria* sair” (a frase carrega a modalidade *certeza*, que está atrelada ao enunciado proferido em virtude do primeiro verbo – constatar – encontrar-se no passado; quanto ao aspecto, que é *perfectum*, a noção de completude da ação é tida como *por inteira*, por isso a *certeza* do falante para com a informação vinda após a constatação: a de que Maria *sairia*). A modalidade, assim, segue um *dictum*.

O futuro do pretérito, em seus contextos de uso, revela as noções de *realis* (verdades de fato) e *irrealis* (verdades possíveis). Incrementadas a essas noções, para Fleischman (p. 13, 1982), estão um ajuizamento epistemológico (verdade, possibilidade, certeza) e um ajuizamento deôntico (desejo, intenção, obrigação, permissão, necessidade, manipulação).

Já a noção de tempo está ligada à visão cronológica, como diz Reichenbach (1947); já a noção de *tempo verbal* está associada à visão gramatical, que é uma forma de codificação do tempo. Dizemos, então, que para darmos significação específica aos fatos e experiências existentes em nossa língua, utilizamo-nos de *expressões* para demarcar o que já ocorreu, o que ocorre e o que ocorrerá, cujo propósito é justamente delimitar, por relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, a ideia de *tempo* que envolve nosso cotidiano. Isso nos leva a testar a estrutura temporal do futuro do pretérito com relação às funções temporais cronológica e polifônica e às funções nocionais de possibilidade, condição, polidez e desejo.

⁴⁸*Dictum*, conforme Vion (2007), é ao que, de fato, se faz referência; o assunto que é tratado no enunciado.

A tipologia de Vendler (1967) – *accomplishment*, *achievement*, *estado* e *atividade* – foi escolhida para que pudéssemos caracterizar os usos do futuro do pretérito com o intuito de averiguar qual Aspecto verbal (duratividade, dinamicidade e telicidade) é diagnosticado com o maior número de casos e qual foi o de menor recorrência.

Esse fato pode revelar, em termos de organização discursiva, que o falante tende a dispor, em seu discurso, a maneira mais conveniente para que a comunicação seja estabelecida, para cumprimento da sua função social. Nesses termos, o indivíduo elege uma função de base e uma disposição linguística que implicam uma organização das noções referenciais de mundo e suas representações textuais: descritiva, narrativa e argumentativa. O que vemos, no *corpus* em questão, é que a incidência do uso do futuro do pretérito concentra-se nos documentos históricos de cunho narrativo. Travaglia (1991) já afirmava em seu estudo textual discursivo sobre o futuro do pretérito que a escolha dessa forma verbal torna-se mais habitual nas narrações devido ao fato da noção de posterioridade ser “sempre mais patente” (p.169).

Partindo para os fatores não-linguísticos – gênero textual e século – evidencia-se que o uso do futuro do pretérito nos gêneros textuais que aparecem no *corpus* analisado (documentos históricos: narrativas, discurso político e carta) tem o intuito de exprimir a atitude do falante em relação ao nível de *irrealis* numa ação de fatos pretéritos que ele quer transmitir ao seu interlocutor. Dessa forma, gênero textual é um fator importante na escolha do futuro do pretérito, pois quanto mais formalidade no texto escrito, mais uso dessa forma *far-se-á*, uma vez que as narrativas mostram o desenrolar das ações em um certo tempo relativo (posterior a um momento) evidenciadas pelo falante ao usar o futuro do pretérito. Já o século é um fator não-linguístico que pode mostrar ampliação ou redução das funções atreladas ao futuro do pretérito quando nos referimos à questão da passagem do tempo. Vejamos, antes de passarmos à análise dos grupos de fatores por função codificada pelo futuro do pretérito, o mapeamento funcional da forma verbal em questão, relacionando as funções por século e gênero no quadro abaixo.

QUADRO 3
MAPEAMENTO FUNCIONAL DO FUTURO DO PRETÉRITO POR
SÉCULO E GÊNERO

| | Século XVIII Carta | Século XIX Carta | Século XX Carta | Século XVIII Doc. Oficial | Século XIX Doc. Oficial | Século XX Doc. Oficial | Século XVIII Discurso Político | Século XIX Discurso político | Século XX Discurso Político |
|---------------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Posteridade temporal cronológica | 01 | - | - | 29 | 87 | 16 | - | 03 | - |
| Posteridade temporal polifônica | - | - | - | 03 | 06 | 02 | - | 07 | - |
| Posteridade nocional de condição | 01 | - | - | 36 | 49 | 23 | - | 08 | - |
| Posteridade nocional de possibilidade | 02 | 01 | - | 19 | 44 | 19 | - | 05 | 01 |
| Posteridade nocional de polidez | - | - | - | - | 01 | - | - | 01 | - |
| Posteridade nocional de desejo | - | - | - | - | - | - | - | 02 | - |

Passemos, então, à análise dos grupos de fatores por função codificada pelo futuro do pretérito.

7.2.2 A função temporal cronológica

Vimos, no quadro sobre o **mapeamento funcional do futuro do pretérito por século e gênero**, que a função de *posterioridade temporal cronológica*, que é vista nas narrações cujos acontecimentos se processaram no passado, aparece em maior número de dados, em relação às outras funções elencadas. Percebemos, no exemplo 65, retomado abaixo, que existe uma situação factual *posterior* que se apresenta na forma verbal do futuro do pretérito relacionada a uma situação ocorrida anteriormente, que é a “*votação apurada*”.

65. “Apurada a votação destes, *serião* eleitos: Manoel do Nascimento e Pe. Carlos Augusto P. Alencar”. (A Vida de Antônio Rodrigues Ferreira, 1876).

Passemos, então, à análise dos dados a partir dos fatores linguísticos controlados (modalidade, estrutura temporal e tipologia verbal). Antes de começarmos a análise da tabela 01, relembremos os níveis de *irrealis* trabalhados nessa pesquisa:

Irrealis 1 – pressuposição; volição.

Irrealis 2 – verdade concretizada; polidez.

Irrealis 3 – verdade possível de ser concretizada; ideia de possibilidade e condição.

Irrealis 4 – incerteza; possibilidade remota de ser uma verdade possível.

Começaremos pela atuação da modalidade na função temporal cronológica, esquematizada na tabela 01.

Tabela 01: Atuação da Modalidade na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito⁴⁹

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Irrealis 1 | 01/60 | 1.7 |
| Irrealis 2 | 120/140 | 85.7 |
| Irrealis 3 | 00/83 | 0 |
| Irrealis 4 | 00/53 | 0 |

Diante dos resultados expostos, vimos que, no que concerne à atuação da modalidade na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito, a noção de

⁴⁹ Em todas as tabelas, a função em análise é vista em relação ao conjunto das outras, por exemplo, neste caso da tabela 01, a função cronológica é analisada em relação ao conjunto das demais funções (polifônica, condição, possibilidade, polidez, desejo). A análise é, portanto, binária.

irrealis 2 é a que mais se destacou, sendo, portanto, apresentada com um percentual de 85.7% das ocorrências coletadas no *corpus*, seguida da noção de *irrealis 1*, cujo percentual foi de 1.7% das ocorrências. Dessa forma, ao correlacionarmos com nossas hipóteses, vimos que, com relação a esses contextos de uso, a informação proposicional (que relaciona eventos, estados e processos) juntamente com os atos de fala, está ligada à modalidade epistêmica ao indicar certeza – no caso do resultado da eleição (exemplo 65).

Averiguamos que o maior número de ocorrências com o futuro do pretérito é o de *irrealis 2*, nível este que demarca um ponto cujo tempo é visto como o referencial para que a noção de certeza seja evidenciada no enunciado, designando um valor que mais condiz com a realidade, já que ele assinala a sequencialidade dos eventos no “tempo do mundo real”.

Já a noção de *irrealis 1*, conforme os resultados obtidos na análise estatística, ocorre em 1.7% dos dados. Para os outros dois fatores de análise – *irrealis 3* e *irrealis 4*, não houve dados em nosso *corpus*, o que refuta nossa hipótese inicial, a qual abordava que o usuário da língua escolhe o futuro do pretérito por oferecer a noção de *irrealis (verdade possível)*, em contextos condicionais não-realizáveis, numa situação que envolva dúvida e em um contexto comunicativo de polidez, caracterizado por um grau mínimo de manipulação do falante em relação ao ouvinte.

Com relação à estrutura temporal, a qual exporemos a seguir, o fator *posterioridade* é o que prevalece, com 38.0% das ocorrências (conforme tabela 02 abaixo), o que nos faz remeter à classificação de Travaglia (1991) já aqui apresentada: o futuro do pretérito é escolhido quando a estrutura temporal é, preferencialmente, de *posterioridade* ao momento de referência. Ao compararmos com a hipótese inicial que retrata uma possível variação do futuro do pretérito com outra forma verbal, salientamos que não houve dados suficientes para desenvolver a contento uma análise estatística.

momento, com algum tipo de dinheiro, aos que estavam devendo. (aqui, a noção de ação simultânea ao momento da referência é evidenciada no contexto).

A seguir, na tabela 03, apresentamos os resultados para tipo de verbo.

Tabela 03: Atuação do Tipo de Verbo na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Accomplishment | 9/6 | 66.7% |
| Estado | 23/89 | 25.8% |
| Achivement | 28/104 | 26.9% |
| Atividade | 64/134 | 47.8% |

Conforme a tabela 03, temos, na tipologia verbal aplicada ao uso do futuro do pretérito, o fator aspectual *accomplishment* com 66.7%, o que evidencia a ação durativa, que atinge a completude. Os *accomplishments* constituem situações que envolvem *telicidade*, em que a realização da ação é por inteira. É o que acontece no exemplo 68:

68. “A Corte de Lisboa *cerraria* os ouvidos ás lamentações e aos protestos si os latrocinios, de que havia queixas, fossem provados...” (Ligeiras considerações sobre as lutas de 1824, 1864).

Notemos que a ação de *cerrar os ouvidos* denota uma duração que *pode ser totalizada* por completo (verdade possível), mediante uma constatação: *os latrocinios*.

Em seguida, vem o fator *atividade*, com 47.8% das ocorrências. As atividades são caracterizadas por eventualidades atéticas, como vemos no exemplo 69:

69. “... e a confiança em que Ferreira, quando não o apoiasse, não *guerrearía* o seo antigo companheiro de luta contra o *equilibrismo*...” (A Vida de Antonio Rodrigues

Ferreira, 1876).

No exemplo, vemos que a ação de *guerrear* carrega a ideia de acontecimento, ocorrendo em um determinado tempo no enunciado, não definindo seu término.

Os *estados* e os *achivements* não possuem fases. Esses últimos apresentam telicidade, cuja ação é realizada por inteira; já os primeiros, possuem características atéticas, as quais podem vir acompanhadas por expressões indicativas de duratividade, consoante exemplos 70 e 71, respectivamente:

70. “... E’ porque deve sel-o; é porque, si não fosse, *seria* universalmente aclamado (...)” (A Vida de Antonio Rodrigues Ferreira, 1876)

71. “...mas, e então pensou que tudo *encontraria* si podesse attingir as margens do S. Francisco...” (Escritos sobre o Ceará de Antonio Jose Vitoriano da Fonseca, 1849).

Dessa forma, de acordo com as hipóteses antes levantadas, podemos concluir que, ao tratarmos da forma verbal futuro do pretérito e seus valores funcionais, as categorias verbais de Tempo, de Aspecto e de Modalidade influenciam na escolha da forma verbal quando a noção expressa pelo indivíduo for *temporal cronológica*, pois, ao conferirmos os resultados obtidos nas tabelas acima, o futuro do pretérito é escolhido quando a estrutura temporal é, preferencialmente, de *posterioridade* ao momento de referência; e com relação à escolha do falante, dá-se quando o *aspecto é não-durativo*; o tipo de verbo é *accomplishment* e a modalidade caracterizar o *irrealis 2*.

Apresentaremos, na sequência, os resultados referentes aos grupos de fatores extralinguísticos século e gênero textual. Dessa forma, como o *tempo* é um fator decisivo para o registro de uma língua, é que analisamos o fator século. Com relação ao fator *gênero textual*, acreditamos que as manifestações desse registro formal da língua obedecem a critérios referentes à materialização das situações comunicativas existentes de socialização, obedecendo a uma relação social e histórica como fonte de produção comunicativa. Passemos, então, à análise e aos resultados obtidos.

Tabela 04: Atuação do fator Século na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito

| Séculos | Aplicação/Total | Percentual |
|---------|-----------------|------------|
| XVIII | 42/71 | 59.2% |
| XIX | 59/212 | 27.8% |
| XX | 20/53 | 37.7% |

Pelo exposto, verificamos que, no que se refere à função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito, é no século *dezoito* que mais se apresenta o uso dessa forma verbal, com 59.2%, seguido de um decréscimo no século *dezenove* e, em relação a este, um leve acréscimo no século *vinte*. Nesse caso, o índice pode ser maior no século XVIII em virtude de encontrarmos mais textos narrativos nesse período, o que condiciona o uso do futuro do pretérito na função temporal cronológica.

Tabela 05: Atuação do fator Gênero Textual na função temporal cronológica codificada pelo futuro do pretérito

| Gêneros | Aplicação/Total | Percentual |
|---------------------|-----------------|------------|
| Documentos oficiais | 118/293 | 40.3% |
| Cartas | 2/4 | 50.0% |
| Discursos políticos | 1/39 | 2.6% |

No que diz respeito à predominância do gênero carta, com 50.0% do total, nossa hipótese foi refutada, pois supunha que o gênero que mais influenciava o uso dessa forma verbal seria os documentos oficiais, haja vista a formalidade do registro da língua, seguido do gênero carta. Dessa forma, esse resultado revela que, baseando-nos nas observações que fizemos a respeito do *corpus*, o gênero textual *carta* influencia o uso do futuro do pretérito quando a função exercida é a temporal cronológica.

7.2.3 A função temporal polifônica

A *posteridade temporal polifônica* evidencia o não-comprometimento do falante com o que está sendo dito. Isso ocorre devido a não certeza dos acontecimentos narrados por parte do falante, o qual, assim, põe a “responsabilidade” do episódio no autor da situação. E, lembrando Travaglia (1999), a posteridade temporal de caráter polifônico pode ser expressa pelo futuro do pretérito, como vemos no exemplo 72:

72. “... não sei quando entrou aqui o Pe. Diogo. Bem *poderia* eu informar-me do mesmo Pe., hoje vigário em Sobral.” (1ª Freguesia da Província, 1888)

Vejamos o que nos diz a tabela abaixo:

Tabela 06: Atuação da Modalidade na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Irrealis 1 | 39/69 | 65% |
| Irrealis 2 | 8/140 | 5.7% |
| Irrealis 3 | 0/83 | 0.0% |
| Irrealis 4 | 2/53 | 3.8% |

Vemos, então, que com um percentual de 65%, o fator modalizador *irrealis1* (nível baixo de certeza; suposição; volição) aparece com o maior índice de atuação quando a função é a polifônica. A título de ilustração, temos o exemplo 73:

73. “*Seria*, porem, compatível essa maneira de vêr as cousas com as suas vistas, com os seus intuitos, com a sua consciencia?” (Ligeiras considerações sobre as lutas de 1824, 1864)

Assim, o uso do futuro do pretérito, no exemplo acima, indica que o autor da oração não se compromete com o que diz, sendo possível ao leitor interpretar que esse autor apenas lança a questão, sem ter qualquer elo com a mensagem proferida, ao mesmo tempo em

que questiona a *possibilidade* da situação, de fato, ser *real*.

Em segundo lugar, com 5.7% das ocorrências, temos o fator *irrealis 2* (nível alto de certeza; verdade concretizada; polidez), em que os falantes, então, elegem o tempo verbal com ou sem os verbos modalizadores para expressarem a posteridade polifônica. No exemplo 74 temos o uso do modalizador *poder*:

74. “... não sei quando entrou aqui o Pe. Diogo. Bem *poderia* eu informar-me do mesmo Pe., hoje vigário em Sobral.” (1ª Freguesia da Provincia, 1888)

Com relação ao fator *irrealis 3* (verdade possível de ser concretizada; ideia de possibilidade e condição) não houve dados para a análise, pois esse fator, ao perfazer um percentual de 0,0%, mostra-nos que, nessa função acima especificada, a modalidade *irrealis 3* não foi significativa em detrimento as outras modalidades. Já o *irrealis 4* (incerteza; possibilidade remota de ser uma verdade possível), com 3.8%, ilustrado em 75 resulta um índice pequeno do futuro do pretérito nessa modalidade.

75. “... nunca, talvez *saber-se-ia* o quão os afortunados na Provincia Real da cidade do Capitão Vasconcellos fossem estar ao accordo da governança daquelle logar.” (Registros Da Seca do anno de 1794 na capitania do Piauhy, 1782)

No exemplo acima, o usuário marca com o uso do futuro do pretérito e advérbios de dúvida sua *incerteza* em relação ao fato daqueles que vivem na Província do Piauí concordarem com o governo que ali se encontrava.

Passemos, agora, à análise da estrutura temporal.

Tabela 07: Atuação da Estrutura Temporal na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Anterioridade | 11/38 | 28.9% |
| Simultaneidade | 19/53 | 35.8% |
| Posterioridade | 19/245 | 7.8% |

Pelo exposto, concluímos que a *simultaneidade* é a mais codificada com o futuro do pretérito, aparecendo com 35.8%. Em seguida, temos a *anterioridade*, cujo percentual foi de 28.9% dos dados; e, em último, temos a *posterioridade*, com um índice de 7.8% do total das ocorrências. Isso quer dizer que o usuário da língua, ao escolher o futuro do pretérito com a função temporal polifônica, expressa, preferencialmente, a noção de simultaneidade ao momento de referência em virtude do caráter polifônico que nos transmite a forma verbal em questão, pois uma das características é o “resguardar a face” para que não se sobreponha o comprometimento do falante com o enunciado proferido, enfatizando a dúvida de “como se vai realizar a ação de pagar as moedas” com uma interrogação para o receptor, como no exemplo 76 abaixo:

76. “... mas com que moeda *pagaria* os d’aquelle?” (A Vida de Antônio Rodrigues Ferreira, 1876)

A seguir, exporemos os resultados obtidos com relação à tipologia verbal codificada com o futuro do pretérito.

Tabela 08: Atuação do Tipo de Verbo na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Accomplishment | 0/9 | 0.0% |
| Estado | 17/89 | 19.1% |
| Achievement | 15/104 | 14.4% |
| Atividade | 17/134 | 12.7% |

Observamos que, com relação à noção aspectual, *estado* evidencia-se dos demais tipos de verbo, surgindo com 19.1% dos resultados encontrados. Assim sendo, podemos dizer que, na atuação da tipologia verbal na função temporal polifônica, codificada pelo futuro do pretérito, os verbos que indicam estado são preferencialmente aqueles escolhidos pelos usuários da língua para retratar uma postura de não comprometimento com o que está sendo proferido. Vejamos o exemplo 77:

77. “... E’ porque deve sel-o; é porque, si não fosse, *seria* universalmente aclamado (...)” (A Vida de Antonio Rodrigues Ferreira, 1876)

Logo após, vem os verbos que indicam *achievement*, com 14.4%, seguido dos verbos que indicam *atividade* 12.7%. Os verbos codificados pelo futuro do pretérito com a noção aspectual *accomplishment* não foram encontrados na codificação da função temporal polifônica, como mostra a tabela 06.

Como visto, a nossa hipótese foi confirmada, uma vez que cogitávamos que os verbos de *estado* eram aqueles que influenciavam mais o uso do futuro do pretérito no que diz à noção polifônica, uma vez que o sujeito exprime um estado no qual se encontra. Com relação aos resultados de *achievement* e *atividade* que são aproximados, cremos que esse fato deve-se por consequência das escolhas que o falante faz no momento em que vai caracterizar seu não-comprometimento com o que está sendo dito, uma vez que verbos dessas duas noções demonstram o “fazer por inteiro” da ação, a qual não reflete o uso do futuro do pretérito, que alega uma noção de possibilidade.

Tabela 09: Atuação do fator Século na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito

| Séculos | Aplicação/Total | Percentual |
|---------|-----------------|------------|
| XVIII | 5/71 | 7.0% |
| XIX | 41/212 | 19.3% |
| XX | 3/53 | 5.7% |

Percebemos que com relação ao século, o período mais significativo foi o

dezenove, com 19.3%, em que o uso do futuro do pretérito foi eleito para expressar a função temporal polifônica; em seguida, vem o século *dezoito*, com 7.0% e o século *vinte*, com 5.7%. Assim, chegamos à conclusão de que, para a função temporal polifônica, houve um pico de uso dessa forma verbal no século XIX e tendenciou-se a diminuir seu uso, como podemos ver nos resultados acima. Isso confronta a nossa hipótese, a qual supunha que havia um equilíbrio na utilização do futuro do pretérito quando a função fosse temporal polifônica pelo fato de serem documentos formais.

Tabela 10: Atuação do fator Gênero Textual na função temporal polifônica codificada pelo futuro do pretérito

| Gêneros | Aplicação/Total | Percentual |
|---------------------|------------------------|-------------------|
| Documentos oficiais | 40/293 | 13.7% |
| Cartas | 0.4 | 0.0% |
| Discursos políticos | 9/39 | 23.1% |

Nos discursos políticos, há elevado índice de promessas, desejos e vontades a serem realizadas, por isso o uso do futuro do pretérito, para a função polifônica, é mais frequente nesses discursos. Nossa hipótese, que foi confirmada, supunha que o sujeito utilizasse mais o futuro do pretérito com função temporal polifônica nos discursos políticos, pelo fato desse gênero textual revelar o discurso vozes que possam indicar dúvida ao ouvinte.

7.2.4 A função nocional de condição

A *posteridade nocional de condição* está caracterizada pela noção de *irrealis* atribuída a uma oração condicional e/ou uma hipótese, na qual o usuário da língua escolhe o futuro do pretérito ou por oferecer essa noção de *verdade possível de ser* concretizada em contextos condicionais numa situação que envolva dúvida ou por marcar que o fato possa não ser realizável, como mostra o exemplo 78:

78. “... mas, e então pensou que tudo *encontaria* si pudesse attingir as margens do S. Francisco...” (Registros Da Memória Dos Primeiros Estabelecimentos na Villa de Santa Cruz de Aracaty, 1782)

Na frase acima, a escolha do futuro do pretérito pelo falante expressa a condição de que *poderia encontrar tudo*, a partir de uma condição hipotética, na qual ele próprio tem dúvidas se o fato de *atingir as margens do S. Francisco* seria possível de realização. Vejamos, então, as análises obtidas para essa função a partir dos fatores linguísticos: modalidade, estrutura temporal e tipologia verbal.

Tabela 11: Atuação da Modalidade na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|------------|-----------------|------------|
| Irrealis 1 | 0/60 | 0.0% |
| Irrealis 2 | 0/140 | 0.0% |
| Irrealis 3 | 79/83 | 95.2% |
| Irrealis 4 | 0/53 | 0.0% |

A partir do exposto acima, vemos que, no que se refere à Modalidade, somente o fator *Irrealis 3* vincula-se à condição, pois 95.2% do uso faz menção à esse tipo de modalização pelo usuário. Com percentuais 0.0%, os outros fatores não tiveram significação para nosso estudo. Assim, avaliamos que o uso do futuro do pretérito em situações que exaltam uma condição/hipótese possível é, portanto, algo *provável de acontecer* de acordo com os dados do nosso *corpus*. Encontram-se nessa classificação as orações que denotam uma condição cujas marcas discursivas indicam, também, uma possibilidade real, com em:

79. “Si aquella grande massa de rochas desaparecesse subitamente nas profundezas do Atlantico, (...) todos os continentes *soffreriam* profundas alterações em seus relevos.” (Origens americanas, imigrações prehistoricas, 1778)

Conforme expusemos, nossa hipótese inicial foi confirmada parcialmente, pois o usuário da língua escolhe o futuro do pretérito por oferecer a noção de *irrealis 3* (ideia de possibilidade e condição realizável); e, em contextos condicionais não-realizáveis e de incerteza, nossa hipótese supunha que o futuro do pretérito era escolhido para marcar essa noção. O que concluímos com as análises é que somente essa forma verbal é escolhida quando o sujeito quer mostrar uma verdade possível de ser concretizada, uma ideia de possibilidade e condição.

Diante da tabela 12 abaixo, afirmamos que, com relação à atuação da estrutura temporal codificada com o futuro do pretérito, o fator *posterioridade* é o que mais se sobressaiu na análise estatística, com 31.4% dos resultados obtidos, seguido do fator *anterioridade*, com 5.3%. Já o fator *simultaneidade* não teve valor significativo para nossa pesquisa. Isso indica que o indivíduo escolhe o futuro do pretérito para exprimir fatos que *poderiam ocorrer em uma situação já passada*, assertiva esta que vai ao encontro dos estudos de Travaglia (1999). O autor diz que a noção de posteridade é o que marca o futuro do pretérito, sendo, portanto, usado quando o sujeito quer mostrar que uma ocorrência teria lugar dentro de uma situação ocorrida no tempo passado, o que também constata nossa hipótese aqui levantada, a qual dizia que o sujeito elege o futuro do pretérito quando, no enunciado, ele enfocar uma ação que demonstra ter sido posterior a outro evento também ocorrido no passado.

Tabela 12: Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Anterioridade | 2/38 | 5.3% |
| Simultaneidade | 0/53 | 0.0% |
| Posterioridade | 77/245 | 31.4% |

No exemplo abaixo, temos claramente o uso do futuro do pretérito abordando uma situação possível de realização no passado, a depender de uma situação anterior:

80. “Si a civilização original que si desinvolveu nas Cordilheiras tivesse conhecido a Nautica, (...) e aportasse às costas aziaticas ou européas, *chamariam* os americanos – novo mundo”. (Primeiras Expedições acerca das novas Terras, 1847)

Percebemos, contudo, que o futuro do pretérito usado na situação (*chamariam*) é posterior à primeira (*tivesse conhecido*) e que as duas ações seguem uma ordem cronológica: a hipótese seguida da noção condicional a que podemos atribuir uma relação de causa → consequência.

Quanto ao tipo de verbo, considerem-se os resultados apresentados na tabela 13.

Tabela 13: Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Accomplishment | 3/9 | 33.3% |
| Estado | 17/89 | 19.1% |
| Achievement | 41/104 | 39.4% |
| Atividade | 18/134 | 13.4% |

De acordo com a tabela 13, o tipo de verbo mais utilizado é *achievement*, com 39.4% dos resultados obtidos na análise estatística. Em seguida, temos, com 33.3%, os verbos *accomplishment*; depois temos os verbos que indicam *estado*, com 19.1% e, por último, os verbos que denotam *atividade*, com 13.4% do total analisado. É o que podemos verificar no exemplo 81:

81. “... mas si assim pensassem, os officiaes da Camara do Jardim *achariam* prompto remedio no art. 4, Cap. 2...” (Registros Da Memoria Dos Primeiros Estabelecimentos na Villa de Santa Cruz de Aracaty, 1782).

Os *achievements* (ocorrências momentâneas) incluem somente o ponto de culminação, como é o caso da forma verbal *achariam* no exemplo acima, e os *accomplishments* (ocorrências que mostram pouca duração, com início, meio e fim da ação) aparecem como os mais preferidos. Isso revela que, com relação à noção de condição, o usuário elege o futuro do pretérito para manifestar as ações cujo aspecto é dinâmico e menos durativo.

Tabela 14: Atuação do fator Século na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito

| Séculos | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| XVIII | 16/71 | 22.5% |
| XIX | 53/212 | 25.0% |
| XX | 10/53 | 18.9% |

Pelos resultados acima, vimos que é no século XIX que o uso do futuro do pretérito é mais recorrente para codificar a noção de condição com 25.0%, seguido do século XVIII, com 22.5%. Já no século XX, temos uma diminuição dessa forma verbal, com 18.9%, o que significa afirmar que houve uma possível *transição variacionista* nos séculos XIX e XX, o que vai ao encontro da nossa hipótese, a qual sustentava a ideia que o futuro do pretérito vem sendo substituído por outra forma verbal em contextos que exprimam condição. Para reforçar tal ideia, há trabalhos de cunho linguístico-descritivo no que concerne à variação na fala entre futuro do pretérito e imperfeito do indicativo: Costa (1990, 1997, 2003), Silva (1998), Domingos (2003), Santos (2003), Coroa (2005), Barbosa (2005) e Dias (2007).

Tabela 15: Atuação do fator Gênero Textual na função nocional de condição codificada pelo futuro do pretérito

| Gêneros | Aplicação/Total | Percentual |
|---------------------|------------------------|-------------------|
| Documentos oficiais | 64/293 | 21.8% |
| Cartas | 1/4 | 25.0% |
| Discursos políticos | 14/39 | 35.9% |

O gênero textual que mais influenciou a escolha do uso do futuro do pretérito para codificar a função nocional de condição foi *discurso político*, com 35.9% do total, seguido do gênero carta, com 25.0%; por último, os documentos oficiais, com 21.8%. Isso demonstra que nossa hipótese foi confirmada, pois o fato de os discursos políticos enfatizarem por natureza uma condição que pode ser realizável, faz com que o indivíduo recorra ao futuro do pretérito.

7.2.5 A função nocional de possibilidade

No que se refere à noção de *posteridade nocional de possibilidade*, cujo valor é assinalado pela bagagem cultural do falante, inferido no evento comunicativo e sua condição posterior é determinada pelo cotexto, o futuro do pretérito é determinado por marcas discursivas que sugerem uma possibilidade real ou hipotética, acompanhadas ou não do verbo modalizador *poder*, com advérbios de modo ou que indiquem dúvida ou com frases interrogativas, com o intuito de formar conclusões pertinentes inseridas em um contexto histórico, o que promove a concordância com o discurso exposto, conforme exemplo 82. Em

seguida, na tabela 16, analisaremos os resultados da atuação da modalidade na função nocional de possibilidade, codificada pelo futuro do pretérito.

82. “Insuficientes, por tanto, são as causas puramente geográficas. *Ter-se-hia* modificado a posição da Terra?” (Expedições Históricas, 1861)

Tabela 16: Atuação da Modalidade na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|------------|-----------------|------------|
| Irrealis 1 | 13/60 | 21.7% |
| Irrealis 2 | 0/140 | 0.0% |
| Irrealis 3 | 3/83 | 3.6% |
| Irrealis 4 | 51/53 | 96.2% |

De acordo com os dados acima, verificamos que, com relação à modalidade, o futuro do pretérito é escolhido, predominantemente, quando se refere ao fator *irrealis 4*, resultado esse que vai ao encontro das nossas hipóteses, ao afirmarmos que o futuro do pretérito é eleito quando se quer expressar um fato possível de ser realizado. Percebemos, também, que logo após aparece o uso do futuro do pretérito relacionado ao fator *irrealis 1*, com 21.7%; seguido do *irrealis 3*, com 3.6%. O fator *irrealis 2* não foi significativo para nossa análise, como podemos ver na tabela acima. Acompanhemos o exemplo 83:

83. “...*teria* fugido *talvez* de seu país...” (A Vida de Antônio Rodrigues Ferreira, 1876)

Nesse exemplo, podemos observar que o usuário passa ao seu receptor uma *incerteza* da fuga de uma pessoa, o que caracteriza, também, um afastamento do comprometimento com o que o emissor profere, embora o fato seja possível de realizar-se, o falante não toma partido da certeza da ação, que no caso, é *fugir*.

Tabela 17: Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Anterioridade | 13/38 | 34.2% |
| Simultaneidade | 12/53 | 22.6% |
| Posterioridade | 42/245 | 17.1% |

Aqui, percebemos que o futuro do pretérito é eleito quando a estrutura temporal for anterior ao momento de referência, cujo percentual é de 34.2%. Em segundo lugar, temos o fator simultaneidade, aparecendo com 22.6%; por último, temos o fator posterioridade, com 17.1%. Interessante notar que, como afirma Travaglia (1991), o futuro do pretérito assume um valor de anterioridade quando essa forma verbal estiver no tempo composto formado pelo verbo auxiliar *ter* /*haver* + particípio do verbo principal na frase, sobretudo se o “trecho for narrativo” (p. 162). Vale ainda ressaltar que para o autor, a noção de anterioridade expressa pelo futuro do pretérito é concebida nesses casos, em relação ao momento do evento, em que essa forma verbal aparece composta. Esses resultados não condizem com a nossa hipótese, que indicava a noção de possibilidade, codificada pelo futuro do pretérito, como sendo *posterior* ao momento de referência, até mesmo por se tratar de textos de cunho narrativo, cuja ideia de realização da ação é possível de ser efetivada. Observemos, então, um exemplo que marca a anterioridade expressa pelo futuro do pretérito:

84. “Elles *haveriam de ter sido* eleitos para ocuparem o cargo de primazia da Comarca de São Benedito, e o caos espalhou-se por toda a redondeza que apoiava o governo...” (A Vida de Antônio Rodrigues Ferreira, 1876)

No exemplo acima, o que se observa é que como os “candidatos não foram eleitos” (evento anterior à situação da “instalação do caos”), o caos espalhou-se na localidade que recebia apoio do governo.

Tabela 18: Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Accomplishment | 0/9 | 0.0% |
| Estado | 22/89 | 24.7% |
| Achievement | 15/104 | 14.4% |
| Atividade | 30/134 | 22.4% |

Fazendo referência à tipologia verbal, a escolha do futuro do pretérito na função de possibilidade, consoante os resultados, mostrou que quando o verbo indica *estado*, há um percentual de 24.7%, o que nos faz remeter à nossa hipótese que menciona o fato de o sujeito eleger o futuro do pretérito quando a função codificada indicar possibilidade, pois estado, não sendo ação nem atitude refere-se a um momento, a um modo o qual o usuário mostra em seu enunciado. O futuro do pretérito possui um viés modal quando diz respeito às funções nocionais (dúvida, hipótese, suposição, probabilidade), como também às formas de polidez e desejo de acordo com Travaglia (1999).

Ainda com relação a esse fato, o futuro do pretérito, que é chamado de condicional, quando usado nos casos acima, isto é, nas funções nocionais (que não exprimem tempo), não faz referência aos “mundos possíveis” (característica das funções temporais); ao contrário, traz em sua essência um “vir-a-ser carregado de incertezas, com numerosos empregos modais” (idem). Assim, quando o verbo estiver no futuro do pretérito e esse verbo indicar *estado*, ou seja, um modo do qual o usuário se utiliza para dizer ao seu emissor como se desenvolve a situação, o que determina esse uso é a noção de mundo e o conhecimento prévio que o indivíduo traz consigo, para que haja interpretação e aceitação da frase. É o que vemos no exemplo abaixo:

85. “*Seria*, porem, compatível essa maneira de ver as cousas com as suas vistas, com os seus intuitos, com a sua consciência?” (A Vida de Antonio Rodrigues Ferreira, 1876)

Tabela 19: Atuação do fator Século na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito

| Séculos | Aplicação/Total | Percentual |
|---------|-----------------|------------|
| XVIII | 4/71 | 5.6% |
| XIX | 43/212 | 20.3% |
| XX | 20/53 | 37.7% |

Conforme o exposto, é no século XX que notamos um destaque maior do uso do futuro do pretérito na função nocional de possibilidade, com 37.7%, seguido do século XIX, com 20.3%, e do século XVIII, com 5.6%. Isso pode nos revelar que outra forma verbal assumia a noção de possibilidade, e que, ao passar do tempo, o futuro do pretérito incorporou essa função.

Tabela 20: Atuação do fator Gênero Textual na função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito

| Gêneros | Aplicação/Total | Percentual |
|---------------------|-----------------|------------|
| Documentos oficiais | 55/293 | 18.8% |
| Cartas | 1/4 | 25.0% |
| Discursos políticos | 11/39 | 28.2% |

Com relação ao gênero textual, a função nocional de possibilidade codificada pelo futuro do pretérito é mais evidenciada nos *discursos políticos*, com 28.2%, seguido do gênero *carta*, com 25.0%, e dos *documentos oficiais*, com 18.8%. Esses resultados confirmam nossa hipótese, que cogitava que o uso do futuro do pretérito, atrelado à noção de possibilidade, era mais evidente nos discursos políticos, pois nesse gênero ficam mais evidentes as características de situações *prováveis de acontecerem*.

7.2.6 A função nocional de polidez

Com relação à noção de *polidez*, verificamos que o indivíduo escolhe o futuro do

pretérito para demonstrar a não certeza dos acontecimentos narrados. Partindo dessa premissa, que remonta à nossa hipótese, analisaremos, por meio da tabela abaixo, os resultados a que chegamos com relação à modalidade, à estrutura temporal e à tipologia verbal. Posteriormente, analisaremos os fatores extralinguísticos, século e gênero textual.

Tabela 21: Atuação da Modalidade na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|------------|-----------------|------------|
| Irrealis 1 | 0/60 | 0.0% |
| Irrealis 2 | 12/140 | 8.6% |
| Irrealis 3 | 1/83 | 1.2% |
| Irrealis 4 | 0/53 | 0.0% |

Diante da tabela acima, verificamos que o fator mais relevante para a nossa pesquisa foi *irrealis2*, pois o percentual foi de 8.6%, resultado este que confirma nossa hipótese, a qual dizia que o uso do futuro do pretérito é feito quando se quer expressar polidez, pois as características das funções modais na *posteridade nocional de polidez* são evidenciadas no momento em que se utilizam as marcas de *pedido* por meio de uma condição no futuro do pretérito, conforme explicitado no exemplo 86:

86. “Será que V. Sa. *poderia* pelo menos averiguar as ideias do provedor da Comarca de Santo Antonio de Quixeramobim sobre o crescimento da nossa Villa?”

Vale ressaltar que o baixo percentual da análise dos dados é devido ao fato da pequena quantidade de ocorrências; ao tratarmos da *irrealis 2*, existem somente 12 casos de polidez e muitos para as outras funções, do que decorre o baixo percentual exposto na tabela 21. Ainda conforme a análise, em termos de tendência, ela é verticalizada, isto é, ao considerarmos o fator *irrealis* ocorre mais o *irrealis 2*, o que não quer dizer que esse percentual considera a totalidade dos dados, e sim, a quantidade encontrada no material pesquisado para uma das funções.

Tabela 22: Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Anterioridade | 0/38 | 0.0% |
| Simultaneidade | 1/53 | 1.9% |
| Posterioridade | 12/245 | 4.9% |

Quanto à estrutura temporal codificada pelo futuro do pretérito, na função nocional de polidez, vemos que a *posterioridade* foi o fator mais significativo. A partir desse fato, afirmamos que o futuro do pretérito é escolhido no momento em que a caracterização da polidez, na frase, segue *posterior* ao momento de referência da situação narrada, como mostra o exemplo 87, já citado acima:

87. “Será que V. Sa. *poderia* pelo menos averiguar as ideias do provedor da Comarca de Santo Antonio de Quixeramobim sobre o crescimento da nossa Villa?”

Dessa forma, verificamos que nossa hipótese foi refutada, pois consideramos que a função nocional de polidez, por ser um pedido, ocorria *simultaneamente* ao momento de referência. O que vemos, então, no exemplo acima, é uma situação de pedido (“poderia”) ocorrendo posteriormente a uma situação (“será”).

Tabela 23: Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Accomplishment | 0/9 | 0.0% |
| Estado | 6/89 | 6.7% |
| Achievement | 4/104 | 3.8% |
| Atividade | 3/134 | 2.2% |

No que diz respeito à tipologia verbal relacionada à função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito, vimos que os verbos que indicam *estado* foram aqueles de

maior significação, perfazendo 6.7%, seguidos dos verbos que indicam *achievement*, com 3.8% e *atividade*, com 2.2%. Vejamos, no exemplo 88, o uso do futuro do pretérito cuja tipologia é a de *estado*:

88. “... assim, perguntei a elle: ‘*seria* de bom alvitre levar as propostas do Senhor Ancantara para que Coutinho de Oliveira pudesse estudá-la com maior minúcia? Elle acreditou que sim, que era possível.’”

Assim sendo, podemos dizer que nossa hipótese foi confirmada, pois evidenciamos o uso do futuro do pretérito ao indicar polidez quando a tipologia verbal referir-se àqueles que indicarem estado. Lembramos que, de acordo com Travaglia (2006), o futuro do pretérito, ao marcar uma noção aspectual que se refere à noção modal, condiz com verbos cujo aspecto é cursivo ou durativo, como os verbos *ser* e *estar*.

Tabela 24: Atuação do fator Século na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito

| Séculos | Aplicação/Total | Percentual |
|---------|-----------------|------------|
| XVIII | 3/71 | 4.2% |
| XIX | 10/212 | 4.7% |
| XX | 0/53 | 0.0% |

Inicialmente, chamamos a atenção pelo fato dos percentuais serem pequenos, haja vista os poucos dados coletados que se referiram à noção de polidez atrelada ao uso do futuro do pretérito em textos escritos formais. O uso do futuro do pretérito para a noção de polidez, teve 4.7% das ocorrências no século XXI, seguido do século XVIII, com um decréscimo do uso dessa forma verbal, perfazendo 4.2%. O século XX, como verificamos, não representou significação para nossa pesquisa. Isso revela que o uso do futuro do pretérito, atrelado à noção de polidez, é *substituído* por outra forma verbal que também indica a noção de polidez.

Tabela 25: Atuação do fator Gênero Textual na função nocional de polidez codificada pelo futuro do pretérito

| Gêneros | Aplicação/Total | Percentual |
|---------------------|------------------------|-------------------|
| Documentos oficiais | 10/293 | 3.4% |
| Cartas | 0/4 | 0.0% |
| Discursos políticos | 3/39 | 7.7% |

Pelo exposto, vimos que o futuro do pretérito foi mais encontrado no gênero textual discurso político, com 7.7% dos resultados analisados, seguido dos documentos oficiais, com 3.4%. O gênero carta não foi significativo para a nossa pesquisa, o que, talvez, se deva ao fato de que no gênero textual carta, não há o distanciamento comunicativo entre os interessados no discurso; contrariamente, a carta aproxima mais os interlocutores, evidenciando, assim, proximidade discursiva que outros gêneros textuais como os discursos políticos e documentos oficiais não possuem.

7.2.7 A função nocional de desejo

É na *posteridade nocional de desejo* que o indivíduo determina o uso do futuro do pretérito no discurso para caracterizar sua vontade, segundo Travaglia (1991). Assim sendo, em nossos dados, assinalamos que quando o falante usa o futuro do pretérito, arrola-se a modalidade epistêmica, pois a utilização desse tempo verbal influencia nas noções de desejo possível de ser realizado. Vejamos, a seguir, os resultados estatísticos referentes a essa função.

Tabela 26: Atuação da Modalidade na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Irrealis 1 | 7/60 | 11.7% |
| Irrealis 2 | 0/140 | 0.0% |
| Irrealis 3 | 0/83 | 0.0% |
| Irrealis 4 | 0/53 | 0.0% |

Somente o fator *irrealis I* foi significativo, pois apresentou uma porcentagem de 11.7% . Para os outros fatores em questão, não há dados. Abaixo, citamos exemplo para ilustrar a análise da atuação da Modalidade na função nocional de desejo:

89. “... não sabia como, mas *gostaria* de ver a Villa Real de Sobral livre daquelles que não a mereciam habitar nessa Comarca.” (Registros Da Memoria na Villa Real de Sobral, 1872)

Observamos que à função nocional de desejo, o fator *irrealis I* (volição) surgiu em detrimento dos demais fatores em virtude do caráter volitivo que o futuro do pretérito impõe no enunciado, o que reafirma nossa hipótese, a qual supunha que o usuário elege o futuro do pretérito quando quer expressar uma noção de caráter volitivo, ao mesmo tempo que destaca um distanciamento entre os interlocutores. Isso é validado pelo *acordo* dos traços [+pretérito] [+futuro], que significa um ponto de referência independente do momento da fala pelas duas influências temporais acima citadas (HAVERKATE, 1994, p. 143). Essas duas influências temporais faz com que exista a impressão de um *distanciamento* referente às intenções do indivíduo que a profere e o ouvinte, o que reforça a ideia de que quanto mais os interlocutores não se conhecem, mais se evidencia uma *distância social* que é vista como um fator importante para selecionar a estratégia⁵⁰ de atenuação na formulação das vontades já que, nas interações comunicativas, os falantes tendem a abrandar certos atos de fala. O emprego dessa tática discursiva surge quando os interlocutores são distantes e *estão* distantes no discurso, mantendo, assim, o princípio do respeito comunicativo.

Tabela 27: Atuação da Estrutura Temporal na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|-----------------|------------|
| Anterioridade | 4/38 | 10.5% |
| Simultaneidade | 1/53 | 1.9% |
| Posterioridade | 2/245 | 0.8% |

⁵⁰ Estratégia, aqui, é vista como um processo cognitivo que engloba uma hipótese. Na perspectiva givoniana (1979), estratégia refere-se a uma espécie de “troca de palavras”.

Como podemos observar, o fator que mais influenciou a estrutura temporal no que se refere à função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito foi o de *anterioridade*, com 10.5%, seguido dos fatores *simultaneidade*, com 1.9% e *posteridade*, com 0.8% dos resultados alcançados. Esse resultado confirma nossa hipótese inicial, pois defendíamos que o indivíduo opta pelo futuro do pretérito quando sua intenção é demonstrar sua vontade *anteriormente* ao momento da ocorrência por ele narrada, com vemos no exemplo 90:

90. “... não sabia como, mas **gostaria** de ver a Villa Real de Sobral livre daquelles que não a mereciam habitar nessa Comarca.” (Registros Da Memoria na Villa Real de Sobral, 1872)

Desse modo, percebemos que há um *desejo* de ver a cidade de Sobral sem aqueles que não se interessam por ela (o desejo é anterior à situação em que é habitada por pessoas que não deveriam nesta cidade morar, segundo o autor da frase). Esse fato, que é o que é narrado no momento da fala do indivíduo, é sucedido pela vontade anteriormente explicitada pelo usuário.

Tabela 28: Atuação do Tipo de Verbo na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito

| Fatores | Aplicação/Total | Percentual |
|----------------|------------------------|-------------------|
| Accomplishment | 0/9 | 0.0% |
| Estado | 4/89 | 4.5% |
| Achievement | 1/104 | 1.0% |
| Atividade | 2/134 | 1.5% |

A partir da leitura acima, observamos que o tipo de verbo que mais influencia na escolha do futuro do pretérito é o que denota *estado*, com 4.5% dos resultados obtidos. Em seguida, temos os verbos que indicam *atividade*, com 1.5%, e por último, os verbos indicativos de *achievement*, com 1.0%, resultado esse que confirma nossa hipótese, pois o indivíduo, quando expõe uma vontade, elege o futuro do pretérito com verbos que indiquem *estado*, já que as vontades são faculdades que o sujeito tem de querer, de praticar ou não determinados atos. Vejamos o exemplo 91:

91. “*Seria* defeito de temperamento?” (Memórias do Pe. Vicente José Pereira – 2ª parte, 1823)

Tabela 29: Atuação do fator Século na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito

| Séculos | Aplicação/Total | Percentual |
|---------|-----------------|------------|
| XVIII | 1/71 | 1.4% |
| XIX | 6/212 | 2.8% |
| XX | 0/53 | 0.0% |

Percebemos que é no século XIX que a função nocional de desejo é codificada pelo futuro do pretérito com 2.8%, seguido do XVIII, com 1.4%. O século XX não nos foi significativo. Esses resultados, assim, confirmam, em parte, nossa hipótese, pois segundo a mesma, o fator tempo influencia no uso da forma verbal em questão.

Coletamos poucos dados da função nocional de desejo pelo fato do material a ser pesquisado não ter apresentado um número significativo para análise. Como trabalhamos com dados da escrita e que se dividem em documentos oficiais, discursos políticos e cartas, cremos que esse *corpus* não ofereceu situações suficientes para que se utilizasse a forma verbal em questão especialmente em se tratando de valores funcionais de volição.

Tabela 30: Atuação do fator Gênero Textual na função nocional de desejo codificada pelo futuro do pretérito

| Gêneros | Aplicação/Total | Percentual |
|---------------------|-----------------|------------|
| Documentos oficiais | 6/293 | 2.0% |
| Cartas | 0/4 | 0.0% |
| Discursos políticos | 1/39 | 2.6% |

É no gênero textual *discurso político* que o futuro do pretérito aparece para codificar a função nocional de desejo, com 2.6% dos resultados, seguido do gênero

documentos oficiais, com 2.0%. Vimos que o gênero carta não foi significativo para nossa pesquisa. Em face da pequena quantidade dos dados considerados para os gêneros textuais acima, bem como a pouca ocorrência nos gêneros supracitados, com relação aos percentuais, não foram significativos para que pudéssemos obter uma análise a contento.

Ao tratarmos dos resultados estatísticos aqui abordados, podemos deduzir contextos prototípicos de uso do futuro do pretérito: função/funções que apresentou/apresentaram mais dados; o que se destacou com relação às motivações em análise; o porquê de certos fatores apresentarem percentuais muito altos e outros fatores, percentuais muito baixos. Eis o que faremos na seção 7.4, após tecermos algumas considerações sobre variação e mudança em 7.3.

7.3 Algumas considerações sobre variação e mudança

No que diz respeito às análises variacionistas, não encontramos, no material pesquisado, variação entre (i) futuro do pretérito e presente do indicativo e (ii) futuro do pretérito e futuro do presente, como abordamos nas nossas hipótese iniciais; contudo, a alternância entre o futuro do pretérito e imperfeito do indicativo, embora seja escassa, se faz presente em dados que são mostrados a seguir. Abaixo, transcrevemos as ocorrências de pretérito imperfeito, forma que pode ser substituída pelo futuro do pretérito, a título de informação, o que nos parece ser um indício de que há variação entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo. Assim sendo, evidenciamos que embora tenham surgido apenas nove dados na escrita, presumimos que na linguagem oral esses dados são mais frequentes, haja vista as mudanças linguísticas ocorrerem muito antes na fala, para depois inserirem-se no campo da escrita.

92. “Si nos faltassem absolutamente documentos, que viessem em abono á nossa opinião, ahi *estavam* em nosso favor as proprias palavras do Senhor Major Joao Brigido (...)”. (Registros Da Memoria Dos Primeiros Estabelecimentos na Villa de Santa Cruz de Aracaty, 1782).

93. “Si elle ainda tivesse de enfrentar com o governo que creara o tribunal de sangue, (...) bem *podia* dirigir-lhe a mesma terrível imprecação, que Seneca poz, na sua Tragedia *Hercules* (...)”. (Resumo Cronologico Da Historia Do Ceará pelo Major Joao

Brigido, 1772).

94. “Estavam marcadas as eleições primarias para 3 de Novembro, nas quaes *deviam-se apresentar* os conservadores...” (Biografia de Pessoa Anta, 1889)

95. “Se não fossem as palavras, quaes raios fulminantes de Ruy Barboza, a monarchia não *tinha caído* em 1889...”. (Conferência – Dr. Virgilio Brigido, 1889)

96. “Gaia, certamente, o convenceu de que *devia mandal-a* por um escravo... enquanto Andrade se achasse naquelle sitio...”. (A correspondencia de Bernardo Manoel, 1799)

97. “... assim que viu a diligencia partir, disse ao Commandante Pereyra de Castro que, se pudesse, *voltava* a commandar, ele mesmo e sozinho, sua diligencia na cidade.” (A correspondencia de Bernardo Manoel, 1799)

98. “Por isso é que Martins Sobrinho não poupou esforços para dizer o quanto *gostava* de que essa informação fosse verdade.” (...)” (Discurso da Posse de Tomás Pompeu, 1889)

99. “... si o Juiz da Commarca de Villa Real de Sobral não soubesse que no deposito estavam as armas de fogo, o delegado *tinha mandado* expedir a devolução ao destacamento de policia...” (Resumo Cronologico Da Historia Do Ceará pelo Major Joao Brigido, 1772)

100. “Apesar das provas de confiança... que o autorizava a manter-se na governaçã pelo tempo que lhe aprouvesse, *preferia* voltar ao Recife...” (Memórias do Pe. Vicente José Pereira – 2ª parte, 1823)

Os contextos condicionais – aos quais são designados valores modais – bem como os contextos cuja função é temporal são empregados também com o *imperfecto do indicativo* nos exemplos acima, que são decorrentes da sua relação com um tempo passado no contexto situacional. Vemos que mesmo sendo variantes do futuro do pretérito, as formas do imperfecto do indicativo continuam expressando futuridade em relação a um passado,

modalizado ou não modalizado, reforçando, assim, a equivalência funcional entre as duas formas verbais em questão.

Face ao exposto, retomamos as pesquisas variacionistas que atestam a variação entre o imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito na oralidade, como é o caso de Costa (1990, 1997, 2003): “O Futuro do Pretérito e Suas Variantes: Um Estudo de Mudança em Tempo Real de Longa Duração”; “A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro”; “O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo diacrônico”; Silva (1998): “A alternância entre as formas verbais terminadas em **-va**, **-ia**, **-ria** dos usuários da cidade de Florianópolis”; Domingos (2003): “Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado”; Santos (2003): “O futuro verbal é um tempo ou um modo?”; Coroa (2005): “O Tempo nos Verbos em Português: uma introdução à sua interpretação semântica”; Barbosa (2005): “A variação entre futuro do pretérito e imperfeito do indicativo em orações condicionais iniciadas por SE na fala Uberlandense”; Dias (2007): “Variação e funcionalidade modo-temporal no Português Oral de Fortaleza/CE: futuro do pretérito *versus* pretérito imperfeito, na codificação de eventualidade em construções condicionais”, às quais correlacionamos, diacronicamente, as ocorrências de variação das duas formas verbais nos dados do *corpus* analisado, já que encontramos casos que evidenciam a alternância entre elas.

Especificamente, recorreremos ao trabalho de Dias (2007) para expormos uma abordagem da variação e funcionalidade do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito em dados do português oral culto da cidade de Fortaleza, em que a alternância entre as formas de pretérito imperfeito e futuro do pretérito, na oração nuclear (apódose) acoplada à oração adverbial condicional (prótase), reflete a existência de uma regra variável. A partir de uma perspectiva sincrônica, analisamos o porquê destas formas verbais se alternarem e quais foram os fatores que condicionaram a escolha do imperfeito e do futuro do pretérito. Abordamos os princípios funcionalistas *marcação* e *iconicidade*, no que tange à codificação estrutural (forma simples/forma perifrástica) e à ordem estrutural (prótase + apódose ou apódose + prótase); as categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência, mediante análise das situações codificadas pelo futuro do pretérito ou pelo imperfeito, em que avaliamos a estrutura temporal, o tipo de verbo e os graus de certeza (atitude do falante). Referindo-se aos fatores extralinguísticos, consideramos sexo e tipo de inquérito.

Ao correlacionarmos a pesquisa de Dias (2007) com os resultados da pesquisa atual sobre a multifuncionalidade do futuro do pretérito, percebemos que, na perspectiva sincrônica feita em Dias (2007), foram encontrados 167 dados, dos quais 85 com o futuro do pretérito e 82 com o imperfeito do indicativo nas construções condicionais do português oral de Fortaleza, dados estes que foram catalogados nas décadas de 80 e 90. Já com relação à pesquisa em questão, de viés diacrônico, encontramos 336 dados com o futuro do pretérito distribuídos nas seis funções aqui estudadas, mais nove dados com o imperfeito do indicativo, em construções condicionais retirados dos documentos históricos catalogados no Instituto do Ceará. Dessa forma, esse fato revela que, desde o século XVIII até o século XX, o futuro do pretérito assume funções que são usadas no discurso. Já com relação ao uso do imperfeito do indicativo em construções condicionais, já encontramos indícios, na escrita, desde o século XVIII, perpassando pelos séculos XIX e XX, o que vem ao encontro da pesquisa de Dias (2007), pois a tendência de mudança nas condicionais percorrem um curso temporal, já que a encontramos há três séculos. A escolha da pesquisa de Dias (2007) para comparação com a pesquisa em questão se deve ao fato de os dados serem da mesma localidade, porém de períodos temporais diferentes, o que corrobora uma análise linguística sincrônica e diacrônica do futuro do pretérito.

Embora as ocorrências da variante futuro do pretérito sejam em número maior, o imperfeito do indicativo mostrou um percentual expressivo no discurso (48%), o que comprova a significância do fenômeno da variação destas duas formas verbais.

Já com relação às funções codificadas pelo futuro do pretérito em uma perspectiva diacrônica, propusemo-nos a analisá-las conforme Travaglia (1999) em produções escritas do Instituto do Ceará.

A partir dos fatores linguísticos como estrutura temporal, modalidade (níveis de *irrealis*) e tipologia verbal (aspecto), e dos fatores extralinguísticos (século e gênero textual), analisamos os dados em que aparecia o futuro do pretérito, para apresentar um panorama histórico do uso da gramática vigente nos séculos XVIII, XIX e XX.

Em suma, com base nos estudos citados, diacronicamente e sincronicamente, concluímos que as formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito competem

entre si desde o século XVIII, quando a noção de condição e ou hipótese faz-se presente em um enunciado escrito, pois, nos séculos escolhidos para a análise diacrônica – XVIII, XIX e XX – foram encontrados dados que comprovem tal fato, embora não houvesse dados suficientes para uma análise mais aprofundada. Percebemos, assim, que não é de hoje que as duas formas verbais exercem a mesma função nocional de condição, tanto no que diz respeito aos textos escritos quanto à oralidade. Ressaltamos que até o presente momento, não encontramos na literatura vigente, pesquisas que abordem uma perspectiva diacrônica da variação e funcionalidade do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito.

7.4 Prototipia: algumas considerações

A categorização por protótipos diagnostica o grau de *relacionamento* de uma categoria a partir das características de um componente mais principal desta categoria (TAYLOR, 1989). Conforme o autor, os indivíduos que compartilham o uso de uma língua materna formalizam categorizações de elementos linguísticos com o mesmo caráter como constituem classificações de objetos naturais e/ou culturais. Assim, é presumível diferenciar termos de nível básico, ou seja, exemplares mais exatos, mais típicos de uma categoria que representam um padrão dentro dessa mesma categoria. O autor atenta para o fato de que o grau de relação que uma categoria possui *não depende* da periodicidade de ocorrência de componentes prototípicos. Em outros termos, a elevada constância de ocorrência desses componentes prototípicos é tão somente indício de prototipicidade, e não a sua causa.

De acordo com Givón (2001), a forma prototípica aparece como um meio-termo baseado na experiência linguística. Os atributos categoriais fundamentados em protótipos geram uma adaptação necessária das exigências no desenvolvimento da informação, que é a de acionar com rapidez categorias frequentes e com menos rapidez as que são menos frequentes. Os componentes mais prototípicos de uma categoria estão propensos a serem processados instintivamente, pois já estão sedimentados nos esquemas linguísticos dos usuários da língua. (GIVÓN, 2001, p. 33-34).

Em Neves (2006), é a partir da analogia entre conhecimento e gramática que se ajusta a prototipia, ou seja, a classificação dos componentes de uma categoria de acordo com as relações de afinidade entre os mesmos. Assim, partindo do princípio de que *protótipo é o modelo mais perfeito* ou o conjunto desses modelos mais perfeitos de uma categoria, a

inserção de um componente em uma categoria seria feita em virtude da semelhança com os *modelos mais perfeitos* da tal categoria. Para tanto, destacamos o posicionamento de Bybee et al. (1991) quando diz que o papel prototípico de formas gramaticais de futuro é de *marcar um prenúncio* sobre o que está sendo feito ou o que *poderia ser feito*. Além do mais, como os prenúncios são espécies de afirmações categóricas, contextos em que aparece o futuro do pretérito, seu uso é motivado pelo domínio semântico-discursivo. Por sua vez, essas motivações, influenciariam a gramaticalização dessa forma verbal no português, pois na língua latina não havia futuro do pretérito, e sim a noção de condicional atrelada ao uso do imperfeito mais o auxiliar *habere* no presente do indicativo, formando, assim, uma perífrase verbal. Conforme Fleischmann (1982, p. 137), das línguas surgidas a partir do Latim, a nomenclatura futuro do pretérito somente aparece na língua portuguesa. A função do futuro do pretérito, como foi dito antes, era exercida pela locução verbal imperfeito + auxiliar no presente do indicativo, pondo em relevo a relação entre as categorias de tempo e modo, que perfazem o campo funcional da modalidade *irrealis*, na expressão dos contextos de uso do futuro do pretérito, como os marcadores de possibilidade e probabilidade, marcadores de intenção, desejo e volição.

O domínio abrangente da expressão de tempo passado refere-se aos meios linguísticos para as situações que ocorreram/poderiam ocorrer em momento anterior/posterior como mostra Côroa (2005), que, abalizada em Reichenbach (1947), define-o em função da articulação do MR – ME – MF, em que o MR é anterior ao MF, que é anterior ao ME, noção de tempo *prototipicamente* ligada ao passado condicional (futuro do pretérito). As marcas temporais possuem em comum o fato de se aludirem a circunstâncias que aconteceram (ou poderiam ter acontecido) no passado; isto é, as formas prototípicas agregadas a cada uma dessas marcas relacionadas ao futuro do pretérito podem ser encaradas como equivalentes se levarmos em consideração a função semântico-discursiva tempo passado.

Na acepção das marcas de passado condicional, por exemplo, o momento do evento é anterior ao momento de referência e o fato é visto como futuro a partir de um ponto de vista passado; como essa possibilidade é considerada a partir de uma referência que se põe antes do fato, o momento de referência é anterior ao momento do evento. Interessante notar que o imperfeito do indicativo interpõe-se nesse mesmo campo funcional, nascendo, daí, a variação linguística entre essas duas formas, nos contextos condicionais, quando se trata da oralidade.

Já no que diz respeito ao passado cronológico, o futuro do pretérito anuncia um tempo dentro de fatos narrados e que se situa em uma linha temporal cujo momento do evento e o momento de referência encontram-se no passado, atuando neles uma outra ação que *poderia ter sido efetuada por completo ou não*, e o momento da fala é o atual.

Ao observarmos o valor temporal do futuro do pretérito no exemplo 99, considera-se algo antes da enunciação que antecede o momento da fala (pretérito) e o momento do evento como posterior (futuridade).

101. “(...) quando a humanidade surgia do berço, uma via de comunicações se apagou e nunca mais *se-reabriria* sem os recursos da sciencia.” (Origem americanas, imigrações prehistoricas, 1778)

Ainda com relação ao futuro do pretérito, objeto de estudo desta Tese, os contextos prototípicos estão assim configurados:

1. Função temporal cronológica: o futuro do pretérito aparece em destaque quando o fato é *irrealis 2*, a estrutura temporal é *posterior* ao momento de referência e o tipo de verbo é *accomplishment*;

2. Função temporal polifônica: o futuro do pretérito aparece em destaque quando o fato é *irrealis 1*, a estrutura temporal é *simultânea* ao momento de referência e o tipo de verbo é de *estado*.

3. Função nocional de condição: o futuro do pretérito ocorre mais frequentemente quando o fato é *irrealis 3*, a estrutura temporal é *posterior* ao momento de referência e o tipo de verbo é *achievement*.

4. Função nocional de possibilidade: evidencia-se o uso do futuro do pretérito quando o fato exprimir *irrealis 4*, a estrutura temporal é *anterior* ao momento de referência e o tipo de verbo é de *estado*.

5. Função nocional de polidez: o futuro do pretérito é mais usual quando o fato

expressa *irrealis 2*, a estrutura temporal é *posterior* ao momento da referência e o tipo de verbo é de *estado*.

6. **Função nocional de desejo:** o futuro do pretérito é mais frequente quando o fato exprime *irrealis 1*, a estrutura temporal é *anterior* ao momento de referência e o tipo de verbo é de *estado*.

7.5 Iconicidade e Marcação: algumas considerações

Considerando-se que as formas verbais em Língua Portuguesa passam por *reorganizações* linguísticas, destacamos que, para preencher os valores assumidos pelo futuro do pretérito, perífrases verbais estão sendo cada vez mais utilizadas, como apontam vários estudos, citados nesta tese, sobre variação das formas verbais na oralidade, como é o caso de Costa (1997, 2003), Silva (1998), Travaglia (1999), Karam (2000), Barbosa (2005), Dias (2007) e Freitag (2011) a título de exemplos. Essas transformações explicam-se por processos linguísticos no tempo, no transcurso do Latim clássico para o Latim vulgar, desencadeando nas línguas românicas. O uso frequente de perífrases pode indicar que, atualmente, estas são estruturas não marcadas, se considerado o subprincípio da distribuição de frequência - a categoria marcada tende a ser menos frequente do que a não-marcada (subprincípio atrelado ao princípio da marcação, conforme Givón, 1990). No entanto, se considerado o subprincípio da complexidade estrutural - a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a não-marcada (idem, ibidem), pode-se dizer que as perífrases são estruturas marcadas. Givón (1991) ressalva, porém, que a marcação deve ser analisada contextualmente, pois uma estrutura que é marcada em um contexto pode não ser marcada em outro. A análise do que é mais e menos marcado depende, então, de diversos fatores que configuram o contexto de ocorrência do dado em análise: fatores de natureza linguística e fatores de natureza extralinguística. Eis o que faremos a seguir, considerando-se os grupos de fatores testados nesta pesquisa.

Quanto à iconicidade, vimos, a partir da análise dos dados, que não há correlação de um-para-um entre a forma do futuro do pretérito e uma função, já que foram evidenciadas seis funções: função temporal cronológica, função temporal polifônica, função nocional de condição, função nocional de possibilidade, função nocional de polidez e função nocional de desejo. Notemos também que embora os resultados da pesquisa confirmem a hipótese

referente à multifuncionalidade, há mais produtividade da função temporal cronológica.

Em se tratando da marcação, especificamente em relação ao subprincípio da distribuição de frequência, a função menos marcada, portanto, a mais frequente é a função temporal cronológica; já as funções mais marcadas, portanto, as menos frequentes são as que expressam posteridade nocional de polidez e de desejo. Com relação aos contextos de ocorrência de cada função sob análise, considerando-se os fatores linguísticos sob análise, são menos marcados, portanto mais frequentes, os seguintes contextos: a) para a **função temporal cronológica**: *irrealis 2*, estrutura temporal *posterior* ao momento de referência e verbo *accomplishment*; b) para a **função temporal polifônica**: *irrealis 1*, estrutura temporal *simultânea* ao momento de referência e verbo de *estado*; c) para a **função nocional de condição**: *irrealis 3*, estrutura temporal *posterior* ao momento de referência e verbo *achievement*; d) para a **função nocional de possibilidade**: *irrealis 4*, estrutura temporal *anterior* ao momento de referência e verbo de *estado*; e) para a **função nocional de polidez**: *irrealis 2*, estrutura temporal *posterior* ao momento da referência e verbo de *estado*; f) para a **função nocional de desejo**: *irrealis 1*, estrutura temporal *anterior* ao momento de referência e verbo de *estado*.

No que se refere aos fatores extralinguísticos, são mais frequentes, portanto menos marcados, os seguintes contextos: a) para a **função temporal cronológica**: século XVIII no gênero carta; b) para a **função temporal polifônica**: século XIX no gênero discurso político; c) para a **função nocional de condição**: século XIX no gênero discurso político; d) para a **função nocional de possibilidade**: século XIX no gênero discurso político; e) para a **função nocional de polidez**: século XIX no gênero discurso político; f) para a **função nocional de desejo**: século XIX no gênero discurso político.

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, abordamos as funções codificadas pelo futuro do pretérito (simples e composto) em dados de documentos escritos nos séculos XVIII, XIX e XX, do acervo do Instituto do Ceará. Ao tratarmos de cada função, codificada pela forma verbal sob análise, consideramos os contextos de situação escrita abalisando-nos pelos pressupostos teóricos do (Socio)funcionalismo. Aqui, nessas exposições finais, trouxemos à baila os principais tópicos apontados no desenrolar de nossa pesquisa para elencarmos seus contributos.

No capítulo primeiro, introduzimos o assunto justificando o propósito da nossa pesquisa, como também traçamos os objetivos que se apoiaram, de uma maneira geral, em mapear as funções codificadas pelo futuro do pretérito e analisar, sob perspectiva diacrônica, a multifuncionalidade dessa forma verbal em dados do Português dos séculos XVIII ao XX nos documentos históricos do acervo do Instituto do Ceará, considerando-se motivações linguísticas (morfossintáticas e discursivas) e extralinguísticas (século e gênero).

No capítulo segundo, tratamos dos fatos sócio-históricos da constituição da Língua Portuguesa no Brasil, para que se justificasse o início dos nossos estudos a partir do século XVIII, pois a mesma somente fora considerada idioma oficial do nosso país nesse período, sendo portanto, considerado “marco” das produções genuinamente “brasileiras”, ou seja, produções textuais em Língua Portuguesa desenvolvidas por brasileiros. Além do mais, é a partir deste século que se modifica o processo educacional no Brasil, sendo instituído, portanto, aulas organizadas por disciplinas; o ensino de línguas também foi institucionalizado, nessa época, por Marquês de Pombal.

Dando continuidade, no capítulo terceiro, apresentamos nosso escopo, que é o estudo do futuro do pretérito, sua situação histórica e gramatical desde o seu surgimento, ainda no Latim vulgar. Expomos, para tanto, as argumentações de vários estudiosos a respeito dessa forma verbal, incluindo a de Câmara Jr (1967) com a qual nos identificamos: as formas verbais da Língua Portuguesa terminadas em *-ria* são decorrentes das formas perifrásticas do pretérito latino *habeba* (auxiliar *habere*) que sofreu redução ainda no Latim vulgar para *habeam*, tendo, no Português arcaico, esse verbo auxiliar transformado-se nas formas *-ia*, *-ias*, *-ia*, *-iamos*, *-ieis*, *-iam* e estas eram usadas como formas compostas do verbo principal que se

encontrava no infinitivo: *estudar-ia*, *chamar-ia*, *vender-ia* para a ideia de futuro no passado. Sucede, porém, que essa forma também passou a aceitar pronomes oblíquos em sua composição, surgindo, assim, as mesóclises. Como na Língua Latina não havia o *modo condicional*, uma vez que se empregava ou o presente ou o pretérito perfeito do conjuntivo (subjuntivo) para que se pudesse ressaltar a ideia de futuridade, era manifestado pela perífrase *habebam cantar*, modificando-se para *havia cantar* no Português arcaico. O futuro do pretérito originou-se, então, das formas perifrásticas do pretérito latino, sofrendo redução ainda no Latim vulgar numa perspectiva morfológica, surgindo uma nova forma para indicar futuridade em relação a um fato já acontecido no passado. O futuro do pretérito foi assim denominado a partir das desinências modo-temporais que o caracterizaram como construção verbal, no Português arcaico. O futuro do pretérito constituiu-se, em princípio, de formas perifrásticas, indicando, assim, um “aspecto de modo” para esta estrutura verbal, até o momento em que estas formas perifrásticas “gramaticalizaram-se”, dando, assim, um “aspecto temporal” a esse futuro, surgindo, em Português, as formas verbais terminadas em *-ria* para o futuro do pretérito. Câmara (1975, p. 132), ao expor sobre a gramaticalização da forma perifrástica *amare habebam* em *amaria*, narra o fato de que essa última não extinguiu o caráter modal do futuro do pretérito, pois, apesar de se encontrar flexionada, prevalecem mais os aspectos modais do que os temporais.

Não marginalizando uma das características marcantes do futuro do pretérito – a condição e a irrealidade – seguimos Câmara Jr. (1967) ao asseverar que tanto uma quanto a outra são provenientes do tipo de enunciado proferido pelo falante, e de hipótese alguma em virtude de um *simples* traço morfêmico acoplado à forma verbal. Ainda nessa parte, expusemos, também, duas abordagens sobre o futuro do pretérito: a primeira, das gramáticas, desde a de João de Barros – datada de 1540 – até as mais conhecidas nos dias atuais; a segunda, relaciona essa forma verbal aos estudos descritivos.

É no capítulo quarto que desenvolvemos nosso suporte teórico, o qual se iniciou na linguística histórica, perpassando a Sociolinguística, e o Funcionalismo de Talmy Givón. No que diz respeito às ideias funcionalistas de Givón, seguimos as orientações do autor quando salienta que toda explicação linguística deve ser apanhada na relação linguagem e uso, ou seja, na totalidade de caráter social, isto é, a descrição dos usos linguísticos relaciona-se com a pragmática da interação verbal, em que as táticas das escolhas linguísticas acomodam-se aos padrões comunicativos. Ainda sobre a ótica givoniana, os princípios da

iconicidade, da marcação e a frequência de uso de uma expressão linguística são os fatores que direcionam os usos linguísticos, juntamente com fatores de ordem social. Neste mesmo capítulo, ao abordarmos a questão da gramaticalização, enfatizamos que o surgimento do futuro do pretérito nasceu da gramaticalização dos valores assumidos, nas situações comunicativas pelas perífrases verbais do imperfeito do indicativo e do imperfeito do subjuntivo.

No quinto capítulo, expomos as categorias verbais *Tempo*, *Aspecto* e *Modalidade*. No que se relaciona à categoria *Tempo*, traçamos os pressupostos de Reichenbach (1947); para a categoria *Aspecto*, destacamos comentários sobre o Aspecto verbal em Português e os estudos de Vendler (1967); para a categoria *Modalidade*, nossas observações pautam-se em Givón (1995) que nos diz que o falante adota em sua comunicação modos de como expressar o sentido e o grau de informação no discurso, como desejo, dúvida, certeza, polidez, possibilidade e ideia de futuridade.

É no capítulo sexto que apresentamos a metodologia da pesquisa em questão. Foi apresentado o *corpus* da pesquisa, retirado do Instituto do Ceará, bem como foram, também, apresentados os procedimentos de análise, com o mapeamento das funções codificadas pelo futuro do pretérito e os fatores de análise, quais sejam: modalidade, estrutura temporal, tipologia verbal, século e gênero textual.

No clímax da pesquisa encontramos, no sétimo capítulo, a análise dos dados codificados pelo futuro do pretérito. Selecionamos 336 dados em que apareceu a forma verbal já citada. Apresentamos os resultados estatísticos a partir do uso do GOLDVARB. As seis funções textuais-discursivas elencadas pelo futuro do pretérito, conforme Travaglia (1999), serviram de base para que pudéssemos avaliar o uso da forma verbal futuro do pretérito. Com relação a uma possível competição com outra forma verbal, encontramos, somente, oito dados com o imperfeito do indicativo, o que nos leva a concluir que já se encontra em processo de variação o uso do futuro do pretérito e do imperfeito do indicativo na codificação das funções de condição e possibilidade.

No que tange às funções textuais-discursivas do futuro do pretérito, em número de ocorrências, observamos que os maiores resultados correspondem às funções temporal cronológica e nocional de condição, seguidas das funções temporal polifônica e nocional de

possibilidade. Vimos que as noções de polidez e desejo não tiveram destaque no que concerne às ocorrências.

Os resultados obtidos a partir da análise estatística dos fatores linguísticos – modalidade, estrutura temporal e tipologia verbal – encontram-se dispostos de acordo com as funções textuais-discursivas, constituindo, dessa forma o perfil da nossa pesquisa diacrônica. No que se refere à modalidade na **função temporal cronológica** codificada pelo futuro do pretérito, 85.7% das ocorrências codificam *irrealis 2*; à estrutura temporal, 38.0%⁵¹ dos dados estão relacionados à ideia de posterioridade ao momento de referência e 37.7% à simultaneidade; à tipologia verbal, 66.7% dos dados apontam que o uso do futuro do pretérito é escolhido quando as características aspectuais do verbo caracterizaram *accomplishment*; Já para os fatores extralinguísticos, como século e gênero textual, o que vimos foi um percentual de 59.2% no século XVIII da escolha do uso do futuro do pretérito e 50.0% das ocorrências apareceram nas cartas.

No que se refere à **função temporal polifônica**, a modalidade atingiu um percentual de 65% quando a escolha do futuro do pretérito indica *irrealis 1*. Quanto à estrutura temporal, obtivemos um percentual de 35.8% para simultaneidade; quanto ao tipo de verbo, o que temos é a caracterização aspectual dos verbos que indicam estado, com 19.1% dos usos; há 19.3% do uso da forma verbal em questão no século XIX; e são os discursos políticos que detêm uso mais frequente do futuro do pretérito: 23.1%.

A **noção de condição** liga-se aos fatos realizáveis e possivelmente não realizáveis, numa situação que envolva dúvida por parte do falante. Nessa função, a modalidade relacionada ao uso do futuro do pretérito foi *irrealis 3*, com 95.2% do total; a estrutura temporal, indicando posterioridade a um momento de referência obteve 31.4% do total; quanto ao aspecto, obtivemos 33.3% dos usos atrelados ao *accomplishment*; no que se refere ao século, é no século XIX que aparece o percentual de 25.0% do total; e quanto ao gênero, 35.9% estão ligados aos discursos políticos.

⁵¹ Considera-se 38% um percentual significativo pelo fato de os outros fatores serem ainda menos frequentes: 37.7% para simultaneidade e 21.1% para anterioridade. Veremos, na sequência, que há percentuais muito baixos para alguns fatores, mas mesmo assim os mais significativos, considerando-se os valores atribuídos aos demais fatores do grupo. Acrescente-se a isso o fato de as análises serem binárias, do que decorre baixo percentual para uma função em detrimento do conjunto de funções.

A **noção de possibilidade** também está relacionada a fatos ocorridos em um intervalo de tempo passado, cujo momento da fala é posterior à possibilidade. A atuação da modalidade nessa função está correlacionada à noção de *irrealis 4*, com um percentual de 96.2% do total; na estrutura temporal, o uso do futuro do pretérito ocorre quando há anterioridade ao momento de referência, com 34.2%; com relação ao aspecto, vimos que são os verbos que caracterizam estado que obtiveram o maior índice: 24.7% do total; é no século XX que se encontrou considerável frequência do uso do futuro do pretérito, 37.7%; e, quanto ao gênero, obtivemos 28.2% centrados nos discursos políticos.

A polidez caracteriza um grau mínimo de manipulação do falante em relação ao ouvinte, pois interesses comunicativos existem por parte do emissor para que algo possa se tornar *concreto*. Com relação à **função nocional de polidez**, a modalidade teve destaque quanto indicou *irrealis 2*, com um percentual de 8.6%; a posteridade foi a que mais se sobressaiu, com 4.9% das ocorrências; quanto ao aspecto, vimos que o uso do futuro do pretérito está atrelado àqueles que caracterizam estado, com 6.7% do total; quanto ao século, é no século XIX que vimos uma frequência maior em seu uso, com 4.7%; e quanto ao gênero, são os discursos políticos que tiveram o índice de 7.7% em relação aos outros gêneros textuais.

A noção de desejo destaca um distanciamento entre os interlocutores no discurso; embora o emissor tenha certeza da sua intenção, o mesmo não pode afirmar se o receptor do ato comunicativo compartilha, também, do mesmo nível de certitude da circunstância desejada. À **função nocional de desejo**, o que temos é a atuação da modalidade relacionada ao *irrealis 1*, com 11.7% do total. Já para a estrutura temporal, a anterioridade teve um resultado de 10.5%; o aspecto relacionado ao uso do futuro do pretérito foi caracterizado por verbo de estado, com, 4.5% do total; é no século XIX que observamos maior frequência, com 2.8% das ocorrências; e quanto ao gênero, os discursos políticos foram os que se sobressaíram, com 2.6% do total das ocorrências.

Analisando, então, nossas hipóteses iniciais, afirmamos que a configuração dos contextos de uso do futuro do pretérito depende da combinação de fatores linguísticos decorrentes do complexo tempo-aspecto-modalidade, pois asseveramos que a partir das funções desempenhadas pelo futuro do pretérito, o que existe é uma relação de *dependência* da situação referida pelo futuro do pretérito com uma outra situação que vem após seu uso,

ocorrida em um tempo passado. As noções de desejo, dúvida, condição/hipótese, probabilidade, polidez, dependendo do grau de intimidade entre os participantes do discurso, determinam mais proximidade ou menos proximidade com relação à situação comunicativa. Isso nos leva a pensar na possibilidade de competição com outras formas verbais, vindo a surgir, assim, variações de formas para uma mesma função e/ou funções.

Confirmando nossas hipóteses no que consiste à estrutura temporal e à tipologia verbal, podemos afirmar que o futuro do pretérito é escolhido por ressaltar a *posterioridade* ao momento de referência quando a função exercida pela forma verbal em questão indicar noção de futuridade e a noção de condição. Quando a função exercida indicar polifonia, ainda de acordo com nossa hipótese, temos a *simultaneidade* ao momento de referência em virtude do resguardamento da face, evitando, assim, o não-comprometimento do falante com o enunciado dito. A polidez, por se tratar de um pedido é *anterior* ao momento de referência quando o indivíduo opta pelo futuro do pretérito, pois sua intenção é demonstrar sua vontade *anteriormente* ao momento da ocorrência por ele narrada.

Em relação ao gênero textual, podemos dizer que, confirmando nossas hipóteses, nos discursos políticos e nos documentos oficiais, predominam as funções de polidez, de desejo, e de condição em virtude do público alvo se tratar de pessoas cultas se expressando a uma casta privilegiada da população; nas cartas, podemos dizer que ocorrem, predominantemente, as seguintes funções: de possibilidade e dúvida em virtude de o indivíduo ter um grau de proximidade maior com o destinatário. Já no que diz respeito ao tempo cronológico, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, não se detectaram mudanças significativas das funções codificadas pelo futuro do pretérito, o que vai de encontro à nossa hipótese de que, ao passar dos séculos XVIII, XIX e XX, a forma verbal em questão competia com outras formas, como o futuro do presente e o presente do indicativo em contextos que exprimissem respectivamente dúvida nas orações interrogativas e obrigação, dever. Já no que diz respeito ao imperfeito do indicativo, podemos ver que desde o século XVIII já havia alternância de uso com o imperfeito do indicativo, nas orações condicionais.

Com relação à prototipia do futuro do pretérito, dizemos que essa forma verbal, nos documentos históricos do Instituto do Ceará, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, teve seu uso ligado aos SEGUINTEs contextos linguísticos: **na função temporal cronológica: *irrealis 2***, estrutura temporal *posterior* ao momento de referência e verbo *accomplishment*;

função temporal polifônica: *irrealis 1*, estrutura temporal *simultânea* ao momento de referência e verbo de *estado*; **função nocional de condição:** *irrealis 3*, estrutura temporal *posterior* ao momento de referência e verbo *achievement*.; **função nocional de possibilidade:** *irrealis 4*, estrutura temporal *anterior* ao momento de referência e verbo de *estado*; **função nocional de polidez:** *irrealis 2*, estrutura temporal *posterior* ao momento da referência e verbo de *estado*; **função nocional de desejo:** *irrealis 1*, estrutura temporal *anterior* ao momento de referência e verbo de *estado*.

Em suma, esse panorama deixa claro os contextos prototípicos em que se utiliza o futuro do pretérito em produções escritas dos séculos XVIII, XIX e XX, pois essa forma verbal adota comportamentos modais e temporais ao mesmo tempo; o que o diferencia de outras formas verbais é justamente o fato de o futuro do pretérito agregar tanto a modalidade quanto a temporalidade em um mesmo enunciado.

Por fim, nossa pesquisa teve o intuito de contribuir para a descrição das expressões linguísticas em diacronia. Atentamos para o fato de que a este trabalho, somam-se outros de descrição e análise linguística, o que permite aos pesquisadores novos estudos sobre um panorama de como as formas verbais comportam-se nas situações comunicativas, aumentando, assim, o arcabouço de pesquisas relacionadas aos tempos verbais, especificamente à correlação forma-função.

REFERÊNCIAS

- ALI, Manoel Said. **Gramática Secundária de Língua Portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de Gramática do Português**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- AZEVEDO, Fernando. **A reconstrução educacional no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1932.
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **Gramática de Port-Royal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. **Gramática construtural da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1972.
- BARBOSA, Tatiane Alves Maciel. **A Variação entre Futuro do Pretérito e Preterito Imperfeito do indicativo em Orações Condicionais Iniciadas por “SE” na Fala Uberlandense**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2005.
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. Arquivo Público: Biblioteca da Ajuda – Lisboa – Portugal [1540]. Disponível em: www.estacaodaluz.org.br. Acesso em 30.09.2007.
- BYBEE, J., PERKINGS, R., PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- BYBEE, J. L. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: _____. JOSEPH, B., JANDA, R. (Eds.). **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.
- CAGLIARI, Massini Gladis. **Sobre o estatuto morfofonológico e Prosódico das formas verbais de futuro no português arcaico**. Estudos da linguagem, vol.3 14 p. UNESP – Araraquara, 2006.
- CÂMARA JR., J. M. **A Forma Verbal Portuguesa em -ria**. 2 ed. School of Languages and Linguistics da Georgetown University, Washington, D.C., 1967.
- _____. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria e Editora Ltda. 1975.
- _____. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Alfa, Marília, n.12, p.7-135, set.1967.

CASTRO, Ivo (1991). **Curso de história da língua portuguesa**. Universidade Aberta de Lisboa.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 26. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

_____. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 47. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

CERVONI, Jean. **A enunciação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COAN, Márluce. Conjecturas sobre mudança linguística. **Revista Interdisciplinar**. v. 4, – Edições de Letras – Itabaiana - Sergipe – Jul/Dez 2007, p. 9 - 21.

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: CUP, 1976.

COROA, M. L. M. S. **O Tempo nos Verbos em Português: uma introdução à sua interpretação semântica**. São Paulo: 2. ed. Parábola Editorial, 2005.

COSTA, A. L. dos P. **O Futuro do Pretérito e Suas Variantes: Um Estudo de Mudança em Tempo Real de Longa Duração**. 1990. 15 p. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 1990.

_____. **A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo diacrônico**. 275f. Tese (Doutorado em Linguística) - Rio de Janeiro, UFRJ/ Faculdade de Letras, 2003.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1968.

_____. **Gramática Histórica: linguística e filologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 2005.

CUESTA, Pilar Vásquez e; LUZ, Maria Albertina Mendes da. **Gramática de Língua Portuguesa**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda., 1971.

CUNHA, C. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC, 1972.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

DARMESTER, A. **Cours de Grammaire Historique de la langue Française**. 2 ed. Paris: Morphologie, 1940.

DIAS, Flávia Maurícia Pereira de Carvalho. **Variação e Funcionalidade Modo-Temporal no Português Oral Culto de Fortaleza /Ce: Futuro do Pretérito Versus Pretérito Imperfeito na Codificação da Eventualidade em Construções Condicionais no Passado.** 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, 2007.

DIK, Simon C. **The Theory of Functional Grammar.** Dordrecht-Holland/ Providence RI-U.S.A. Foris Publications, 1989.

DOMINGOS, R. de F. de A. **Variação no Uso do Imperfeito do Indicativo e Subjuntivo na Função de Cotemporalidade a um Ponto de referência Passado.** 125 f. Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis, 2003.

DUBOIS, J. **Dicionário de Lingüística.** 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

ELIA, Sílvio. **Fundamentos Histórico-Lingüísticos do Português do Brasil.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica.** 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

_____ & MOURA, F. M. **Gramática Escolar.** 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1994.

FIORIN, J. L. **As Astúcias da Enunciação, as Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo.** São Paulo: Ática, 1996.

FLEISCHMAN, Suzanne. **The Future in Thought and Language.** Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

FREITAG, Raquel Meister Ko. **Variação em categorias verbais: correlações entre forma e função.** Estudos linguísticos, São Paulo, 40 (2): p. 1121-1132, mai-ago 2011.

GABAS JÚNIOR, N. **Lingüística Histórica.** In: Fernanda Mussalim; Anna Christina Bentes. (Org.). **Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras.** São Paulo: Cortez Editora, 2 ed., v. 1, p. 76-101, 2000.

GARCIA, Othon. M. **Comunicação em Prosa Moderna.** 22. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GIVÓN, Talmy. **Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. Papers from the regional meeting of the Chicago Linguistic Society 7,** p. 394-415, 1971.

_____. **On understanding Grammar.** New York: Academic Press, 1979.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction.** v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction.** v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

_____. Serial verbs and the mental reality of “event”: grammatical vs. cognitive packing. TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: Benjamins, 1991, p. 81-127.

_____. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. In: **English Grammar: a functional-based introduction**. v. 1 e 2. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. Tense, aspect and modality In: functional organization. In: _____. **Syntax – an introduction**. v.1. Amsterdam: J. Benjamins, 2001, p.285-335.

GODOI, E. **Aspectos do aspecto**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 304 f. 1992.

GONÇALVES, S. C. L. et al. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L., LIMA-HERNANDES, M, CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.) **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRICE, Paul. **Meaning**, *The Philosophical Review*, vol. 66, n. 3. p. 377-388, 1957.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HAVERKATE, H. **La cortesía verbal: estudio pragmalinguístico**. Gredos, 1994.

HEINE, B. **Grammaticalization: A Conceptual Framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, Kees. **The Architecture of a Functional Grammar Discourse**. Preliminary version. Amsterdam, 2000.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: CUP, 1993.

HOPPER, P. Emergent grammar. **Berkeley Linguistics Society**, p. 139-157, 1987.

LEHMANN, C. J. Grammaticalization and Related Changes in Contemporary German. In: E. TRAUGOTT & B.HEINE (Eds.). **Approaches to Grammaticalization**, v. 2, Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991, p.493-535.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. v. 2, Paris: Minit, 1973.

JESPERSEN, Otto. **The Philosophy of Grammar**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1958.

KARAM, Lenara Meidel. **A Variação entre o Futuro do Pretérito, o Imperfeito e a Perífrase com o Verbo IR na Fala do RS**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

KEBRAT-ORECCHIONI, C. - **L'Enonciation**. Paris: Armand Colin, 1977.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, n. 44. Texas, 1978.

_____. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LEÃO, Ângela Vaz. **O período hipotético iniciado por se**. Belo Horizonte: UFMG, 1961.

LEHMANN, Christian. Grammaticalization and related changes in contemporary German. In: **Approaches to Grammaticalization**, Traugott, Elizabeth C. and B. Heine, 1991.

LICHTENBERK, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.). **Approaches to Grammaticalization**. v. 1. Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991, p. 37-80.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 269 f. Tese (Doutorado em Linguística), UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Sistema, mudança e linguagem**. Lisboa: Colibri, 2004.

LYONS, John. **Lingua(gem) e Lingüística** – uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MARTELOTTA, M. E. T. **Os circunstasnciadores temporais e sua ordenação**: uma visão funcional. 317 f. Tese (Doutorado em Linguística) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

_____. et al. O Paradigma da Gramaticalização. In: Mário E. T. Martelotta, Sebastião J. Votre & Maria Maura Cezario (Orgs.). **Gramaticalização do Português no Brasil**: uma Abordagem Funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 45-75.

MARTINET, André. **Économie des changements phonétiques**. Traité de phonologie diachronique. 8. ed. Paris: Maisonneuve & Larose, 2005.

_____. **Elementos de lingüística geral**. Lisboa: Sá da Costa, 1964.

_____. Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle? O funcionalismo em lingüística. **ALFA**. Universidade Estadual Paulista, vol. 38, p. 11-18, 1994.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. 6. ed. Paris: Librairie Honoré Champion Éditeur. 1965.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo/Salvador: Contexto/Edufba, 1994.

_____. **Contradições no Ensino de Português**. São Paulo: Ed. Contexto, 6. ed., 2003.

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Caminhos da lingüística histórica – ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

MATEUS, M. H. M. et al.. **Gramática da Língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1983.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NARO, Anthony Julius; BRAGA, M. L. A interface sociolinguística/gramaticalização. **Gragoatá (Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras)**, Niterói, n. 9, 2. sem., p. 84- 97, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática de usos é uma gramática funcional. **Boletim ABRALIN**, São Paulo, v. 19, p. 27-38, 1996.

NEVES, Maria H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A Gramática: História, Teoria e Análise e Ensino**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, Johanna. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology** v. 43, p. 97-117, 1984.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

NOLL, Volker. **O português brasileiro: formação e contrastes**. São Paulo: Globo, 2008.

NUNES, J.J. **Compendio de Gramática Histórica Portuguesa – Fonética e Morfologia**. 9 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1989.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

PEZATTI, Erotilde G. O funcionalismo em lingüística. *In*: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (Orgs). **Introdução à Lingüística - Fundamentos Epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p.165-218.

PILETTI, Nelson. **História da Educação**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1996.

REICHEMBACH, Hans. The tenses of verbs. *In*: _____. (Ed.). **Elements of symbolic logic**. New York: The MacMillan Company, 1947, p. 287-298.

RIBEIRO, Ilza. Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIN, Tânia. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. v. 3. Campinas: UNICAMP/IEL. 1999.

ROCHA E AL. **Emprego de Verbos e Modalização Discursiva**. Cadernos FAPA – n. 2 – 2º sem. – www.fapa.com.br/cadernosfapa, 2005.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SACCONI, L. A. **Gramática Essencial da Língua Portuguesa: teoria e prática**. 24 ed. São Paulo: Atual, 1986.

SANTOS, Josete Rocha dos. O futuro verbal é um tempo ou um modo? In: Cadernos do CNLF, Ano 6, n. 8 – **Gramaticalização e estudos de gramática**. Rio de Janeiro: CiFEFil, p. 1-17, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye, colaboração de Albert Riedlinger. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEARLE, J. **Os Atos de Fala**. Coimbra: Almedina, 1981.

SILVA, T. S. da. **A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis**. 137f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - UFSC, Florianópolis, 1998.

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livro de Portugal, 2. ed. 1970.

_____. **Manual de filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 3. ed. 1977.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. **Revista de Educação AEC**, n.101, p. 9-25, 1996.

SOARES, Maria Aparecida B. Pereira. **A Semântica do Aspecto Verbal em Russo e em Português**. Rio de Janeiro: PROED – UFRJ, 1987.

TAVARES, M. A. **A Gramaticalização de E, Aí, Daí e Então: Estratificação/Variação e Mudança no Domínio Funcional da Seqüenciação Retroativo-Propulsora de Informações – Um estudo Sociofuncionalista**. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística). UFSC, Florianópolis, 2003.

_____; GÖRSKI, Edair. Sociofuncionalismo: da teoria à prática pedagógica. In: SILVA, C. R.; HORA, D. da; CRISTIANO, M. E. (Orgs.) **Lingüística e práticas pedagógicas**. Santa Maria: Pallotti, 2006, p. 127-148.

TELES, Tércia Ataíde França. **Linguagem e identidade social – uma abordagem sociolingüística**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2001.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TRAUGOTT, E., KÖNIG, The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited.

In: TRAUGOTT, E., HEINE, B. (Orgs.) **Approaches to grammaticalization**. v. 1. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991 p. 189-218.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **O Aspecto Verbal no Português – A Categoria e sua Expressão**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

_____. **Um Estudo Textual-Discursivo do Verbo no Português do Brasil**. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. O uso do futuro do pretérito no português falado. In: NEVES, Maria Helena Moura (Org.). **Gramática do Português Falado, Vol. VII: Novos Estudos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: UNICAMP, 1999, p. 673-697.

_____. A Gramaticalização dos verbos. IN: HENRIQUES, Cláudio César. (org.) **Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e linguística**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2003.

VENDLER, Z. **Verbs and Times**. Linguistics and Philosophy. New York: Cornell University Press, 1967.

WEINREICH, Uriel. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje**. Madrid: Ed. Gredos, 1968.

_____; LABOV, William; HERZOG, Marvin, **Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança**. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

WHITNEY, D. **The life and growth of language: An outline of linguistic science**. New York: D. Appleton & Co, 1875.